

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

FLÁVIO BADARÓ COTRIM

Patriarcado, Capitalismo e Estado nas obras de Cinzia Arruzza, Angela
Davis e Nancy Fraser

Brasília
2020

FLÁVIO BADARÓ COTRIM

Patriarcado, Capitalismo e Estado nas obras de Cinzia Arruzza, Angela Davis e Nancy Fraser.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.
Área de concentração: Democracia e Sociedade.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia Millena Biroli

Brasília

2020

Nome: Flávio Badaró Cotrim.

Título: Patriarcado, Capitalismo e Estado nas obras de Cinzia Arruzza, Angela Davis e Nancy Fraser.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovado em: ___/___/2020.

Banca Examinadora

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia Millena Biroli

Instituição: Universidade de Brasília

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Danusa Marques

Instituição: Universidade de Brasília

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Daniela Havier Hay Mussi

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Carlos Mello Machado (suplente)

Instituição: Universidade de Brasília

Julgamento: _____

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Para Júlia e Mariana.

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço o Instituto de Ciência Política, onde tive a oportunidade de trabalhar e desenvolver esta pesquisa; onde tive as condições necessárias para esse processo. Um agradecimento especial aos professores e, particularmente, à Thaynara, sempre prestativa, eficiente e que tanto ajuda os pós-graduandos em suas demandas. E, claro, não poderia deixar de mencionar os colegas, em especial os que tive oportunidade de conviver no Demodê.

Agradeço à FAP-DF e à CAPES, pelas bolsas de pesquisa, que muito contribuiu para que este trabalho chegasse ao fim. Além disso, aproveito para fazer um desagravo a todos e todas estudantes de pós-graduação que não contam com essa valiosa ajuda, como também fazer uma denúncia ao processo de sucateamento das universidades públicas brasileiras feito pelo atual governo. Viva a universidade pública! Viva Paulo Freire!

Agradeço especialmente à professora Flávia Biroli, que me orientou nesta pesquisa. Foi um período bastante rico, no qual pude aprender muito.

Outro agradecimento especial é destinado à Mariana, minha companheira de vida. Sem a sua presença, certamente, não teria terminado essa tese. Aproveito para agradecer o apoio de sempre de minha mãe e meus irmãos.

E, por fim, um agradecimento especial à Julia. Por causa da pandemia, passamos esse período juntos e tive a oportunidade de exercer a paternidade ativa de maneira quase integral. Foi o período mais especial que vivi.

RESUMO

A presente tese tem o objetivo de analisar como a relação entre patriarcado e capitalismo pode informar uma determinada concepção de Estado. Para isso, foram analisadas as obras de Angela Davis, Cinzia Arruzza e Nancy Fraser. A tese parte do pressuposto que as grandes estruturas sociais, como o patriarcado, o capitalismo e o racismo são as principais responsáveis por garantir as desigualdades de gênero no interior das sociedades capitalistas. Outro ponto, debatido ao longo da tese procura reforçar a ideia de que as sociedades democráticas liberais têm grande dificuldade em avançar decididamente em direção à igualdade de gênero. Essa dificuldade é decorrente da própria ligação entre o liberalismo com o capitalismo e deste com o patriarcado e o racismo. As três autoras trabalham, cada uma ao seu modo, com a intersecção entre patriarcado, capitalismo e racismo. Em Cinzia Arruzza, a articulação principal se dá entre o capitalismo e o patriarcado, que molda as relações de trabalho e facilita a exploração capitalista a partir de um viés de gênero. Já em Angela Davis, o racismo aparece como elemento aglutinador das relações capitalistas, que ganham um caráter racializado das relações de gênero. Em Nancy Fraser, as relações de gênero são mediadas pelas transformações históricas do capitalismo, que condiciona e fomenta as barreiras institucionais que impedem a igualdade de gênero, focadas em questões de raça e classe. Nas três autoras, o Estado atua como elemento central para garantir a exploração de classe e a opressão de gênero e raça. Ao trazer o Estado para o centro do debate, as autoras reforçam a necessidade de construir alternativas políticas que tenham a igualdade de gênero como fim e isso passa, segundo as autoras, pela superação do capitalismo. Ao trabalhar com essas três dimensões das estruturas sociais, as autoras mobilizadas contribuem para sofisticar o debate sobre o conceito de Estado no interior do pensamento marxista. Elas fazem isso ao chamar atenção sobre como as desigualdades presentes nas relações de gênero são fundamentais para a exploração e opressão no sistema capitalista.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how the relationship between patriarchy and capitalism can inform a certain conception of the State. For that, the works of Angela Davis, Cinzia Arruzza and Nancy Fraser were analyzed. The thesis is based on the assumption that large social structures, such as patriarchy, capitalism and racism are the main responsible for guaranteeing gender inequalities within capitalist societies. Another point, debated throughout the thesis, seeks to reinforce the idea that liberal democratic societies have great difficulty in moving decisively towards gender equality. This difficulty is due to the link between liberalism and capitalism and capitalism and patriarchy and racism. The three authors work, each in their own way, with the intersection between patriarchy, capitalism and racism. In Cinzia Arruzza, the main link is between capitalism and patriarchy, which shapes labor relations and facilitates capitalist exploitation from a gender perspective. In Angela Davis, racism appears as an agglutinating element of capitalist relations, which takes on a racialized character in gender relations. In Nancy Fraser, gender relations are mediated by the historical transformations of capitalism, which conditions and fosters the institutional barriers that prevent gender equality, focused on issues of race and class. In the three authors, the State acts as a central element to guarantee class exploitation and oppression of gender and race. By bringing the State to the center of the debate, the authors reinforce the need to build political alternatives that have gender equality as an end, and this, according to the authors, involves overcoming capitalism. By working with these three dimensions of social structures, the mobilized authors help to refine the debate on the concept of the State within Marxist thought. They do this by drawing attention to how the inequalities present in gender relations are fundamental to exploitation and oppression in the capitalist system.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A relação entre Marxismo, Feminismo e Ciência Política.	20
Marxismo e Política	23
Feminismo e Política	30
Marxismo e Feminismo	35
Considerações Finais.....	43
CAPÍTULO 2: Cinzia Arruzza: a reprodução social como síntese da relação entre patriarcado e capitalismo.	48
A mercadoria especial como ponto de ligação entre o marxismo e o feminismo: a força de trabalho.	52
Sistemas duais, patriarcado e as origens da hierarquia de gênero.....	56
Capitalismo, reprodução social e a busca por uma teoria unitária	63
Arruzza e a teoria da reprodução social	66
Estado:.....	70
Considerações Finais.....	72
CAPÍTULO 3: A conjunção entre capitalismo, patriarcado e racismo: contribuições do pensamento de Angela Davis	77
Feminismo negro, interseccionalidade e universalidade.....	82
Punição, violência e racismo estrutural	90
Estado, Democracia e Prisões	93
Considerações Finais.....	99
CAPÍTULO 4. Fraser. Os dilemas para a construção de uma perspectiva emancipatória do feminismo.	104
Liberalismo, feminismos e a Teoria dos Sistemas Duais.	109
Justiça, Universalidade e Estado	123
Capitalismo, Justiça e Estado	125
Considerações Finais	131
CAPÍTULO 5: Qual capitalismo, qual patriarcado? Exploração e opressão em Cinzia Arruzza, Angela Davis e Nancy Fraser.	134
Patriarcado	136
Capitalismo	145
Estado e emancipação	156
Considerações finais	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero são objeto de estudo das ciências humanas e têm ganhado cada vez mais espaço no interior da Ciência Política, que tem buscado compreender como o fenômeno se dá na política e como práticas formais e informais o reproduzem. Esses estudos, na maioria, enquadram as desigualdades de gênero no rol de desigualdades que afetam negativamente a capacidade, neste caso das mulheres, em afirmar sua cidadania e exercer direitos sociais característicos das sociedades modernas.

Assim, uma das características principais dos estudos sobre as desigualdades de gênero constitui na afirmação de que essas desigualdades não são naturais e, portanto, são barreiras impostas às mulheres. Todavia, aspectos sociais que parecem naturais por perdurarem no tempo, ao contrário, refletem relações de poder (BIROLI, 2017). Quando inseridas no interior da perspectiva feminista, as desigualdades de gênero ganham uma dimensão mais ampla, na medida em que são questionados os fundamentos que estruturam as relações sociais no interior dessas mesmas sociedades, ressaltando seu impacto distinto sobre o conjunto das mulheres (BIROLI, 2018). Enfatizar essa dimensão é fundamental nesta tese, uma vez que foi desenvolvida com base em autoras feministas que levam em consideração as relações de classe e raça para a compreensão das relações de gênero no interior das sociedades capitalistas.

Os estudos sobre gênero no interior da Ciência Política têm uma variedade de temas e enfoques, resultado da diversidade presente no interior dos movimentos feministas, o que garante, também, uma diversidade de avaliações, interpretações e propostas para uma questão fundamental à produção teórica feminista, qual seja, a desigualdade de gênero como resultado de padrões hierárquicos presentes no interior das sociedades.

Dados presentes em diversas pesquisas mostram que as desigualdades de gênero, raça e classe têm efeitos perversos para a vida das mulheres e que vão além das barreiras de acesso. Mostram também que mesmo os avanços tímidos, que podem ser verificados, não são compartilhados pelo conjunto das mulheres.

Desse modo, trazer a perspectiva das desigualdades de gênero para o centro do debate nos ajuda a retomar as análises sobre a influência do patriarcado e a

reprodução das hierarquias de gênero no tecido social. Com isso, procuramos ressaltar os fundamentos estruturais que atuam decisivamente para a organização das desigualdades de gênero, com destaque para o patriarcado e o capitalismo.

Assim, o objetivo principal desta tese é compreender como a relação entre patriarcado e capitalismo informa a constituição de concepções de Estado. Para tanto, escolhemos as obras das autoras Cinzia Arruza, Angela Davis e Nancy Fraser, nas quais buscaremos analisar a conceituação de patriarcado e capitalismo, a relação dos conceitos trabalhados com as tradições do pensamento no feminismo e no marxismo e, por fim, identificar a concepção de Estado presente em cada autora, a partir da relação que estabelecem entre patriarcado e capitalismo.

A escolha por Cinzia Arruza, Angela Davis e Nancy Fraser ocorreu por acreditar que as mesmas representam de maneira qualificada a produção acadêmica preocupada com as conexões entre patriarcado e capitalismo a partir da década de 90 do século passado. Ademais, as autoras em tela possuem uma vasta obra que se encontra sob o guarda-chuva comum da teoria crítica e que possui camadas distintas de interpretações da relação entre patriarcado e capitalismo, refletindo numa sofisticação da concepção de Estado.

Além disso, as três autoras possuem uma destacada atuação pública em diversos movimentos feministas que têm surgido nos últimos anos, principalmente nos Estados Unidos, de onde elas falam. Elas também dão suporte e incentivos a diversas iniciativas feministas e anti-capitalistas ao redor do mundo. Nancy Fraser e Cinzia Arruza encabeçam o importante movimento “feminismo para os 99%¹¹”, participaram ativamente da Greve Internacional de Mulheres no Estados Unidos. Já Angela Davis é uma das mais destacadas intelectuais públicas do feminismo negro. Começou sua militância no Partido Comunista dos Estados Unidos, uniu esforços com o Partido dos Panteras Negras e atua como ativista contra o aprisionamento em massa da população negra.

A escolha do tema deste trabalho se deu em decorrência de dois fenômenos: o primeiro refere-se à formação e expansão de um certo consenso na aplicação de um determinado receituário de medidas econômicas e fiscais, que ficou conhecido como neoliberalismo, e que agora entrou em crise; o segundo é a questão da crise do capitalismo.

¹¹ Participa também desse movimento a Professora Tithi Bhattacharya.

As políticas neoliberais começam a ser implementadas nas décadas de 1970/80, nas administrações de Margaret Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos). No entanto, este contexto revela dois elementos cruciais para nossa pesquisa, primeiro, a crise das democracias é consequência direta das políticas implementadas e que têm como alvo os trabalhadores, as mulheres e a população negra; o segundo elemento é o papel central das mulheres no enfrentamento das consequências das políticas neoliberais.

Essa crise deixou mais nítida a aliança do capitalismo com o patriarcado, que muitas vezes foi eclipsada pela atuação do Estado na organização e oferta de serviços públicos que minoravam as consequências da divisão sexual das relações sociais. Para enfrentá-la, o caminho escolhido reforçou os parâmetros de subordinação das mulheres, em especial das mulheres negras e da classe trabalhadora, justamente por atacar e acabar com a rede de proteção² que amenizava o peso das hierarquias de gênero sobre as mulheres.

No Brasil, esse processo pode ser exemplificado pela constituição de 1988, que representou a correlação de forças do processo de democratização e que garantiu uma rede de proteção que incluía o acesso pleno à saúde e à educação, além de elevada proteção previdenciária. Nota-se que o Brasil estava na contramão dos países ricos, já que durante a década de 80 o Estado apostou na garantia de políticas de assistência e de cuidado, enquanto nos países centrais essas prerrogativas eram abolidas. No entanto, o Brasil não escapou do avanço conservador. A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, coloca em perigo todas as conquistas de cidadania presentes na constituição. O seu governo representa a união entre um ultraliberalismo, que advoga a supressão de qualquer mediação estatal para resolução de conflitos no interior da sociedade, com um conservadorismo moral, que prega uma subordinação das mulheres em relação ao homem, naturalizando hierarquias e violências. Essa combinação representa as duas estruturas essenciais para a desigualdade de gênero, a saber, o capitalismo e o patriarcado.

² É sempre bom ressaltar que essa rede de proteção, que ficou conhecido com Estado de Bem-Estar Social, só teve uma atuação efetiva nos países de capitalismo avançado. Em países em desenvolvimento e pobres, essas políticas são precárias ou insuficientes para atender minimamente as necessidades de proteção social. Além disso, como notamos no cap.5, não podemos deixar de mencionar que essas políticas de proteção são possíveis nos países centrais em decorrência dos fluxos desigual de recursos entre centro e periferia do sistema capitalista global.

Todo este processo tem sido um campo de estudo bastante profícuo e que também tem reforçado a necessidade de revisitar a literatura sobre o caráter estrutural da relação entre patriarcado e capitalismo. Assim, o foco recai em seu impacto na configuração de uma determinada forma de Estado, aspecto central para a discussão desenvolvida nesta tese.

No interior do pensamento marxista germinam noções acerca das origens e das consequências das crises constantes do capitalismo (CIPOLLA, 2018), geradas por contradições inerentes ao modo de produção capitalista³. O ponto central, neste caso específico, é que o capitalismo está em crise desde pelo menos 2008, onde uma crise financeira concentrada principalmente no sistema bancário dos Estados Unidos da América, gerou pânico e desestabilizou boa parte do fluxo de financiamento mundial⁴. O caos por que passou a sistema financeiro mundial, em especial, o dos Estados Unidos, foi o prelúdio de uma crise mais estrutural (MÉSZÁROS, 2009) centrada no processo de desregulamentação da economia e na progressiva diminuição dos Estados Nacionais como foco central das demandas oriundas das sociedades.

Durante boa parte do século XX, o marxismo ocupou o centro do debate sobre a crítica ao capitalismo e sobre suas alternativas. Por diversos motivos, a centralidade imaginativa do socialismo perdeu espaço e, nesse vácuo, a ideia de superação da sociabilidade capitalista, mesmo com toda sua violência, foi ficando de lado, datada. Restava, agora, aos movimentos reivindicativos travar as suas lutas por justiça e por direitos no âmbito das regras reguladas pelas leis do mercado.

Duas questões resultam daí:

- 1) o mercado busca lucro em detrimento de direitos;
- 2) as disputas internacionais colocam em lados opostos os mesmos grupos sociais, ou seja, para garantir direitos para grupos de algum país é preciso aumentar os níveis de exploração em outro.

Esse contexto favoreceu a ala no interior dos movimentos (de classe, raça e gênero) que defendia o ajustamento das necessidades reivindicativas aos limites de produção e reprodução do capitalismo, conseguindo resultados para alguns setores em alguns locais.

³³ Por outro lado, essa concepção de contradição internas do capitalismo, fomentou interpretações bastantes reducionistas e mecanicista das possibilidades de superação do modo de produção capitalista.

⁴ HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. Lisboa: Ed Bizâncio, 2011.

Por outro lado, a crise da democracia se torna um dos temas fundamentais para a Ciência Política atual (BALLESTRIN, 2017). O extenso debate acerca das possibilidades e consequências de uma suposta erosão democrática tem como base, principalmente, a ascensão de governos conservadores populistas nas democracias do norte global, notadamente a vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas de 2016 (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018).

A definição do marco temporal do início desse processo de crise da democracia liberal (CASTELLS, 2018) envolve uma disputa política em torno não apenas da sua temporalidade, mas também da dimensão e profundidade da crítica. Nesse sentido, estamos lidando com um debate em andamento, o que não autoriza uma avaliação em definitivo. Mas é possível demarcar a crise do sistema financeiro internacional em 2008 como um evento que chama a atenção para os desafios estruturais pelos quais estavam passando a democracia. A crise de 2008 ganha relevância também porque se originou e teve como epicentro na maior economia do planeta.

O que podemos perceber é que a avaliação da crise da democracia costuma negligenciar o peso das relações de gênero, nesse sentido, as autoras mobilizadas para este trabalho trazem reflexões que contribuem para o quadro analítico de investigação da crise atual democracia, uma vez que ampliam a reflexão sobre o papel do capitalismo nesta crise. Este, inclusive, é um tema praticamente ausente, exceto no interior do marxismo e do pensamento crítico a ele afiliado, no debate sobre as características e consequência dessa crise.

Além disso, todas essas crises, nas suas mais variadas especificidades, têm o Estado com elemento central. Já que é no Estado que essas crises desaguam e é através dele que se tem construído, ou melhor, desconstruído todas as políticas que procuram minimizar as desigualdades originadas pelo capitalismo. Por isso, trazer o Estado para o centro do debate é essencial.

Ao longo da tese, veremos três estruturas sociais agindo de modo coordenado visando a permanência da subordinação das mulheres no interior das sociedades: Patriarcado, Racismo e Capitalismo. Cada uma dessas estruturas possui características próprias e, de certa maneira, regras próprias de funcionamento, contudo, as autoras em tela têm o mérito, cada qual ao seu modo, de deixar a mostra as teias e entrelaçamentos que desempenham na manutenção das hierarquias de gênero.

Nesta tese, a relação entre patriarcado e capitalismo será tematizada na perspectiva do feminismo marxista, justamente porque a questão da superação do capitalismo aparece de maneira central nas reflexões das autoras aqui analisadas. No feminismo marxista, o capitalismo ganha predomínio na análise, por ser a estrutura social que tem protagonismo e atua de modo a garantir, inclusive através da força, que as relações sociais no interior das sociedades se moldem com o intuito de garantir o seu pleno funcionamento. Mas, como as autoras em tela salientam, não existe um capitalismo que atue e funcione de maneira pura e isolada, por isso, um aspecto fundamental levantado por elas é a importância do patriarcado na configuração das relações de gênero, impactando de modo decisivo na forma com que a produção de mercadorias se efetiva e, portanto, no modo de funcionamento do capitalismo.

Mesmo que Cinzia Arruza, Angela Davis e Nancy Fraser, eventualmente, não declarem a sua filiação ao feminismo marxista, esses dois elementos acima mencionados, acredito, estão situados no interior do pensamento dessa vertente crítica do feminismo. O que não impede, obviamente, que em outras discussões, em outros momentos da produção teórica das autoras, elas possam ser compreendidas em outras vertentes do feminismo, em que a crítica ganha outras nuances.

No desenvolvimento deste trabalho optamos por evitar uma perspectiva comparativa entre as autoras. Tomamos essa decisão por acreditarmos que ao longo da tese ficará claro que a melhor compreensão das contribuições das autoras para o problema levantado é quando pensamos em conjunto suas reflexões.

No primeiro capítulo abordaremos a relação entre o feminismo, o marxismo e a Ciência Política. Buscaremos identificar os possíveis pontos de tensão existentes que nos ajudam a compreender as dificuldades que a Ciência Política tem em incorporar as gramáticas políticas tanto do feminismo quanto do marxismo. Tais dificuldades são distintas, ou seja, os pontos de tensão são diferentes para o feminismo e o marxismo, mas partem de um fundamento comum, qual seja, a dificuldade da disciplina em contestar ou mesmo ampliar suas relações com o liberalismo. Além disso, nesse capítulo vamos argumentar também que as desigualdades de gênero são explicadas pela união e incorporação dos ideais normativos do patriarcado nas concepções hegemônicas presentes no interior da Ciência Política. Nesse sentido, teremos condições de argumentar em direção às posições que atribuem as desigualdades de

gênero a essa capacidade do patriarcado em permanecer nas relações sociais e entranhar-se nas instituições políticas construídas sob a hegemonia do capitalismo.

Os capítulos seguintes serão dedicados às autoras analisadas. Neles vamos discutir como cada uma delas desenvolve as relações entre patriarcado e capitalismo e como esta relação informa uma concepção de Estado. Ao longo dos capítulos será possível perceber que as autoras compartilham de vários elementos comuns.

No segundo capítulo, dedicado a análise da obra de Cinzia Arruzza, será possível observar um enfoque nas relações de classe, nas quais as relações econômicas ganham centralidade na análise e as desigualdades de gênero são vinculadas ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, o capitalismo aparece como estrutura central que organiza as relações sociais e que fomenta as condições necessárias para a permanência das desigualdades de gênero. Mas não há nesta autora uma postura negligente em relação aos outros fatores para explicar as relações de gênero no interior das sociedades modernas.

No terceiro capítulo, em que analiso a obra de Angela Davis, o racismo aparece como elemento distintivo para explicar as relações de gênero no interior das sociedades capitalistas. A autora procura demonstrar como a questão do racismo impacta a relação entre patriarcado e capitalismo, evidenciando as estruturas que ancoram as desigualdades políticas, econômicas e sociais que afetam a população negra, em especial, as mulheres negras. Além disso, ao longo do capítulo, chamaremos a atenção para as características violentas e persecutórias das instituições políticas, em especial as de justiça, quando elas são informadas também pelo racismo.

A partir da obra de Angela Davis também é possível notar e explorar as críticas aos limites estruturais das instituições políticas formadas sob a hegemonia do liberalismo, que não conseguem funcionar regidas pelos valores que apregoam, principalmente a universalidade. Esses limites são, para Angela Davis, uma consequência da incorporação do racismo nessas instituições.

No capítulo destinado à obra de Nancy Fraser, as relações de gênero são compreendidas a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo. Assim, no quarto capítulo será possível perceber como Fraser estabelece a relação entre patriarcado e capitalismo. Como nas outras autoras, não há uma preocupação em definir conceitualmente o patriarcado, mas Fraser deixa claro a importância das estruturas

patriarcais para a forma de manifestação histórica do capitalismo. O capitalismo aparece em Nancy Fraser como permeável às disputas no interior das sociedades. A passagem do capitalismo liberal para o organizado pelo Estado é, segundo Fraser, uma consequência de ciclos de lutas reivindicativas protagonizadas pelos movimentos dos trabalhadores e pelo movimento feminista, que conseguiram arrancar mecanismos de proteção e políticas de cuidado que procuravam garantir publicamente as necessidades de reprodução social. Esses mecanismos estão, agora, em perigo em decorrência da financeirização do capitalismo.

Para essa autora, as disputas, no interior do capitalismo, ocorrem a partir de uma concepção de justiça que tem a capacidade de aglutinar diferentes grupos sociais em torno de um objetivo comum. Nesse sentido, Fraser é crítica ao processo de perda de centralidade de uma perspectiva distributiva para uma perspectiva de reconhecimento como alicerce da luta política por justiça. Essa transformação é responsável pela formação de novos arranjos nos movimentos sociais, inclusive no feminista, que tem levando esses movimentos a retirar do horizonte das suas propostas políticas a superação do capitalismo. Essa nova repactuação tem sido responsável pelo surgimento do que ela chamou de neoliberalismo progressista, que seria uma possibilidade de união entre as demandas capitalistas com as de equidade de gênero. Fraser vai argumentar, então, que essa equação não resulta em soma zero e a parte que perde é o feminismo e, portanto, as demandas de gênero.

Por fim, no capítulo 5, intitulado “Qual capitalismo, qual patriarcado? Exploração e opressão em Cinzia Arruzza, Angela Davis e Nancy Fraser”, procuramos discutir sobre os impactos das formulações trazidas pelas autoras para o conceito de Estado. Vamos demonstrar que a crítica ao capitalismo, a crítica ao liberalismo e a crítica ao universalismo compõem o quadro de contribuição das autoras para o conceito de Estado. Nesse sentido, não será feita uma discussão acerca do conceito de Estado no interior do marxismo, por ser este um tema já consolidado, em contrapartida, vamos argumentar que as autoras analisadas ao longo da tese, quando discutem a relação entre patriarcado e capitalismo, oferecem ao debate sobre o Estado importantes contribuições, sendo a principal que as relações de gênero são fundamentais para a compreensão do Estado, já que são essenciais para a dinâmica da relação de trabalho e, portanto, de exploração. Além disso, as relações de gênero são essenciais para compreensão do modo de funcionamento das engrenagens da

opressão, que operam de modo seletivo, recaindo com mais força sobre as mulheres trabalhadoras e as mulheres negras. Sem o reconhecimento dessas opressões, os projetos de superação do capitalismo são insuficientes para a organização de uma concepção de mundo que seja verdadeiramente emancipatória.

Em uma breve conclusão, onde procuramos sistematizar as discussões realizadas e salientar contribuições que derivam das análises das autoras.

Por fim, cabe destacar que a publicação no Brasil das obras das autoras trabalhadas nesta tese se deu de maneira irregular e fragmentada. Dessa forma, ao longo do nosso trabalho, foram mobilizados os textos em diversas línguas, precisamente, inglês e espanhol, sendo a primeira a língua de escrita original das três autoras. Entretanto, várias partes dessas obras foram traduzidas para o português, assim, sempre que possível as edições em português foram tomadas em preferência. Nos casos das obras em língua não portuguesa, as citações apresentadas no decorrer do texto, neste trabalho, são fruto de livre tradução.

CAPÍTULO 1:
A relação entre Marxismo,
Feminismo e Ciência Política

CAPÍTULO 1 – A relação entre Marxismo, Feminismo e Ciência Política.

O marxismo e o feminismo têm muitas características diferentes. Contudo, ambos guardam semelhanças e é sobre essas que falaremos com mais vagar neste capítulo, assim como a luta travada no intuito de tornar válida a produção de conhecimento advinda dessas visões de mundo. Ambos são sistemas teóricos que possuem uma diversidade interna muito grande e desafios em comum, um desses passa pela dificuldade em se adequar aos esquemas e normas de reconhecimento próprios da Ciência Política.

A dificuldade em adentrar o ambiente acadêmico é originada nas características próprias de surgimento tanto do marxismo quanto do feminismo, uma vez que o ponto de ebulição e de maior criatividade de ambos está fora do ambiente teórico. O seu ponto de encontro é a rua. Temos, dessa maneira, uma ligação umbilical entre os movimentos de contestação e reivindicação por direitos sociais e melhorias das condições de vida que marcaram o século 19, tanto no que se refere à luta dos trabalhadores por direitos quanto à luta pelo direito ao voto feminino. De alguma forma, o desenvolvimento dessas correntes se deu ao largo dos grandes debates acadêmicos, o que não significa afirmar que não tenham sido influenciados ou que não tenham influenciado o debate teórico, e acadêmico propriamente dito, do seu tempo. Queremos destacar, no entanto, que esse debate não encontrou abrigo, logo de primeira, mas que ao longo do tempo teve o poder de influenciar e contestar a produção de conhecimento acadêmico. Ou seja, os pensamentos marxista e feminista foram aos poucos adentrando o ambiente acadêmico e, no caso do marxismo, alcançando uma influência considerável até meados da década de 70 e, no que tange ao feminismo é possível observar uma expansão de sua inserção no debate acadêmico de meados do século XX até os dias atuais.

A produção de conhecimento elaborada por esse conjunto de movimentos e de correntes de pensamento, não teve o “selo” de aceitável por muito tempo. A interlocução tanto do marxismo quanto do feminismo com a Ciência Política é marcada por um mal-estar originado na característica fundamental de ambos, qual seja, a interlocução direta que possuem com os movimentos sociais e lutas reivindicativas. Aliás, ainda hoje são observadas dificuldades em afirmar como válida a produção de conhecimento fomentada fora dos ambientes acadêmicos. De todo modo, esse tipo

de conflito marcou a forma de interação do marxismo e feminismo com a Ciência Política, já que fomentou a conexão entre ambos, resultando em incentivos metodológicos que procuravam adequá-los às demandas de produção de conhecimento em acordo com as feitas na Ciência Política.

De alguma forma, podemos dizer que a teoria política afastou-se dos “movimentos das ruas” e aderiu a concepções positivistas de produção científica, nas quais neutralidade e imparcialidade são valores centrais (BIROLI, 2017). Essas características de neutralidade e imparcialidade, impelia a teoria política a “tornar-se conservadora”, na medida em que ela expressa uma dificuldade em absorver novos esquemas de pensamento, novas formas de interação e novas formas de produção de conhecimento, que valorizavam e afirmava a crítica posicionada como elemento primordial da interpretação da realidade.

Nesse mesmo sentido, tanto o marxismo quanto o feminismo estão em constante atrito com essa postura de valorização das concepções de neutralidade e imparcialidade, por justamente concentrarem a crítica às posições hegemônicas no interior da teoria política feitas pelo marxismo e pelo feminismo. Ao situar-se a uma perspectiva que procura aliar a produção do conhecimento em padrões refutáveis com o objeto diretamente afetado, tanto o marxismo quanto o feminismo encontram-se em campos opostos à produção do conhecimento “neutro” e “imparcial”. Essa característica reflete na crítica feita pelo marxismo e pelo feminismo aos limites da democracia liberal em afirmar relações igualitárias de gênero.

É interessante notar que o conceito de democracia não é uniforme e é tema de grande controvérsia teórica e prática. O conflito sobre democracia aparece nas críticas feitas tanto pelo marxismo quanto pelo feminismo justamente no que se refere às ausências observadas em suas visões mais dominantes. Apesar de seu conteúdo ser bastante diverso, nas suas formas hegemônicas⁵ o conceito de democracia foi e ainda é incapaz de incorporar os problemas e conflitos apresentados por amplos setores sociais, notadamente os trabalhadores e as mulheres. Mesmo uma versão mais ampla e inclusiva⁶, foi incapaz de oferecer uma concepção de democracia que superasse as críticas de exclusão feita pelos marxistas e feministas. Assim, evidencia-

⁵ Sem necessidade de se alongar ou entrar em muitos detalhes, podemos afirmar que o conceito de democracia mais aceito e difundido é aquele inspirado em Schumpeter (2008), que basicamente entende a democracia como uma disputa (concorrência) entre elites políticas para a formação de um governo.

⁶ Podemos citar exemplos das experiências de Democracia Participativa e Democracia Deliberativa.

se a existência de um problema mais orgânico e estrutural que é apontado tanto pelo marxismo quanto por boa parte do feminismo, qual seja, a associação entre a democracia e capitalismo, caso do marxismo e entre democracia e patriarcado, no caso do feminismo. As autoras presentes nesse trabalho apresentaram uma visão crítica e problematizam a associação entre democracia, capitalismo e patriarcado e as tentativas de torna-las naturais. Além disso, propõe uma alternativa que fosse capaz de resolver essa questão, colocando as relações de gênero como elemento central.

Mesmo ressaltando os pontos de convergências existentes entre marxismo e feminismo, a saber, o fato de serem “originários da rua”, das experiências de movimentos e lutas sociais; a dificuldade de reconhecimento da sua produção teórica e a crítica à concepção hegemônica de democracia e sua associação ao capitalismo, a relação entre marxismo e feminismo também possui muitos pontos de conflitos. Muitas arestas que precisam ser aparadas para que se possa construir uma relação mais orgânica. Teremos mais tempo para expor com mais detalhes essas divergências, por ora vamos nos ater ao reconhecimento de que essa relação possui desafios importantes que, para serem superados, precisam ser encarados.

Sabemos de antemão que para que essa relação seja construída de forma benéfica para ambas as partes não podemos apenas acreditar que a superação dos seus desafios passe essencialmente pela soma de paradigmas ou pautas. Estamos falando de algo mais normativo e orgânico, algo que implica na construção de paradigmas comuns que tenham em seus horizontes uma perspectiva que englobe de maneira orgânica e sistemática os conceitos de classe e gênero. Além disso, a base crítica acumulada, da qual faremos referência ao longo desse texto, já estabelece um ponto de partida do qual não podemos abrir mão. O caminho por onde passamos já mostra as pedras, agora cabe não tropeçar nas mesmas.

Por fim, outro aspecto que queremos ressaltar refere-se ao potencial que a união entre o marxismo e o feminismo tem em reafirmar os seus pontos fortes e, ao mesmo tempo, em blindar as deficiências dessas duas teorias. Em outras palavras, essa união amplia potencialmente o caráter emancipatório e a capacidade interpretativa tanto do marxismo quanto do feminismo.

Este capítulo está estruturado em 3 tópicos, a saber: marxismo e política; feminismo e política e, por fim, algumas considerações finais. Temos como objetivo

principal o intuito de apresentar a forma de interação entre marxismo, feminismo e a Ciência Política, buscando demonstrar que tanto um quanto o outro se colocam de maneira crítica às demandas e aos cânones da Ciência Política hegemônica e também que as relações são tensionadas pelas características de denúncias das lacunas presentes no corpo teórico dessa disciplina.

Decidimos apresentar a relação da Ciência Política com o marxismo e o feminismo de modo separado porque acreditamos que, apesar da existência do mesmo tipo de tensionamento e das mesmas problematizações, os fundamentos são diferentes. Mostrar essas diferenças é importante na medida em que esse entendimento tem potencial para lançar luz sobre a constituição do feminismo marxista, que é o recorte teórico no qual nosso trabalho está situado.

Marxismo e Política

Originalmente, não podemos falar de uma relação entre o marxismo e a Ciência Política (disciplina acadêmica), basicamente porque a segunda só veio a consolidar-se mais à frente do ponto de vista temporal⁷, mesmo que suas raízes sejam buscadas, comumente, desde Maquiavel⁸. Contudo, o marxismo sempre se relacionou com os sistemas de pensamento hegemônicos de sua época⁹, estabelecendo um diálogo crítico que resultou na formação de um novo campo de interpretação da sociedade que pode ser explorado quando enquadrarmos a discussão sobre aspectos gerais da democracia, sobre a crítica da sociedade, sobre a relação entre conhecimento e atividade política.

O surgimento do marxismo enquanto corpo teórico com alguma sistematização e com um conjunto de ideias coerentes acerca da sociedade pode ser datado a partir do ano de 1843 com uma série de textos produzidos por Karl Marx¹⁰. Cabe ressaltar que essa produção foi iniciada e desenvolvida no momento em que autor tinha tido seu ingresso em universidades proibidos pela censura¹¹, tendo como

⁷ Ver: Dicionário de Política de Norberto Bobbio. Especialmente o verbete “Ciência Política.

⁸ Ver Luís Felipe Miguel: *O nascimento da Política moderna de Maquiavel a Hobbes*

⁹ Para mais detalhes: *Amor e Capital. A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução* de Mary Gabriel

¹⁰ Para uma análise mais detida sobre esse processo ver: Guimarães (*Democracia de Marxismo: crítica à razão liberal*) Tavares (Deliberação e Capitalismo, uma crítica marxista ao pensamento de Habermas)

¹¹ Para mais detalhes ver: *Amor e Capital. A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução* de Mary Gabriel.

pano de fundo um acerto de contas de seu fundador com toda uma corrente de pensamento dominante na sua época, a saber, o Hegelianismo. Isso nos oferece um quadro do caráter *sui generis* da formação do marxismo enquanto corrente de pensamento.

A relação entre o marxismo e o pensamento hegemônico de sua época inicia-se de forma conflituosa e se mantém desse modo ao passar do tempo, sem todavia impedi-lo de produzir uma interpretação da realidade ancorada em pressupostos metodológicos próprios, que cumpriam duas tarefas básicas: primeiro; estruturar uma base de conceitos e metodologias que fossem capaz de interpretar a nascente sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, pudessem ser reproduzidas por outros pesquisadores; segundo; ser reconhecido como uma vertente válida do pensamento científico (COUTINHO, 2011; NETTO, 2004; ANDERSON, 2004). Por óbvio, esses dois objetivos estavam interligados e o desenvolvimento de um ajudava na afirmação do outro, e de alguma maneira ambos foram alcançados.

Não raro, em decorrência da sua ligação umbilical com a realidade concreta presente no interior das sociedades, o marxismo teve sua legitimidade contestada enquanto campo irradiador de conhecimento¹². Sobreviveu, em grande medida, como aponta Boron (2007), por ter em seu cerne a crítica ao sistema capitalista, fato que o dota de uma capacidade interpretativa persistente. Nesse sentido, a própria musculatura do sistema capitalista assegura ao marxismo um lugar de destaque na cultura intelectual no mundo contemporâneo. Além disso, foi capaz de produzir uma crítica ao sistema capitalista que se tornou um aspecto incontornável da interpretação das sociedades em que o sistema predomina. Boron (2007) apresenta outra razão para essa impertinente permanência, qual seja, a capacidade do marxismo em enriquecer-se com o desenvolvimento das sociedades e das lutas travadas por um conjunto de setores marginalizadas produzidos pelo capitalismo. Essa característica nos interessa mais porque será a partir dela que vamos estabelecer a relação entre marxismo e feminismo.

Não é segredo que o marxismo esteve presente em boa parte da produção acadêmica, notadamente, nas Ciências Sociais, ao logo do último século¹³. Mesmo diante dessa evidência histórica, o marxismo teve um caminho cheio de obstáculos

¹² Para uma visão mais sistemática desse processo de contestação, ver Guimarães (*Democracia e Marxismo, crítica à razão liberal*)

¹³ Ver Perry Anderson; *Considerações sobre o marxismo ocidental, nas trilhas do materialismo histórico*

na tentativa de afirmação da sua autonomia e independência enquanto campo de conhecimento. A seguir, tentaremos mostrar os pontos de tensão que estão presentes nessa relação.

A relação crítica estabelecida pelo marxismo com a Ciência Política é resultante de uma visão presente no interior do pensamento de Marx, que procura estabelecer uma dicotomia entre o social e o político (GUIMARÃES,1999; BORON, 2007; Tavares, 2016). Essa discussão aparece no processo de transição pelo qual passou o autor germânico e de forma mais elaborada, no livro *a Sagrada Família*. Essa discussão está permeada pelo debate acerca da efetividade e amplitude dos processos, àquela época comuns na Europa, de ascensão da burguesia enquanto classe dominante. Em *A Sagrada Família*, Marx (2003) polemiza as limitações presentes na ideia de emancipação política levadas ao centro do debate pelo pensamento liberal-burguês. Essas limitações, segundo Marx, se manifestam na afirmação do lugar da liberdade nessa nova forma de organização social e política que estava sendo implementada, apontando como a ideia de indivíduo livre que começava a ser desenhada, pela nascente sociedade burguesa, mascarava as contradições presentes no interior das sociedades (GUIMARÃES,1999; TAVARES, 2016).

A consequência política e teórica da constatação de que eram limitados os horizontes da proposta de emancipação política proposta pela burguesia que acendia ao poder, baseado na universalização dos direitos, tendo as liberdades individuais como seu ponto basilar, aparecem, segundo Marx, na constatação que esses pontos centrais eram facilmente neutralizados pelas desigualdades materiais próprias das sociedades capitalistas. As suas características abstratas agiam com fonte de perpetuação dessas mesmas desigualdades. Assim, mesmo reconhecendo o avanço que essas formulações representavam ante as estruturas autoritárias das monarquias europeias, cabia à nascente classe trabalhadora forjar uma luta que tivesse como ponto central a emancipação total dos indivíduos. Nesse sentido, surge a dicotomia entre emancipação política e emancipação social.

Dentro desse quadro mais geral, duas interpretações ganham força. A primeira, que tem como principal difusor Louis Althusser (1979) que propõe a divisão da obra de Marx entre uma obra de juventude e outra de maturidade. A primeira foi entendida com a parte filosófica e pouco científica, caracterizada pelo processo de amadurecimento dos temas de pesquisa e pela formação do núcleo central do

fundador do marxismo. Assim, em consequência, deveria ter suas formulações rebaixadas na importância para compreensão do que seria propriamente o marxismo, visto que, foram reflexões sobre temas que não tiveram prosseguimento ou que foram abandonados ao longo da produção teórica de Marx. Em contrapartida, a obra da maturidade foi entendida como sendo o núcleo central da contribuição do marxismo para a produção do conhecimento nas Ciências Sociais de modo geral, justamente porque tratava da contribuição original e mais robusta dessa teoria. Antes de ser questionada, essa interpretação teve ampla aceitação e colocava a economia como o elemento central da obra de Marx e, portanto, do marxismo. Em consequência, temas com a democracia, política foram relegados ao segundo plano, sempre associados ou subordinados aos movimentos da produção econômica.

Foi somente com a crítica a essa separação que começaram a aparecer estudos que buscavam articular de maneira mais ampla as contribuições de Marx para as Ciências Sociais e é nesse ambiente que a relação com a política ganha estudos mais amplos e informados (GONZÁLES, 2007; BORON, 2007). Esses estudos apontaram duas interpretações distintas, a primeira, apontou para a incompatibilidade orgânica do marxismo com a política (seja enquanto teoria ou prática) e a segunda, procurou mostrar que o conceito de lutas de classes está intimamente ligado à capacidade de articulação dos trabalhadores em produzir uma hegemonia no interior da sociedade.

Na primeira linha de interpretação, a política é apresentada como um subproduto das relações materiais próprio da arena econômica. Aparece, assim, como um epifenômeno associado às relações materiais presentes no interior de uma determinada sociedade. Dessa forma, a política é entendida apenas como algo sem autonomia e mais, com uma conotação ruim, pois estaria associada a uma interpretação parcial e limitada da sociedade.

José Chasin (2000), principal expoente dessa interpretação, a definiu como ontonegatividade da politicidade, ou seja, na visão desse autor, a política foi concebida por Marx como o local em que as classes dominantes conseguem apresentar seus interesses particulares como interesses gerais da sociedade. Assim, a política é entendida como o lugar da parcialidade. Uma espécie de ilusão porque estaria associada à emancipação política da sociedade cuja finalidade é a manutenção e consolidação do arranjo institucional que sustenta a ascensão da burguesia como

classe dominante. Em outras palavras, a política aparece como forma de enganação e usurpação das capacidades de emancipação total da sociedade civil perante aos domínios da propriedade privada.

Essa formulação contém as críticas às formas de democracia associadas ao liberalismo, já que associa a construção normativa da ideia de igualdade de todos perante a lei à falta de capacidade (ou vontade) em efetivamente garantir essa mesma igualdade em termos práticos. A crítica, dessa forma, recai sobre a cisão, e suas consequências, que essa perspectiva oferece na tentativa de interpretação da realidade. Ou seja, a visão de igualdade jurídica turva e disfarça as desigualdades presentes no interior das sociedades. Nesse caso, seria necessário superar a política, ou melhor, superar a ideia segundo qual, a política seria a atividade humana por excelência. Segundo Chasin (2000), essa ideia é remetida a Aristóteles e faz parte de toda a tradição do pensamento político, inclusive de Marx, contudo, o autor esclarece que Marx rompe com essa tradição e, por consequência, com a concepção da política como fim último da atividade humana. É esse rompimento que, segundo o autor, delimitaria a fase de construção de um pensamento autônomo e original de Marx e marca a construção de uma nova forma de interpretação da realidade. No lugar da política Marx coloca o social. Sai o Homem político de Aristóteles e entre o Ser social de Marx. (CHASIN, 2000; COTRIM, 2011)

Não vai nos interessar nesse trabalho descrever todas as consequências teóricas dessa transformação, esse trajeto é importante porque ele ajuda a explicar, em certa medida, as dificuldades de interação entre marxismo e política. A crítica da política encontrou um terreno fértil no interior da tradição marxista, o que dificultou o diálogo com esse campo. Vale ressaltar, todavia, que essa dificuldade não impediu que a lógica de argumentação característica do marxismo tenha tido alguma entrada, ainda que o marxismo tenha ocupado apenas um lugar marginalizado, já que em seu léxico teórico os conceitos como democracia, instituições e poder aparecem de maneira bastante distinta (ANDERSON, 2004).

Foi somente com Antônio Gramsci que o marxismo consegue encontrar um ponto de ligação com a Ciência Política (GUIMARÃES, 1999; BIANCHI, 2013) e a partir daí sendo capaz de promover um encontro crítico com outras interpretações da

realidade e novas perspectivas e visões de mundo, como o feminismo¹⁴, sendo capaz de estabelecer uma relação mais orgânica e menos predatória.

A contribuição central do pensamento de Gramsci está no modo integral e historicizado da percepção dos fenômenos políticos e dos processos sociais. A política é entendida pelo autor como uma atividade presente que capta e desenvolve todos os processos teórico-práticos da atividade humana, conferindo à relação entre o desenvolvimento econômico e a história das ideias o status de elemento central para compreensão, de forma historicizada, da sociedade capitalista (BIANCHI, 2013; COUTINHO, 2011). Desse modo, a luta política e de classes é entendida não somente pela lente de setores dos trabalhadores, mas também, como uma atividade própria do ser humano.

É possível perceber dois conceitos de política em Gramsci (BIANCHI, 2013; COUTINHO, 2012): um sentido amplo e outro restrito. No primeiro, o conceito está ligado à emancipação humana, na medida em que a identifica com a expressão da liberdade, exercida pela *práxis* política que procura “superar a recepção passiva da realidade”, elevando a “atividade humana à condição de totalidade” (COUTINHO, 2012). Podemos afirmar que a efetivação da política, em seu sentido amplo, é o momento de construção de uma nova hegemonia (COUTINHO, 2012; BIANCHI, 2013).

Em seu sentido restrito, a política aparece em Antônio Gramsci como um momento de objetivação de práticas ligadas diretamente aos negócios do Estado, e assim ligados aos assuntos que possuem um alcance analítico menos ambicioso. Podemos afirmar que a crítica que Gramsci faz da política moderna vai ao encontro a noção de natureza humana. Não há na análise do pensador italiano a noção de *Homo politicus* em busca de poder (COUTINHO, 2012). As relações de classe e todas as suas consequências devem ser historicizadas e estudadas à luz do pensamento hegemônico.

Nesse sentido, a política na sua mais profunda dimensão, surge como um rito de passagem em direção à forma efetiva, para a classe trabalhadora, de emancipação humana, que se caracteriza por acabar com as distinções entre o plano abstrato

¹⁴ A relação do marxismo com o feminismo é anterior as reflexões de Gramsci. Podemos citar, por exemplo, as obras de Alexandra Kollontai e suas tentativas de inclusão de várias demandas feministas no Estado soviético. Contudo, apesar de importante, essa experiência foi curta e, mais importante, depois da ascensão do Stalinismo como polo dominante no interior do marxismo, essas discussões foram submergidas e ficaram escondidas por muito tempo.

(Estado) e plano societal (sociedade civil), ou seja, o fim da duplicidade do indivíduo e o começo da sua liberdade. E mais, a superação da ideia negativa do indivíduo, tão presente na política moderna desde Maquiavel. Nesse sentido, o indivíduo ganha centralidade na construção efetiva das relações sociais presentes em cada tempo histórico, os interesses, os desejos e as limitações conjecturais passam a formar o substrato com os quais os indivíduos fazem a história.

Se com Gramsci o marxismo encontrou uma nova síntese que o dotou de conceitos capazes de melhorar sua compreensão da sociedade nas sociedades com desenvolvimento industrial mais avançado (BIANCHI, 2013; COUTINHO, 2012), com o feminismo, o marxismo pode ganhar novas ferramentas para a compreensão do real. Ou seja, a incorporação do léxico feminista é mais uma “refundação” pelo qual passou o marxismo, recomeçando não do início, mas de um novo começo. Um marxismo, sem dúvidas, agora, com mais condições em construir uma interpretação da realidade social impactada pelo capitalismo e pelo patriarcado.

Essa pequena digressão nos ajuda a compreender como essa característica autônoma e antagônica às concepções positivistas da produção do conhecimento, marcou a relação entre o marxismo e a política de maneira definitiva. Essa relação tensionada tem respaldo em duas características do marxismo: a dificuldade em lidar e construir um corpo teórico que pudesse explicar e dialogar com o corpo teórico já construído pela Ciência Política (GUIMARAES, 1998) e como isso tem relação com a própria visão que ganha dimensão sobre a política no interior do marxismo, ressaltando a importância do Antônio Gramsci nesse processo. Nesse sentido, a contribuição crítica mais importante feita pelo marxismo é a noção que não existe uma natureza humana universal e imutável.

Mesmo quando o marxismo adentra as universidades (ANDERSON, 2004), ganhando adeptos entre professores e alunos, suas fontes mais vivas de produção estão voltadas para fora desse ambiente. E vale ressaltar, suas contribuições mais criativas são aquelas associadas às tentativas de resolução de problemas concretos presentes em determinada conjuntura histórica. Essa característica não rendeu ou formou um anti-intelectualismo ou uma negação na força criativa da crítica do fazer acadêmico, apenas reforçou a percepção que quando associado a um problema prático o conhecimento é mais efetivo.

Feminismo e Política

As diversas correntes do pensamento feminista têm em comum entre si a contestação das relações de poder presentes no interior das sociedades contemporâneas. Nascem na perspectiva de criticar as relações desiguais no interior das sociedades, que prejudicam especialmente as mulheres. O grau dessas críticas adquire níveis distintos, contudo, o enfrentamento às hierarquias sociais que fomentam uma situação de subordinação das mulheres se caracteriza como um elemento em comum. Além disso, a ideia de que a luta feminista se afirma para além da produção teórica, ao contrário, produz contestações e movimentos essencialmente políticos, na medida que tem em seu horizonte um projeto de emancipação (DIETZ, 2003).

Pode-se dizer que as relações entre o feminismo e a política são melhores mapeadas, quando comparamos a relação entre política e marxismo, exposta acima, o que não significa que se estabeleça uma relação menos conflituosa que a estabelecida entre o marxismo e a disciplina. Ao contrário, os pontos tensionados estão diretamente ligados pelo desafio lançado pelo debate feminista a todo o campo da Ciência Política. Em grande medida, esse desafio é como incluir as mulheres na construção teórica, ou mais especificamente, porque as mulheres estão fora da imaginação teórica proposta pelo conjunto de pensadores que são comumente considerados cânones do pensamento político? De fato, uma questão aparentemente simples, mas que encontra uma surpreendente resistência a incluir o problema nas abordagens teóricas correntes ainda nos dias atuais, e que o conjunto de pensadoras feministas ainda está em busca de resposta. Isso reflete os obstáculos para a superação do lugar subordinado destinado às mulheres nas sociedades capitalistas.

A própria relação discutida nesse espaço já demonstra as dificuldades que os estudos de gênero enfrentam na sua jornada de afirmação no interior da Ciência Política (KRAUSE, 2011). Na medida em que o campo da ciência política tem dificuldade em que a pretensa neutralidade que se afirma na produção do conhecimento, está na verdade, ignorando sistematicamente a condição e problemas de metade da população (BIROLI, 2017). Mas, acima de tudo, mostra como as interpelações feministas abalaram as bases de sustentação de todo pensamento social produzindo no interior do que comumente entendemos como Ciência Política (MIGUEL e BIROLI, 2013), não podendo mais serem ignoradas.

Esse abalo vem, prioritariamente, a partir da crítica feita por teórica feministas às relações de poder que sistematicamente excluía as mulheres da construção teórica ou apresentava os problemas de gênero como secundários. Como alternativa, o feminismo passou a politizar o “mundo para além das fronteiras da política institucional” (BIROLI, 2017), ao trazer suas experiências e vivências para o centro do debate sobre as relações de poder nas sociedades modernas (BIROLI, 2017). Ao fazer isso, o feminismo tem procurado redefinir as fronteiras entre o normativo e o empírico (ibid), mostrando que as narrativas normativas hegemônicas no interior da teoria política escondem a dominação masculina como problema político relevante. A influência do patriarcado nas teóricas políticas hegemônicas está justamente no fato dessas teorias compreenderem o problema de gênero com secundário e específico, “que remeteria às mulheres e não à política em seus fundamentos” (BIROLI, 2017).

Os estudos sobre gênero ou com perspectiva de gênero têm ganhado cada vez mais espaço no interior da teoria política. Mesmo que essa aceitação não tenha se dado de maneira fácil, a realidade é que a perspectiva de gênero se impôs. Como apontam Biroli e Miguel (2012), esse processo é menos visível nas Ciências Sociais brasileiras, mas representa um movimento irreversível, já que as interrogações feministas provocaram uma revisão crítica de algumas premissas consolidadas no interior da teoria política. Um dos pontos que mais marca essa revisão é a crítica feita por Carole Pateman à teoria do contrato social:

Por contratualistas estamos entendendo como um conjunto de pensadores que utilizavam o conceito (abstrato) de contrato social para explicar a passagem das sociedades antigas para as modernas. Um tipo de mito de fundação. Podemos citar como contratualistas: John Locke, Thomas Hobbes, entre outros. Em outro texto, Pateman mostra que fundamento desse “contrato social” que normatizava as relações de poder nas sociedades, deixa intacta as relações de poder baseada na dominação masculina.

Mesmo já existindo uma produção feminista anterior¹⁵, foi com a obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, que a perspectiva de gênero ganhou um esforço de construção do que seria a identidade de feminino. ideia de que a identidade da mulher é fruto de uma construção social torna-se imprescindível para se entender o desenvolvimento posterior da teoria feminista. Essa percepção jogou luz sobre o

¹⁵ Para uma visão geral ver: Miguel e Biroli, 2013.

espaço privado e de como as relações de dominação e exploração se desenvolviam naquele espaço. Além disso, a negligência em relação ao que acontece nos espaços privados (domésticos) serviu como pano de fundo para a manutenção da opressão sobre as mulheres. Um “ponto cego” onde as luzes do debate público não chegavam. Assim, a palavra de ordem “*o pessoal é político*” tornou-se eixo de atuação dos movimentos feministas e ajudou a consolidar esse campo de estudo, chamando a atenção para o aspecto fundamental do ambiente privado para a manutenção das relações de subordinação das mulheres nas sociedades contemporâneas.

Miguel e Biroli (2013) apontam quatro eixos que mobilizam de maneira mais enfática a relação do feminismo com a teoria política, são eles: distinção entre esfera pública e privada; a relação entre igualdade e diferença; o conceito de identidade e o valor da autonomia. Vale ressaltar que esse conjunto de eixos representam uma miríade de debates internos, marcados por muita polêmica. Não é necessário refazer todo esse itinerário porque ele já foi mapeado, e muito bem mapeado, e não teríamos algo novo a acrescentar (DIETZ, 2003; OKIN, 2008; MIGUEL e BIROLI, 2013). Contudo, a esse conjunto de questões gostaríamos de evidenciar e chamar a atenção para alguns elementos mais específicos para acrescer ao debate, são eles: a crítica ao alinhamento entre liberalismo e democracia e a crítica à ideia do indivíduo como conceito universalizante para a interpretação da sociedade. Acreditamos que mapear esses dois aspectos é fundamental para a continuidade e justificativa do nosso trabalho.

Em *The disorder of women: women, love and the sense of justice*, Carole Pateman (1989), em especial seu capítulo 1; *The Disorder of Women: Women, Love, and the Sense of Justice*, faz uma excelente síntese de como a relação entre patriarcado e liberalismo foi sendo formatada tendo como ponto central o lugar subordinado destinado às mulheres. Nessa relação, as mulheres são vistas como incapazes ou menos capazes de conduzir os negócios do Estado, justamente por não possuírem um senso de justiça. Nesse sentido, essa aliança justifica, com um verniz teórico, a naturalização da atuação das mulheres na esfera privada.

Pateman (1989) chama a atenção para o fato que o liberalismo, na sua acepção abstrata, possui uma ligação com o feminismo. Isto porque este defende a ideia de liberdade individual e de autonomia como base do desenvolvimento das mulheres (MIGUEL e BIROLI, 2013) que está na base de toda sustentação do

liberalismo. Além disso, a chamada “primeira onda” do feminismo é caracterizada como a luta por direitos, como o do voto, e em uma clara associação com as ideias liberais (MIGUEL e BIROLI, 2013). Contudo, ao não reconhecer as mulheres como portadoras de capacidades de atuação nos espaços públicos, geralmente associados aos espaços de poder, o liberalismo forjou uma aliança com o patriarcado. A formação desse “liberalismo patriarcal” (PATEMAN,1989) remete à formação da própria política moderna, exemplificada com os teóricos conhecidos como os contratualistas. Contudo, a formação desse liberalismo cinde as mulheres em duas, a pública e privada. A primeira pode lutar por mais participação, pelo direito ao voto e todos os direitos de cidadania assegurados aos homens. Já a segunda, ainda fica refém do poder e dos desejos dos homens (PATEMAN,1989).

Diante dessa relação de equilíbrio de forças, as mulheres passam a ser um perigo à ordem quando não aceitam esse lugar natural, no qual o sistema político, marcado pela predominância da dominação masculina, insistia em mantê-las. Por isso, as mobilizações e reivindicações feministas têm potencial de produzir uma desordem no sistema político. Não pelas possíveis pautas reivindicadas, mas também por elas, mas sim, pelo sujeito político que levanta essas pautas. Assim, as lutas pela igualdade de direitos, por reconhecimento, por igualdade salarial entre outras, são vistas como potencialmente causadora de conflitos, pois podem colocar em risco o mundo público, que tem como centro a atuação masculina. Ou seja, a “desordem das mulheres” é encontrada no fato delas não aceitarem um papel social pré-definido e um lugar social de subordinação. Essa caracterização apresenta-se com um dos elementos centrais que amalgama a aliança entre o patriarcado e o capitalismo (PATEMAN,1989).

A questão central é a afirmação da existência de uma incapacidade natural por parte das mulheres, de todas as mulheres, em promover a justiça, que na lógica de argumentação da autora, significa a incapacidade de atuação nos espaços públicos e a justificativa para a construção de barreiras para tal. É esse o cerne da aliança entre liberalismo e patriarcado, que condiciona e restringe a vida das mulheres ao ambiente privado, naturalizando uma condição que as oprime. A distinção entre espaço público e privado é, então, um dos eixos que estruturam as relações sociais e, portanto, um dos principais mecanismos de sustentação da dominação masculina na medida em que invisibiliza e “restringe a vida das mulheres às dinâmicas

privadas/domésticas, longe dos centros decisórios e subordinadas às relações de mando”. Como mostra Biroli (2018), essa questão está na raiz de fundação da crítica feminista e possui também grande relevância no interior do pensamento político moderno (OKIN, 2008), sendo um dos elementos centrais de ligação entre o liberalismo e o feminismo.

Ao negar que as mulheres são, por natureza, incapazes de participar da vida coletiva, as feministas estão também em rota de colisão com os principais fundamentos que sustentam as premissas da democracia liberal, já que esta, como aponta Bobbio (2017), possui uma relação umbilical com o liberalismo. As críticas à democracia, não coloca o feminismo em rota de colisão com esse modelo de organização da vida social (DIETZ, 2003). Foi com a crítica aos fundamentos de reprodução que sustentavam o conceito de democracia que uma parte do feminismo compreendeu que somente com o entendimento dessas relações se contribuía com projeto emancipatório do feminismo.

O que o feminismo contesta é um dos pressupostos característico do liberalismo que preconiza que as desigualdades sociais têm pouca relevância para a igualdade política (BIROLI, 2018; DIETZ, 2003; PATEMAN, 1989). Assim, quando questiona as desigualdades de gênero e suas consequências para a representação política das mulheres, por exemplo, ele está criticando a relação existente entre liberalismo e democracia. No entanto, é preciso ressaltar que a crítica as instituições liberais e a democracia não têm a mesma dimensão para o conjunto do feminismo. Antes, temos que reconhecer que mesmo no feminismo liberal (DIETZ, 2003) existem questionamentos aos limites da representação política nas sociedades modernas e as desigualdades de gênero como umas das principais barreiras para a efetiva melhora da representação das mulheres.

As críticas feitas ao liberalismo vão sempre no mesmo sentido, a exclusão das mulheres dos espaços públicos, associados aos espaços de poder, e seu confinamento ao espaço privado, associado ao cuidado ou ao trabalho doméstico. Mostram ainda que as tentativas de impulsionar relações pautadas por mais igualdade sustentadas pelo capitalismo foram tolhidas pelas relações patriarcais e que essa aliança sustenta, hoje, as justificativas de dominação masculina, mesmo levando em consideração todos os avanços obtidos no último século, como o direito ao voto, direito ao divórcio, entre outros.

Essa tensão está consolidada na crítica feminista pelo conjunto de argumentos que preconizam a existência, pelo menos teórica, da ideia de um tipo de indivíduo universal que é utilizado como base para a construção de uma narrativa do desenvolvimento da sociedade humana e, em decorrência, um conjunto de ideias que associa esse desenvolvimento com uma determinada noção de democracia e mais, a uma forma específica de interação entre esses mesmos indivíduos. A esses dois conjuntos, a crítica feminista procura demonstrar a inexistência de um indivíduo universal (PATEMAN, 1989; OKIN, 2008; BIROLI, 2018) e que a ideia de democracia que emerge desse processo é bastante limitada, entre outras coisas, por excluir as mulheres dos seus espaços públicos, da sua construção e do seu funcionamento.

Reconstruir a relação entre patriarcado e capitalismo na formação do Estado moderno nos ajuda a encontrar (desvendar) as estruturas que dão sustentação à dominação masculina. Estas se manifestam de várias maneiras, seja na divisão sexual do trabalho que desvaloriza a força de trabalho feminina quando no mercado, ou na não remuneração do trabalho doméstico (DELPHY, 2009), na formação de um ideal de família em que as mulheres são responsáveis exclusivamente pelo cuidado, que contribui como uma das barreiras à participação política das mulheres, entre outras. Todas essas manifestações de interlocução entre o patriarcado e capitalismo, dentre muitas outras, têm o Estado como o seu núcleo de articulação. Assim, compreender como a relação entre estas estruturas impacta na formação do Estado é fundamental para entender e transformar as relações (classe, gênero e raça) no interior da sociedade.

Desse modo, quando o feminismo critica a ideia de indivíduo universal, a partir da politização das relações privadas que sustentam as premissas do liberalismo e da democracia, ele entra na fronteira que procura questionar as bases da relação entre patriarcado e capitalismo. Entre o “econômico é político” de Marx e o “pessoal é político” de Beauvoir (OKIN, 2008) uma grande parte do feminismo passou a adotar uma posição em que o público (econômico) quanto o privado (pessoal) não aparecem de modo hierarquizado nem antagonista para a explicação da relação entre patriarcado e capitalismo para a interpretação das condições de subordinação das mulheres nas sociedades contemporâneas.

Por esses eixos, a teoria feminista promove um diálogo com outras tradições de pensamento. Para o nosso trabalho, o diálogo que interessa é entre o feminismo e o marxismo e o seu ponto central, qual seja, a relação entre gênero e classe, na qual tem se dado as principais divergências e polêmicas. Vamos acrescentar também a questão da relação entre patriarcado e capitalismo porque acreditamos que é sob essa relação que se constroem os pontos de ligação mais fortes entre o marxismo e o feminismo.

A relação entre gênero e classe está no interior de um percurso teórico que busca a compreensão das posições desiguais de poder à partir de múltiplas variáveis. Tem como uma das suas características principais a crítica à sociabilidade excludente das relações de mercado (SOUZA-LOBO, 1996; SAFFIOTI, 2013), o feminismo e o marxismo apresentam a possibilidade de construção de uma agenda comum ou pelo menos próxima. Contudo, essa aproximação nem sempre converge para uma atuação conjunta.

Portanto, é preciso fazer uma ressalva de que a relação entre marxismo e feminismo não pode ser sustentada apenas em uma interligação ou na soma de interesses entre classe e gênero, por mais que tenha importância essa associação. Óbvio que essa relação é um dos seus pilares, mas se pode ir além, ao organizar uma aliança em um nível mais orgânico e geral. Torna-se bem vinda uma aliança que tenha como fundamento a crítica radical dos condicionantes estruturantes que sustentam as relações sociais presentes nas sociedades capitalistas.

A relação entre patriarcado e capitalismo é permeada historicamente por polêmicas no interior do pensamento feminista. Como aponta Delphy (2009) havia uma oposição entre esses dois conceitos, que envolvia a luta de uma parcela do feminismo e das feministas que procuravam distanciar-se das explicações que colocavam a subordinação das mulheres como consequência, exclusiva, do capitalismo. Além disso, esse debate era um marcador de duas alternativas para a afirmação do feminismo: a primeira, associada a partidários de uma luta feminista mais autônoma e a segunda, aos defensores da luta feminista no interior das organizações anticapitalistas. Em jogo, estava presente o debate sobre a validade e pertinência de estabelecer uma relação entre feminismo e marxismo.

Inicialmente, este foi o tema central da reflexão no interior do feminismo marxista, que pode ser exemplificado a partir das obras de Alexandra Kollontai, Clara

Zetkin e as reflexões ancoradas na luta política ocorridas no âmbito da Revolução Russa, no debate para ombrear a luta feminista à luta de classe, até o debate na década de 70, em que a controvérsia sobre essa relação teve seu ponto de maior ebulição.

Em grande medida, o debate crítico da validade explicativa da relação entre patriarcado e capitalismo, no interior do feminismo marxista, está subsidiado por dois argumentos principais: o primeiro, ancorado na ideia de autonomia relativa entre esses dois sistemas e, mais, que o sistema capitalista em alguma medida tem condições de reconfigurar as relações sociais próprias do patriarcado (WALBY, 1990); um segundo conjunto de argumentos procura problematizar essa aproximação, entre patriarcado e capitalismo, apontando que sua efetivação tem levado a uma subordinação da categoria gênero perante classe (HARTMANN, 1997).

A produção teórica acerca da relação entre patriarcado e capitalismo é hegemonizada pela perspectiva da teoria dos sistemas duais. De modo geral, tal perspectiva pode ser entendida como uma interpretação que procura compreender as desigualdades de gênero a partir de uma aliança entre patriarcado e o capitalismo, que moldam um conjunto de estruturas que dão sustentação à dominação masculina, mas que apesar dessa aliança conseguem manter uma autonomia entre eles (HARTMANN, 1997). O que não significa a existência de um consenso quanto à forma de interação dessa relação, em outras palavras, existe uma concordância sobre as características sistêmicas - tanto do patriarcado quanto do capitalismo - e sobre a existência de uma interação entre os dois, mas não existe uma concordância acerca do grau e das consequências dessa interação.

A abordagem dos sistemas duais teve grande influência nas produções sobre a relação entre patriarcado e capitalismo, trabalhando com a ideia de que as relações de gênero são impactadas diretamente pela aliança entre patriarcado e capitalismo. Mas a ideia presente entre os defensores dos sistemas duais de autonomia entre sistemas, no caso patriarcado e capitalismo, nos parece tenha menos aceitação atualmente.

O conjunto de autoras que desenvolvem trabalhos nessa linha de raciocínio tem em comum dois conjuntos de argumentos que procuram diferenciar o ambiente privado e o ambiente público como locais, primeiro, de afirmação da condição de sujeição das mulheres e, segundo, de tensão entre estruturas hierárquicas próprias

do patriarcado com estruturas “modernizantes,” mas também hierárquicas, do capitalismo. Assim, temos a família e o trabalho como emergem como conjunto de relações a partir dos quais se explica capitalismo, patriarcado e as relações entre ambos.

Os sistemas duais representam um tipo de síntese entre o feminismo marxista e feminismo radical na perspectiva de retirar o foco exclusivo ou do patriarcado ou do capitalismo como pontos centrais na produção das desigualdades de gênero (WALBY, 1990). Em contrapartida, procura afirmar que os dois sistemas são importantes na estruturação das relações de gênero contemporâneas, forjando uma interação na qual as hierarquias próprias do patriarcado e do capitalismo reforçam-se mutuamente, criando um “sistema” próprio.

Diante de dois sistemas fortes, com ramificações potentes, a ideia subjacente a parte do feminismo marxista era de que as estruturas de reprodução do capitalismo seriam capazes de ter uma ação corrosiva sobre as bases de organização e sustentação do patriarcado. Ou seja, de algum modo, o capitalismo conseguiria impor-se. Subjaz a ideia de que a classe seria mais importante que o gênero. Essa perspectiva foi bastante criticada (HARTMANN, 1997; hooks 2015) na medida em que reduzia o potencial explicativo da categoria gênero perante a classe. Esse “casamento infeliz” (HARTMANN, 1997) reproduziria uma relação desigual. Mas a crítica é mais profunda, uma vez que associa a tradição marxista à impossibilidade de incorporação do gênero no seu léxico teórico, visto que o caracteriza como fenômeno derivado das relações econômicas. É nesse contexto que Souza-Lobo (1996) discute a impertinência de se trabalhar com o conceito de patriarcado, já que ele está associado à estrutura de pensamento que restringe as possibilidades de pensar a categoria gênero¹⁶, que na visão da autora seria mais abrangente.

O texto de Heide I. Hartmann (1997), em *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union*, constitui um clássico estudo sobre a relação entre marxismo e feminismo, pois condensa uma série de críticas dessa aproximação. Dessa perspectiva, o texto, desde o seu enunciado, aponta contrariamente para qualquer forma de “casamento” entre esses dois campos de conhecimento quando não se leva em consideração as opressões sofridas pelas

¹⁶ Este é um aspecto que transcende o escopo deste trabalho, mas que acreditamos ser importante reconhecê-lo.

mulheres. Com isso, ela tenta superar os silêncios característicos do marxismo quanto às especificidades da opressão de gênero no capitalismo.

Para a autora, esse “casamento” guarda relação de similaridade com qualquer forma de união entre um homem e uma mulher, ou seja, são formalmente unidos, mas essa união tem um polo dominante. No caso do marxismo e do feminismo, o centro dominante seria o primeiro, já que este inclui o feminismo na sua luta contra o capital, gerando uma desigualdade nessa relação, visto que o marxismo não se inclui na luta contra o patriarcado.

Como para Hartmann (1997) a questão feminista está relacionada com as “causas da desigualdade entre mulheres e homens, da dominação masculina sobre as mulheres” (HARTMANN, 1997) e estas questões são negadas ou colocadas em um quadro analítico que preocupa-se mais com a relação da mulher com e no sistema econômico. Segundo a autora, essa modificação transforma a opressão da mulher em mais um dos aspectos da dominação de classe. Essa interpretação é fundamental, uma vez que, coloca como possibilidade a conexão entre o marxismo e feminismo e mais, coloca como primordial a relação entre classe e gênero.

Cristine Delphy (2015) em “*O inimigo principal: economia política do patriarcado*” retrata como o patriarcado e o capitalismo atuam em conjunto na exploração das mulheres, mostrando como em cada um desses sistemas as formas de exploração aparecem de modo distinto. Contudo, guardam um elemento comum, qual seja, a exploração da força de trabalho. O grande mérito do texto da autora é demonstrar como as relações de exploração da força de trabalho feminina têm uma conexão direta com o lugar subordinada destinada às mulheres no interior da sociedade marcada pelas relações patriarcais. Em consonância, Araújo (2000) e Souza-Lobo (1996) mostram a importância de se trabalhar com a visão histórica de formação dos valores sociais, que invisibilizaram e relegaram às mulheres o seu lugar como sendo a casa e de como essas “contingências materiais” atuaram na construção da dependência econômica das mulheres. O central dessa relação, segundo Walby (1990), seria a unidade familiar, que surge como locus de utilização gratuita da força de trabalho das mulheres.

Em termos da relação Trabalhador-Empregador, a equação é, para Delphy (2015) mais igualitária e justa do que a equação Mulher (esposa) - Homem (esposo), já que na primeira existe a possibilidade de uma negociação mais equilibrada, uma

vez que existe uma mútua dependência, na qual o valor da força de trabalho é fixado e o trabalhador tem, em tese, um número infinito de empregadores ao qual ele pode vender sua força de trabalho. Para a mulher casada isso não acontece, uma vez que seu marido seria o dono da sua força de trabalho, ou melhor, o dono do produto da sua força de trabalho.

A autora chama atenção para a diferença que a relação de classe fornece às mulheres, ou seja, as condições e exigências laborais mudam de acordo com as condições econômicas. Mas mesmo essas diferenças não são fruto da atuação das mulheres, o seu ponto central continua sendo o homem (marido). Os maridos continuam a ser os responsáveis pelo sustento dessas mulheres, acarretando em uma subordinação extrema. Desse modo, a autora reconhece que a relação de classe faz com que as condições e as expectativas da mulheres tenham relação com sua posição social, obrigando as mesmas a uma corrida para fazer um bom casamento, ou seja, para encontrar um homem rico. Isto porque as mulheres encontrariam dificuldade em serem reconhecidas enquanto classe, em uma perspectiva marxista.

Assim, Delphy (2015) identifica a estrutura familiar como uma unidade de produção e mostra que nela existe um processo de exploração econômica das mulheres. Essa chave de leitura permite à autora fazer a conexão entre o patriarcado e o capitalismo. A vinculação entre esses dois elementos está ligada à identificação de que a força de trabalho da mulher está situada fora do mundo do valor e, portanto, da produção da riqueza e da valorização social. Assim, não se trata apenas da denúncia do trabalho gratuito ou da obrigatoriedade de cuidado com os filhos, mas que o lugar da mulher no processo de trabalho simplesmente não existe, não importando o quanto elas trabalhem. Tanto é assim que as mulheres não teriam direito nem à liberdade de disporem da sua força de trabalho livremente, já que o seu resultado (produtos) pertence ao homem, seja ele pai ou esposo. Portanto, continua Delphy, a continuidade de uma visão, que segundo ela é predominante no interior do marxismo, de que as relações de classe são mais prioritárias que as de gênero para a definição das relações de produção, tem levado a formações de lacunas que impedem a compreensão da realidade e do modo de inserção das mulheres no mercado de trabalho. A consequência mais visível é a tensão entre o feminismo e o marxismo, ancorado na incapacidade deste último em compreender a dinâmica de exploração presente na lógica de invisibilidade da força de trabalho feminino e,

principalmente, da incompreensão de como esse lugar afeta diretamente no processo de sujeição feminina.

A divisão sexual do trabalho é importante, na medida em que ela expressa uma série de relações que estão fora das decisões individuais e que, portanto, refletem estruturas sociais que atuam ativamente para a manutenção do lugar subordinado das mulheres nas sociedades. Desse ponto de vista, a divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como “produtora de gênero” (BIROLI, 2018). Já que, está relacionada a capacidade das mulheres em exercer sua cidadania, visto que, a divisão sexual do trabalho, quando equacionada de modo desigual, acarreta a sobrecarga de trabalho doméstico, de cuidado e barreiras à participação das mulheres nos espaços públicos.

Dados organizados por Flávia Biroli,¹⁷ mostram o impacto sobre a vida das mulheres quando a divisão do trabalho é ancorada nas relações de gênero. O resultado é que 98% do trabalho doméstico é feito por mulheres quando esse dado é confrontado com a expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho que saltou de 18.5% para 55%.¹⁸ mostra que as mulheres têm entrado no mercado de trabalho sem ter uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico. Essa relação também poderia ser feita para os trabalhos de cuidado. Mas é outro aspecto que queremos ressaltar neste momento, a combinação entre entrada no mercado de trabalho e trabalho doméstico têm levado a precarização do trabalho e os efeitos desse processo recaem mais sobre as mulheres negras, evidenciando seu caráter racializado e a “dinâmica de classe”(BIROLI, 2018).

Quando Delphy pretende criar as “bases para uma análise materialista da opressão às mulheres” ela procura chamar atenção para o fato que o trabalho feminino não remunerado fornece umas das bases de sustentação do capitalismo e tem na família o seu eixo central. O que autora procura destacar é que mesmo nas sociedades “socialistas” a exploração do trabalho gratuito das mulheres, principalmente os trabalhos domésticos e o cuidado com os filhos, permanece como regra, caracterizando a família, segundo a autora, como um local de exploração das mulheres.

¹⁷ Em Gênero e Desigualdade: limites da democracia no Brasil.

¹⁸ Espaço temporal entre 1970 e 2005.

O avanço do mercado de trabalho industrial modificou profundamente as relações de trabalho no interior da unidade familiar. Antes, a mulher era responsável por boa parte do trabalho de sustento da família, de geração de renda, visto que esses produtos poderiam ser trocados no mercado. Contudo, a industrialização tornou privada essa economia doméstica, ou seja, ela retirou valor de uma parte dos produtos fabricados pelas mulheres, com isso, diminuiu sua possibilidade de autonomia e aumentou o peso da exploração por elas sofrida. Esse movimento, representa para Delphy (2015) a forma de interseção entre o patriarcado e capitalismo, que tem como pano de fundo a manutenção das hierarquias sociais e econômicas que desvalorizam o papel das mulheres.

Sem possibilidade de agregar valor à parte de seu trabalho, as mulheres (ou parte delas) são lançadas ao mercado de trabalho como forma de compensar a queda da renda familiar, mas também como forma de rebaixar os custos da força de trabalho. Essa dupla função, reforça para Delphy (2015) a característica da relação entre patriarcado e capitalismo, que é a exclusão das mulheres do mercado de troca (geração de valor) mas não a sua exclusão da produção da riqueza, que nesse arranjo, é capturado pelo marido ou pelo capitalista. Para as mulheres solteiras, esse processo possibilitou ter uma autonomia maior em relação a sua força de trabalho, entretanto, para as mulheres casadas, essas modificações resultaram em uma ampliação da jornada de trabalho, já que, o trabalho doméstico (gratuito) continuou a cargo exclusivo delas (DELPHY, 2015). Portanto, nesses casos, o casamento foi visto como forma de amarrar as mulheres às condições de vida degradantes. Por óbvio, essa correlação não impacta de similiar todas as mulheres, em muitos casos casar com um homem rico significa sair, minimamente, das condições de subordinação econômica.

Capitalismo e patriarcado são palavras, conceitos e sistemas que denotam uma relação de poder e dominação. Ambas, carregam na sua gênese a predominância da violência e da desigualdade. Esses sistemas estão, de alguma forma, entrelaçados e se apoiam mutuamente. Esse nos parece ser o recado claro que a literatura mobilizada neste trabalho procura oferecer. Mesmo como observa Hooks (2015), a palavra patriarcado não está no léxico do pensamento comum das pessoas e está dissociada de qualquer significado para a imensa maioria dos homens. Entretanto, para o movimento feminista, atuou como palavra de ordem na denúncia

das condições de exploração e opressão as quais são submetidas as mulheres, evidenciando as estruturas históricas de dominação masculina. Podemos perceber, de antemão, que a literatura mobilizada já pressupõe que exista uma relação entre patriarcado e capitalismo e que ela interfere nas relações de gênero.

Considerações Finais

Vimos ao longo do texto que existe uma tensão entre marxismo, feminismo e Ciência Política, marcada pela dificuldade dessas duas correntes em se adequar às formas de produção de conhecimento hegemônicas no interior da Ciência Política. Vemos que essa relação é mais ampla e não fica circunscrita à Ciência Política enquanto disciplina acadêmica. Contudo, para fins estritamente deste trabalho, estamos nos concentrando e as vezes até fazendo correlações entre a Ciência Política e a produção do conhecimento nas chamadas humanidades. Vimos também que essa tensão é resultado da profunda contestação dos pilares fundantes da teoria política, que segundo o marxismo e o feminismo, excluem importantes setores da sociedade. Desse modo, a luta de ambas correntes pela inclusão desses setores, a saber, os trabalhadores e as mulheres, encontra dificuldades e restrições. É essa tensão que marca a relação entre marxismo, feminismo e a Ciência Política e que permeia o debate sobre inclusão e exclusão.

Por vias distintas, tanto o feminismo quanto o marxismo têm pautado de maneira sistemática e enfática os pressupostos fundamentais da teoria política. Essa interpelação tem no seu centro a problematização das estruturas sociais hierarquicamente construídas e a denúncia da naturalização dos mecanismos de opressão, que rebaixam e excluem determinados atores políticos. Tais correntes representam, dessa forma, a voz dos setores mais fragilizados das relações sociais formadas a partir da consolidação do capitalismo e de sua aliança orgânica com o patriarcado.

Podemos dessa maneira resumir a relação entre marxismo, feminismo e Ciência Política em três tipos de tensionamentos que formam o seu cerne crítico, refletindo um enquadramento, não linear, das contestações dos fundamentos da aliança entre liberalismo e patriarcado: o primeiro, sobre a forma de produção do conhecimento; o segundo, a divergência sobre o caráter universalizante da ideia de indivíduo e o terceiro, sobre as características da democracia.

Como estão umbilicalmente ligados aos movimentos reivindicativos e às lutas políticas, o marxismo e o feminismo têm encontrado dificuldade em enquadrar seus pressupostos de mudança com as estruturas de sustentação do patriarcado e capitalismo. Apesar da sua importância e dinamismo, o debate das causas estruturantes da opressão de gênero sofreu modificações a partir da década de 80, como resultado de dois movimentos distintos, mas que estão interligados: primeiro, a perda de espaço do marxismo no interior das Ciências Sociais e, em segundo lugar, o aumento da hegemonia do capitalismo como organizador das relações sociais (FRASER, 2009; MIGUEL, 2017).

Por óbvio, os estudos sobre a relação entre patriarcado e capitalismo também tiveram seu pico de influência até a década de 80 e continuaram a ser produzidos, contudo, tiveram seu impacto e capacidade de reverberação diminuídos. Como era a partir do olhar sobre a interface entre capitalismo e patriarcado que se estabelecia a relação entre o marxismo e o feminismo, a queda na influência do primeiro, acabou por nebulizar esses estudos. Isto, por sua vez, trouxe como consequência uma capacidade inferior de se colocar no debate público, visto que uma das características mais marcantes dos trabalhos sobre feminismo é sua capacidade de interlocução com os movimentos vivos da sociedade. Contudo, o debate crítico não cessou, ao contrário, ganhou novos contornos. Além disso, outros temas adentraram a agenda teórica e política dos trabalhos feministas com mais centralidade, com por exemplo, a questão racial e interseccionalidade, o debate sobre o corpo, a reivindicação de direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Esses novos debates ajudaram a adensar e complexificar a compreensão da relação entre patriarcado e capitalismo.

Contudo, um debate mais normativo sobre a relação entre capitalismo e patriarcado foi menos explorado. De certo modo, essa lacuna pode ser explicada pela predominância da elucidação dessa relação através da teoria dos sistemas duais. Tal abordagem ganhou muitas adeptas e tem grande influência no debate sobre a relação entre patriarcado e capitalismo. Nela, patriarcado e capitalismo são sistemas autônomos, sendo o primeiro ideológico e o segundo, econômico (ARRUZZA, 2013) com características próprias de estruturação das relações sociais de gênero. Nesse sentido, a abordagem dos sistemas duais procura enfatizar o caráter relacional e dependente desses sistemas na formatação e/ou manutenção das estruturas de opressão e exploração nas sociedades capitalistas. Segundo Sylvia Walby (1990), foi

através dessa perspectiva que o feminismo marxista trabalhou a questão da relação entre patriarcado e capitalismo. De modo geral, podemos descrever duas formas de aplicação dessa abordagem: a primeira, defende a união entre patriarcado e capitalismo promovendo a formação de um novo sistema unitário, a partir de uma espécie de fusão - capitalismo patriarcal – sendo impossível sua separação, do ponto de vista analítico ou prático; a segunda pressupõe a interligação entre os dois sistemas, contudo, a despeito de atuarem de maneira interdependente, cada um mantém níveis de estruturação com certa autonomia.

Todavia, é possível perceber no cenário atual uma renovação do interesse pelo estudo da relação entre patriarcado e capitalismo (ARRUZZA, 2014; MIGUEL, 2017). Podemos associar essa ativação aos crescentes movimentos protagonizados pelas mulheres que, de alguma forma, estão questionando as hierarquias sociais de gênero, estando à procura por explicações mais estruturais para desvendar a permanência da condição de subordinação das mulheres nas sociedades contemporâneas. Como aponta Fraser (2009), vivenciamos um período em que as divergências entre a necessidade do aumento do lucro e as demandas por novos direitos colocam em cheque as estruturas, chamadas pela autora, do neoliberalismo progressista, que processavam as demandas trazidas pelos movimentos feministas.

Vemos que a interação entre o feminismo e o marxismo tem um caminho longo de coexistência e que esta não tem sido feita sem problemas. Não se trata apenas de reconhecer que existem vantagens e desvantagens nessa relação, mas reconhecer que as interperlações mútuas tem forçado cada uma dessas vertentes a congregar temáticas que proporcionam uma incorporação interna ao campo que os fazem avançar, visto que dificulta a idéia de se pensar isoladamente cada campo. No caso particular da nossa discussão, a conexão entre o marxismo e o feminismo se mostra essencial à medida que fica bastante documentada na literatura a aliança entre o capitalismo e patriarcado. Não discutir nessa perspectiva é possível, contudo, os resultados não serão satisfatórios. Ora, como alerta Fraser (2009), a íntima relação entre patriarcado e capitalismo forjam objetivos e instituições que estruturam o modo de desenvolvimento das relações sociais, interferindo profundamente nas formas de convívio entre as pessoas. Estruturam também interações sociais marcadas pela hierarquia e violências sobre grupos específicos, como as mulheres e a população negra. Assim, é fundamental desvendar como essas formas de interação estavelecem

e qual seu grau de interdependência na conformação de uma determinada forma de Estado.

Desse ponto de vista, chamamos a atenção para a importância de se manter a conexão entre patriarcado e capitalismo como forma de ampliação do escopo explicativo no que tange às estruturas de permanência da dominação masculina. Ao longo desse percurso temos percebido que a relação normativa entre patriarcado e capitalismo e sua consequência para a formação de uma concepção de Estado precisa ser retomada. Primeiro, por causa das mudanças instituídas nas relações sociais de gênero e de classe, em outras palavras, devido ao patriarcado e o capitalismo serem sistemas com alta capacidade de adaptação às pressões externas para a modificação das suas premissas, podem reconfigurar-se em novas roupagens, mantendo as mesmas premissas. Não há dúvidas de que as relações de gênero e classe se modificaram enormemente e as condições de expressão de uma agenda com essas premissas são melhores. Contudo, a posição de subordinação permanece, muito em decorrência das relações estruturais entre patriarcado e capitalismo. Ou seja, há espaço para melhora, haja vista que muitos pontos de reivindicações são atendidos, mas não há espaço para a superação da subordinação, como elemento central da dinâmica entre patriarcado e capitalismo.

CAPÍTULO 2:
**Cinzia Arruzza: a reprodução
social com síntese da relação
entre patriarcado e capitalismo.**

CAPÍTULO 2: Cinzia Arruzza: a reprodução social como síntese da relação entre patriarcado e capitalismo.

Cinzia Arruzza é uma destacada filósofa italiana que está radicada nos Estados Unidos onde trabalha como professora de filosofia na *New School for Social Research*, universidade com base em Nova York. Além do trabalho acadêmico, Cinzia Arruzza tem ativa participação em movimentos feministas, foi uma das principais organizadoras da Marcha Internacional das Mulheres, membra coletivo editorial *Viewpoint Magazine*, como também, uma das organizadoras do Manifesto Feminismo para os 99%.

O presente capítulo visa debater a obra da filósofa feminista italiana Cinzia Arruzza, analisando mais detidamente como a referida autora compreende a relação entre o patriarcado e o capitalismo e de como essa relação informa uma determinada concepção de Estado.

Os estudos feministas têm, ao longo do tempo, produzido uma gama enorme de interpretações sobre o papel da mulher no interior das mais diversas formas de sociedade. Essas interpretações nem sempre coincidem no diagnóstico dos problemas pelos quais passam as mulheres. Essa diversidade interpretativa não necessariamente representa uma deficiência analítica, ao contrário, pode representar uma capacidade de abarcar uma série de problemas e uma diversidade histórica relevante. De toda sorte, os vários feminismos possuem elementos de interpretação em comum. Um desses é o reconhecimento da posição de inferioridade que atinge todas as mulheres em todas as sociedades.

O feminismo enquanto movimento reivindicativo surge na esteira das revoluções burguesas que sacudiram a Europa, marcando sua ascensão ao poder político e a consolidação do capitalismo enquanto formação social dominante (ARRUZZA, 2010). Por óbvio, esse processo não foi linear e muito menos sem contradições. Uma das características dessas revoluções burguesas era a formalização de uma série de garantias e direitos políticos que procuravam resguardar e proteger o cidadão ante ao arbítrio do poder. É nesse ambiente que as reivindicações e demandas feministas aparecem (ARRUZZA, 2010).

Mary Wollstonecraft, cuja obra *Reivindicação dos Direitos das Mulheres* é reconhecida como pioneira nesse processo (ARRUZZA, 2010; Miguel e Biroli 2013),

entendia que era a falta de educação que dava sustentação à condição de inferioridade das mulheres, por isso, sua reivindicação para que as mulheres tivessem acesso à educação pública com forma de melhorar não só a sua condição, como também de toda sociedade (ARRUZZA, 2010).

Cinzia Arruzza inclui nesse pioneirismo também a Flora Tristán, cuja obra *Vindication y Unión Obrera* já preconizava o entrelaçamento “da exploração econômica e a opressão das mulheres” (ARRUZZA, 2010, pág. 26). Este percurso mostra que são antigas as formulações que associam a repressão econômica e a repressão sexual como fundamentos de um mesmo processo que coloca as mulheres em posição estrutural de desigualdades, marcado por brechas das revoluções burguesas e pelo encontro com as ideias de igualdade das revoluções populares.

Contudo, podemos afirmar que o feminismo dito burguês, liberal, de primeira onda, apesar de suas reivindicações de certa forma beneficiarem a longo prazo as mulheres das classes trabalhadoras, não conseguiu captar as necessidades mais urgentes e necessárias das mesmas. Houve ainda, em certa medida, uma negligência em relação às necessidades dessas mulheres (ARRUZZA, 2010). Os trabalhos feministas dessa vertente partiam de um ponto de vista que excluía as mulheres operárias de participação, na medida em que as suas necessidades materiais não entravam na pauta. Mais tarde, o feminismo negro levantará questões semelhantes.

Assim, a necessidade de construção de um feminismo que tivesse suas atenções direcionadas para as demandas das mulheres trabalhadoras passou a ser um imperativo, levando a uma aproximação entre o feminismo e o movimento dos trabalhadores. Essa aproximação tinha como fundamento que as relações materiais (capitalismo) eram peças fundamentais na opressão vivida pelas mulheres. Nesse ponto, a autora parece propor que a união entre o socialismo e o feminismo teve como fundamento inicial a luta contra as condições sociais miseráveis sobre as quais se encontravam boa parte dos trabalhadores, fossem homens ou mulheres.

A autora argumenta que a aproximação entre o feminismo e o movimento dos trabalhadores (marxismo) ampliava o horizonte emancipatório de ambos. Nesse sentido, Arruzza apresenta alguns exemplos históricos em que essa aproximação foi efetiva. É com esse objetivo que retoma a ideia de que as mulheres tiveram uma importante participação na Comuna de Paris, elencando as várias formas de participação e os vários comitês pelos quais as mulheres tiveram papel importante na

construção daquele movimento. Para ela, essa especificidade histórica, qual seja, a participação das mulheres, é devido à grande participação no mercado de trabalho, conseguida em decorrência da necessidade de substituição da força de trabalho masculina fragilizada entre outras coisas pelas inúmeras guerras. Tal contextualização histórica reforça a ligação entre o feminismo e o marxismo, ou mais especificamente com os movimentos dos trabalhadores. Mesmo as medidas tendo um caráter embrionário, muito devido à duração efêmera da Comuna, essa experiência deixava claro que a luta feminista avança mais quando ligada às lutas dos sindicatos. O sentido revolucionário dessa aliança fica evidente diante da violenta reação conservadora às pautas de igualdade trazidas pela Comuna¹⁹ (ARRUZZA, 2010).

A reação conservadora, anota Arruzza, provocou um verdadeiro “classicídio”. Entre os milhares de mortos e deportados se encontravam inúmeras mulheres. Contudo, as mulheres burguesas, na sua maioria, foram poupadas desse processo. Obviamente, essa diferença tinha uma conotação de classe implícita. Primeiramente, procurava demonstrar que reconheciam o perigo da união entre o feminismo e o movimento dos trabalhadores e, segundo, procurava deixar claras as consequências para aquelas que insistiam em manter essa relação.

Outro exemplo histórico em que a aliança entre o feminismo e o marxismo produziu ganhos políticos foi na própria Revolução Russa. No interior da sociedade russa, as mulheres tinham uma condição de vida similar à de uma escrava (ARRUZZA, 2010, pág. 46). Eram obrigadas a conviver com a violência doméstica, ganhavam menos e trabalhavam as mesmas horas, além, é claro, da responsabilidade exclusiva do trabalho doméstico. Assim, no interior do partido Bolchevique, sobretudo com Alexandra Kollontai e Lênin (ARRUZZA, 2010), fortaleceu-se a ideia de que era necessário estabelecer uma posição específica para as mulheres devido às suas peculiaridades. O ponto alto desse processo foi a participação efetiva das mulheres nos levantes que culminaram com a Revolução de Outubro (1917) e, por conseguinte, a participação na elaboração de leis que reforçavam a autonomia das mulheres²⁰ durante a primeira parte da Revolução de Outubro.

¹⁹ Podemos citar: O casamento igualitário; Igualdade salarial; Creches, entre outras.

²⁰ Lei que facilitava o divórcio; a lei do aborto (1920).

Contudo, Cinzia Arruzza vai chamar a atenção para a novidade presente no interior desse debate, qual seja, a autonomia econômica como peça fundamental para melhorar as condições sociais das mulheres. Nesse sentido, temos a importante contribuição de Alexandra Kollontai (77) que, como poucas, aliou uma atividade intelectual e com um a prática política coerente, o que permitiu a ela a construção de lugar bastante privilegiado, pois pôde contribuir de maneira decisiva para a construção de políticas públicas que melhoraram a vida de muitas mulheres além de contribuir de maneira decisiva para mostrar a importância da inclusão das demandas feministas em qualquer projeto de emancipação.

Nesse sentido, os debates promovidos pelas feministas no interior da Revolução Russa e, por consequência, no interior do marxismo representou um avanço significativo para a ampliação da relação entre o marxismo e o feminismo. Mesmo a sua derrota (ARRUZZA, 2014) não conseguiu apagar seu pioneirismo e importância que esse debate trouxe.

Essa compreensão é importante porque ela vai sustentar as premissas que serão defendidas pela autora. Do ponto de vista mais geral, essa ideia reforça a noção de que a inserção no mercado de trabalho contribui para a participação das mulheres na vida social e, por isso, a relação do feminismo com o marxismo seria mais vantajosa. Além disso, reitera a ideia defendida pela autora da reprodução social como elemento central para a compreensão da relação entre patriarcado e capitalismo.

O mais importante dessa digressão está na revelação dos caminhos percorridos pelas ideias feministas no interior do marxismo e de como essa relação teve como ponto central as relações de trabalho. Além disso, mostra que essa era uma relação íntima e persistente, e mesmo como as dificuldades já tratadas e demonstradas, não havia ou há uma dicotomia entre marxismo e feminismo.

Entretanto, Cinzia Arruzza deixa claro que a essa “boa relação” se mantinha em virtude do silenciamento de outras pautas, principalmente das questões relativas à família e à sexualidade. Será essencialmente nos debates sobre essas pautas que se fortalece a ruptura ou afastamento do feminismo com o marxismo. Desse ponto de vista, essa recusa ao debate significava a aprovação, mesmo que tácita, da ideia de que a vida privada, o lar, era um ambiente “sagrado” e, portanto, fora do debate público. Ora, as mulheres já sabiam, desde aquela época - inclusive as mulheres da classe trabalhadora, que construía as diversas formas do movimento dos

trabalhadores - que era nesses ambientes que as estruturas de opressão às mulheres se expressavam da forma mais brutal. Esse “sistema de dominação de gênero” (BIROLI, 2017) foi caracterizado pelas feministas marxistas como patriarcado. Mesmo com as resoluções defendidas em congressos, a vida prática das mulheres no interior dos partidos e sindicatos de esquerda não melhoraram muito. Isso mostra que as demandas de gênero muitas vezes ganham destaques em documentos de organizações, mas não há muitas mudanças práticas no cotidiano.

A mercadoria especial como ponto de ligação entre o marxismo e o feminismo: a força de trabalho.

Referenciando o trabalho de Lise Vogel, Susan Ferguson (FERGUSON; MCNALLY, 2017) chama a atenção para um renovado interesse em obras teóricas sobre a relação entre feminismo e capitalismo, baseado nas lutas anticapitalistas e de como esse interesse deveria se orientar pelas categorias analíticas contidas na obra de Marx, em especial em *O capital*. Nesta obra Marx apresenta uma visão sistêmica do capitalismo em que a questão da produção e reprodução estão conectadas ao mesmo objetivo, qual seja, a geração de mais valor.

O importante para o nosso trabalho, no texto da Ferguson, é o mapeamento das ligações entre o feminismo e o marxismo a partir das relações de produção. Estamos, assim, diante de um processo de valorização das categorias analíticas das críticas à economia política elaboradas por Marx. Satisfatoriamente, esses trabalhos procuram associar uma crítica econômica à opressão de gênero sem cair em um reducionismo economicista que marcou parte do marxismo durante décadas, tendo por pressuposto a prevalência da luta de classes em relação a todas as outras formas de desigualdade causadas pelo capitalismo. Além disso, essas categorias ajudariam a desvelar as bases que estruturam as formas de produção e reprodução que sustentam as desigualdades de gênero no interior das sociedades.

Desse modo, vemos então uma valorização substantiva, visto que não se trata apenas de um resgate ou do uso. Ocorre uma resignificação das categorias centrais para o marxismo quando elas são usadas para explicar a opressão de gênero, ainda mais quando tais categorias não foram pensadas para esse fim, mostrando uma vitalidade explicativa.

Em *Las sin parte: matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*, publicado originalmente em 2010 Arruzza apresenta um detalhado panorama dessa relação. Entre as coisas mais interessantes trazida pelo livro está o minucioso relato das interações entre o feminismo e o marxismo, mostrando como as mulheres tiveram uma participação ativa na formação dos sindicatos e das lutas pela emancipação humana. Mas mostra também as tensões presentes e as dificuldades em estabelecer um diálogo mútuo, culminando com o “divórcio” a partir da ascensão stalinista, através da III Internacional, que propagava a ideia de que a luta feminista dividia e enfraquecia a luta de classes.

Esse processo levou ao distanciamento gradual e ampliou o espaço de outras correntes feministas que advogavam pelo afastamento e pela impossibilidade de articulação entre o feminismo e o marxismo. Vemos, assim, que o feminismo marxista enfrentou dois desafios que marcaram o seu desenvolvimento: o desafio de fazer o debate feminista no interior do marxismo, este cada vez mais refratário à questão de gênero; e disputar no interior dos movimentos feministas os sentidos da construção de uma sociedade sem hierarquias de gênero.

Apesar das divergências internas, as correntes continuaram “unidas por um compromisso de compreender que a opressão às mulheres estava fundada nas relações sócio-materiais intrínsecas ao capitalismo” (FERGUSON; MCNALLY, 2017). Esta compreensão constitui o elemento central de identificação do feminismo marxista, sendo o que torna possível distingui-lo de outras correntes do feminismo, como a do pensamento político formulado pela Cinzia Arruzza.

Mesmo tendo esse horizonte normativo comum, no interior do feminismo marxista vão existir polêmicas e divergências que, por um lado reforçam o caráter dinâmico no interior dessa corrente, e por outro, requerem uma análise de suas consequências.

Segundo Arruzza, os sistemas duais ou triplos, discutidos no capítulo 1, têm uma importância fundamental no processo de afirmação do feminismo marxista em um contexto adverso, contudo, essa abordagem apresenta uma série de lacunas teóricas que, em certos casos, aproxima-se de uma abordagem reducionista e economicista da realidade social. Mesmo nas suas versões mais sofisticadas, não conseguem aprofundar as críticas feministas marxistas à opressão de gênero e ao desenvolvimento capitalista. Dentro desse contexto, a autora avalia ser produtor o

retorno à perspectiva da teoria unitária, como tentativa de superação desses impasses (ARRUZZA, 2017a).

A Teoria da Reprodução Social utiliza a reprodução da vida diária e cotidiana e geracional da força de trabalho como matriz de compreensão das formas de organização da sociedade. Assim, procura construir uma perspectiva na qual todas as formas de interação estariam interligadas e teriam um papel relevante para a formação dos modos de vida que prevalecem no interior de um determinado tempo histórico e que contribuem para formação de uma estrutura social que condiciona o lugar das mulheres atribuindo-lhes papéis sociais de inferioridade. Uma dessas estruturas principais é a família.

Arruzza (2017) e Vogel²¹ (2013) concordam que a força de trabalho das mulheres é o ponto de ligação entre o feminismo e o marxismo, no entanto o ponto central trazido pela Vogel é que essa mercadoria especial não é produzida “capitalisticamente” mas sim, a partir de relações de parentesco.

Arruzza (2017) procura desenvolver uma interpretação, em consonância com os pressupostos da teoria da reprodução social, em que a questão do trabalho doméstico ganha relevo como elo entre a tradição feminista e as categorias de análise da “economia política marxiana” (FERGUSON; MCNALLY, 2017). A autora não chega a concordar com as postulações do feminismo materialista, ao contrário, aponta o que segundo ela, são os limites dessa abordagem. Contudo, procura construir uma narrativa que reforça ou reconheça o papel do trabalho doméstico para a geração de ganhos no capitalismo.

Nesse sentido, o trabalho de Cinzia Arruzza está situado em um contexto mais amplo que, como aponta Ferguson e McNally, se insere na tentativa de compreensão da opressão às mulheres tendo como ponto de partida as “relações sócio-matérias intrínsecas ao capitalismo”. Nesse diapasão, as teorias que advogavam uma autonomia ideológica, comportamental do patriarcado perdem espaço. Não por acaso, a obra de Marx volta a ter atenção e a fazer parte das bases estruturais que vão sustentar as tentativas de compreender a opressão às mulheres (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Identificar a vida doméstica como *locus* de opressão às mulheres não era novidade, grande parte do feminismo já fazia essa análise. Contudo, a indagação

²¹ Livro originalmente publicado no ano de 1983.

crítica acerca do tipo de trabalho que as mulheres executam no interior da vida doméstica e a compreensão desse trabalho como produtivo²², constitui uma nova abordagem que adiciona novas camadas às análises feministas. A partir desse enquadramento, as análises que associavam a opressão às mulheres ao capitalismo ganharam um reforço na sua capacidade explicativa.

A autora procura mostrar os vínculos históricos entre as demandas feministas ligadas ao processo de trabalho, como os salários iguais, e o marxismo. Cita como exemplo a resolução do congresso da II internacional, de 1889, que aprovou uma resolução em apoio à paridade salarial entre homens e mulheres. Assim como a luta intensa das mulheres no interior dos partidos marxistas e dos sindicatos, tendo como bandeiras de luta uma maior participação e, principalmente, o reconhecimento do grau de opressão pelo qual as mulheres passavam. Em *Las sin parte...* Arruzza mostra como era a relação entre o feminismo e o marxismo, especificamente quando esse tinha demandas relacionadas às questões de trabalho. Contudo, uma parte interessante é que, nesse mesmo texto, Arruzza recupera o que ela chama de “divórcios” entre o feminismo e o marxismo. Em resumo, podemos dizer que duas são as principais razões que levam a esse afastamento. A primeira, está ligada às concepções distintas que existem no interior do feminismo e que muitas delas são refratárias ao marxismo. Como são legítimas a existência de formas distintas de compreender o feminismo e a lutas por sua emancipação, inclusive com horizontes estratégicos diferentes, esses afastamentos não serão objetos diretos do nosso capítulo. Por isso, nos interessa mais ressaltar a segunda razão mais geral do afastamento entre o feminismo e o marxismo, qual seja, a incapacidade por parte dos movimentos de trabalhadores (sindicatos, partidos políticos, intelectuais) em aceitar as demandas feministas para além, apesar das restrições, das questões de trabalho. Essa questão torna-se central no pensamento da Cinzia Arruzza, na medida em que embasa a sua descrição sobre a relação entre patriarcado e capitalismo.

Dessa forma, para a autora, o ponto de partida para a análise da relação entre patriarcado e capitalismo passa pela compreensão da complexidade da sociedade, marcada pelo emaranhado de relações entre exploração, domínio e opressão. A compreensão dessa estrutura e de como ela se relaciona é uma necessidade

²² Susan Ferguson e David McNally identificam o trabalho “The Political Economy of Women’s Liberation” de Margaret Benston publicado em 1969 como o percurso dessa interpretação.

primordial para o entendimento das relações de gênero no capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, ela mostra como esse problema foi tratado ao longo do tempo, as alternativas propostas e de como a teoria da reprodução social e a teoria unitária são as melhores respostas para a compreensão da relação entre exploração, domínio masculino e opressão.

Sistemas duais, patriarcado e as origens da hierarquia de gênero.

O termo ou a noção de patriarcado é comumente utilizado como forma de explicação de fenômenos sociais que têm uma permanência histórica e cuja ascendência não pode ser caracterizada de maneira individualizada (ARRUZZA, 2015a). A desigualdade de gênero não é algo esporádico ou excepcional e não pode ser reduzida ao nível interpessoal, apesar de sua manifestação também se dar nesse âmbito.

Em resumo, o patriarcado está associado às estruturas de poder e dominação que atuam fortemente para a manutenção das relações sociais que preconizam a subordinação das mulheres, com a caracterização hierárquica perante aos homens como instituto ontológico (ibid). Mesmo a palavra patriarcado não estando no léxico do pensamento comum das pessoas e estando dissociada de qualquer significado para a imensa maioria dos homens, para o movimento feminista, o patriarcado atuou como palavra de ordem na denúncia das condições de exploração e opressão as quais são submetidas as mulheres, evidenciando as estruturas históricas de dominação masculina. Nesse sentido, a noção de patriarcado aparece como resposta estrutural, que remete tanto para uma dimensão teórico-conceitual quanto para uma dimensão da luta política conectando com os problemas das desigualdades de gênero, marcando uma posição no interior de debate feminista marxista e chamando a atenção para a sua relação com o capitalismo.

Como demonstrado no primeiro capítulo, o debate crítico da relação entre patriarcado e capitalismo feito no interior do feminismo marxista está subsidiado por dois argumentos principais: o primeiro está ancorado na ideia de autonomia relativa entre esses dois sistemas, mas tendo o sistema capitalista condições de reconfigurar as relações sociais próprias do patriarcado (WALBY,1990); o segundo conjunto de

argumentos procura problematizar essa aproximação entre patriarcado e capitalismo, apontando que sua efetivação tem levado a uma subordinação da categoria gênero perante classe (HARTMAN,1997). De modo geral, o debate sobre patriarcado desenvolvido pela Cinzia Arruzza tem por finalidade rebater essas duas visões. Para Arruzza, a noção de patriarcado estrutura relações sociais que estão intimamente ligadas ao capitalismo, sendo insuficiente pensar o primeiro isolado do segundo.

Sylvia Walby (1990) distingue duas formas de expressão do patriarcado, o privado e o público. O patriarcado privado é baseado na produção da unidade familiar com o controle individual da mulher e seu trabalho gratuito, assim como a sua obrigação exclusiva quanto ao trabalho doméstico. O homem, nessa manifestação, é o beneficiário direto da subordinação da mulher, seja ele pai ou marido. Nesse modelo existe o isolamento das mulheres dos espaços públicos; a sua vida se restringe à vida familiar, quase que exclusivamente. Já o patriarcado público baseia-se na subordinação das mulheres nas esferas públicas. A sua participação nesses espaços é formalmente aceita, mas os termos de participação são desiguais. Essa manifestação é reforçada pela subordinação no âmbito privado, uma vez que não é oferecida a possibilidade de desistência das atividades domésticas, reafirmando o caráter coletivo e estrutural da dominação em relação às mulheres.

Walby (1990) trabalha com a noção de uma coexistência entre o patriarcado e o capitalismo, com ganhos para ambos. Um dos pontos de tensão dessa relação é a questão da utilização da força de trabalho da mulher fora do ambiente familiar, resultando em ganhos laborais. Essa necessidade do capitalismo poderia promover tensionamentos na estrutura do patriarcado privado. Assim, a saída momentânea encontrada pelos maridos ou pais foi o controle do resultante da venda da força de trabalho (salário), situação que reforçou a subordinação pública das mulheres.

Dessa forma, não podemos associar o desenvolvimento industrial a qualquer forma de autonomia das mulheres. Ao contrário, o capitalismo absorveu e lucrou com os sub-empregos oferecidos às mulheres. Neste ponto, aponta Biroli (2018), Walby (1990) não deixa de perceber as tensões presentes entre as demandas de entrada no mercado de trabalho feitas pelo capitalismo, e a conservação do ambiente familiar como o local preferencial para as mulheres, como preconiza o patriarcado. Essa tensão não significou uma possibilidade de melhora nas condições de vida das mulheres, ao contrário, representou uma incorporação subordinada das mulheres ao

mercado de trabalho, posto que não resultou em uma reconfiguração do trabalho doméstico, especialmente no que tange ao cuidado com os filhos. Este continuou a ser um espaço de exploração e opressão para as mulheres, em que seu trabalho é desvalorizado e apropriado pelos homens.

Para Walby (1990), essa alternativa encontrada contou com uma grande ajuda do movimento dos trabalhadores, via sindicatos, quando estes lutaram e demandaram pela permanência do salário família. Isto porque o salário família reforçava o estatuto da dominação masculina e oferecia uma justificativa para os baixos salários pagos às mulheres. Nesse ponto, os estudos feitos por Delphy (2015) são fundamentais para se compreender como a utilização da mão de obra gratuita das mulheres tem papel decisivo no acordo mútuo entre patriarcado e capitalismo. Outro dado que podemos lançar mão para corroborar essa questão foi divulgado recentemente e mostra que as mulheres possuem uma jornada dupla de trabalho, totalizando em média 7,5h semanais a mais que os homens nos serviços domésticos²³.

É em polêmica com essas interpretações que Arruzza constrói seu pensamento. Primeiro, afirma que a noção de sistemas independentes pode ter tido alguma validade explicativa, mas que, hoje, são insuficientes para explicar a subordinação das mulheres em um contexto de supremacia do capitalismo. O capitalismo articula de tal forma as relações sociais que não deixa espaço para qualquer outra forma de estruturação da vida social. Segundo, Arruzza reforça a ligação entre o feminismo e o marxismo como a melhor alternativa para explicar as relações de gênero no interior das sociedades contemporâneas, justamente porque essas relações não são apenas de gênero, por isso, isolá-las não produz efeito satisfatório, ao contrário, restringe o seu horizonte emancipatório.

O debate que Arruzza faz, em oposição às posições teóricas dos sistemas duais, não a coloca como defensora de qualquer forma de universalismo. Ao contrário, Arruzza (2017) procura desvencilhar-se de concepções universalistas abstratas que advogam narrativas que excluem ou minimizam noções de classe, gênero ou raça como vertentes explicativas dos fenômenos sociais. O que não significa, no interior da lógica explicativa da autora, o abandono de qualquer pretensão de estabelecer as

²³ Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, IPEA (2017).

pautas do feminismo como parâmetros mínimos de interações sociais ou mesmo parâmetros constituintes da produção teórica.

É com esse intuito que Arruzza, em *Capitalism and the conflict over universality: a feminist perspective*, questiona se o feminismo projeta uma forma de sociedade capaz de libertar todas as mulheres. Por óbvio, a Arruzza não está negando ao feminismo a capacidade de ser o alicerce de uma sociedade livre de opressões, contudo, ela questiona que nem toda expressão do feminismo é capaz de ser a porta voz desse tipo de sociedade. Notadamente aqueles que adotam um tipo de universalidade que é incapaz de incluir e levar em consideração uma parte expressiva das mulheres mantém uma ligação estreita com o capitalismo, não levando em consideração na sua análise, uma parte expressiva das mulheres. Nesse sentido, Arruzza vai defender ao longo dos seus trabalhos que a aproximação entre feminismo e capitalismo não agrega muito ao feminismo além de encurtar seu horizonte emancipatório (ARRUZZA, 2017b).

A autora chama a atenção para a dificuldade em promover uma conceituação *stricto sensu* do termo patriarcado, seja pela dificuldade da relação com o capitalismo, mas também pela dificuldade presente em certas correntes do feminismo em conceber a categoria gênero de maneira historicizada.

Para Arruzza (2015a), o patriarcado seria um conjunto de relações sociais que estabelece uma visão de mundo específica, baseada em determinados valores que comumente vêm as mulheres de modo subordinado. Além disso, essas relações patriarcais estabelecem instituições pelas quais essa subordinação ganha contornos reais e efetivos. Portanto, o patriarcado enquanto categoria de análise oferece ferramentas para clarear as condições em que se afirmar a opressão no interior das sociedades contemporâneas. Mas considerá-lo como um sistema autônomo, produzindo regras, formando valores ou criando instituições não encontra respaldo na realidade.

Nesse ponto, Arruzza abre polêmica com o chamado feminismo radical, que tem como sua principal representante, segundo ela, a Christine Delphy. Para Arruzza, a formação do feminismo radical está localizada como a expressão mais clara da separação entre o feminismo e o movimento dos trabalhadores e, por consequência, do marxismo. O ponto central do feminismo radical é a aplicação da noção de exploração para a relação entre homens e mulheres.

As críticas ao trabalho da Delphy (2013) feitas por Arruzza residem no fato da autora francesa igualar o estatuto social de todos os homens e todas as mulheres. Com isso ela estabelece uma igualdade que na prática não existe. Essa é uma consequência, continua Arruzza, de uma análise que suprime a relação de classe. Mas o ponto central das divergências entre as autoras tem outro foco, que é a relação entre família e exploração de força de trabalho.

Delphy (2015) identifica a unidade familiar como o *locus* principal de exploração das mulheres, porque concentra a opressão e a exploração. Essa ideia geral é compartilhada por Cinzia Arruzza, que vai inclusive identificar nessa relação a origem das hierarquias de gênero nas sociedades. O debate que ela trava com a Delphy (2015) gira em torno da produção de excedentes, já que ela reconhece que as mulheres têm uma carga de trabalho maior que a dos homens relativa ao trabalho de cuidado e que isso é transferido para a família.

Engels (1985) defendeu a tese que sociedades antigas viviam sobre um sistema matrilinear que tinha como centro a figura materna, e que a passagem para as sociedades patriarcais se deu em decorrência do aumento do poder masculino ancorado pelo poder material. Dessa forma, a formação da unidade familiar patriarcal surgiu do desejo desses proprietários em garantir que o direito hereditário fosse o fundamento para o direito de herança. Assim, instituições como família, casamento, foram criadas com o intuito de garantir o domínio masculino sobre as mulheres. Esse domínio se manifesta na afirmação do direito pátrio. Estamos diante da afirmação da propriedade privada enquanto elemento central da sociedade, representando em certo sentido, uma derrota histórica para as mulheres (ARRUZZA, 2010), visto que, nas sociedades matriarcais a propriedade hegemônica era a comunal.

Desde de cedo, o movimento feminista, principalmente o próximo ao movimento dos trabalhadores, identificou essa passagem como uma justificativa para o controle sobre os direitos reprodutivos das mulheres, bem como ao seu confinamento no ambiente doméstico. Por tudo isso, entre outras coisas, o patriarcado sempre teve um papel central na luta feminista. (ARRUZZA, 2010).

Apesar das críticas ao trabalho de Engels, Arruzza (2010) afirma ser importante recuperar ou pelo menos chamar a atenção para o método utilizado para tentar compreender as origens e as causas do domínio masculino, ainda mais se partimos do pressuposto que esse domínio não é natural. Reconhece que a interpretação

criativa sobre o mito das sociedades matriarcais no seio dos movimentos feministas (ARRUZZA, 2010), trouxe confiança para essas mulheres, ajudando-as na visualização de um tipo de sociedade que não havia a dominação masculina. Apesar de tudo isso, as teses defendidas originalmente por Engels e que tiveram grande repercussão no interior do feminismo marxista, não estavam ancoradas em dados confiáveis e mostraram-se insuficientes para a explicação sobre a origem da opressão de gênero.

Nesse sentido, ainda que os estudos antropológicos não apontem para a existência dessas sociedades dominadas pelas mulheres (ibid) a preocupação em buscar essas origens é relevante e o método utilizado é importante. Buscar as origens das hierarquias de gênero não é uma tarefa fácil. A aposta da autora na origem do controle da capacidade reprodutiva das mulheres a partir das relações de parentesco para tem sua capacidade explicativa aumentada quando pensamos em um processo incremental, visto que as relações sociais mudaram e esse fator originário já não faz mais sentido hoje, do ponto de vista prático.

Arruzza defende uma tese²⁴ pouco desenvolvida na literatura sobre a relação entre patriarcado e capitalismo. Na sua produção teórica, a autora associa a necessidade de substituição da mão de obra como elemento central que liga o capitalismo e o patriarcado, apostando na manutenção de um tipo específico de estrutura familiar. Todavia, o que vai chamar a atenção da autora é que a estrutura familiar terá um papel essencial tanto na explicação do surgimento das relações patriarcais, quanto para a sustentação dos mecanismos de manutenção das relações sociais no capitalismo.

Em seu percurso, a passagem de uma sociedade sem hierarquia de gênero para outra com hierarquia, se ancora nas ideias de territorialidade, parentesco e família. Esse conjunto de fenômenos formam as estruturas que sustentam as origens das diferenciações de gênero nas sociedades modernas. A passagem de uma sociedade “matriolocal” para uma “patriolocal” sustentou-se na mudança de paradigma das relações matrimoniais. Antes, aponta Arruzza, nas sociedades marcadas pela “*matrilocalidad*” eram os homens que se mudavam para as casas das mulheres e com a passagem para a “*patrilocalidad*” as mulheres passaram a mudar-

²⁴ Cinzia Arruzza cita o trabalho de Stepanie Coontz como um dos precursores dessa visão.

se para as casas dos homens (ARRUZZA, 2010). Essa passagem aparentemente simples marca o início da estruturação de normas materiais e sociais que denotam a subordinação das mulheres.

No primeiro momento, as mulheres já se encontram em desvantagem quando mudam-se para a casa dos maridos, porque perdem quase todas as referências e pontos de apoios e proteção aos quais já estavam acostumadas. Além disso, há o reforço da capacidade produtiva da família do marido. Em tese, essas características por si só, não explicariam as hierarquias de gênero e o surgimento da “*patrilocalidad*.” Assim, aponta Arruzza, para compreender essa passagem histórica, que ainda tem reflexos sobre as realidades atuais, era preciso esclarecer um outro fenômeno que ocorria nesse processo.

A mudança no eixo matrimonial, reforçava as estruturas de produção materiais ligadas à família do marido, mas escondia outro processo, este ainda mais importante para a explicação das hierarquias de gênero. Arruzza (2010) identifica, que a principal característica da “*patrilocalidad*” é o controle da capacidade de produção das mulheres, ou seja, sua força de trabalho e por consequência, o controle o excedente produzido pelas mulheres.

Marx apostava na destruição dos laços familiares tipicamente burgueses, em decorrência dos avanços dos processos de produção de riquezas próprio do sistema capitalista que, segundo o pensador alemão, resultaria em uma nova configuração do ambiente familiar. As críticas de Marx, expostas principalmente no *Manifesto*, faziam alusão a uma hipotética destruição das relações familiares burguesas, o que na verdade se esperava era somente a sua modificação. Essa aposta de Marx não se concretizou basicamente pela afirmação dos laços familiares da família trabalhadora que tinham utilidade central na reprodução da vida social e física dos vendedores da força de trabalho (ARRUZZA, 2010; BHATTACHARYA, 2017). Ou seja, em associação ao patriarcado as dinâmicas próprias do desenvolvimento capitalista reforçaram os laços familiares e projetaram na família e na sua unidade, um dos elementos centrais para a sua reprodução.

Capitalismo, reprodução social e a busca por uma teoria unitária

O capitalismo não se apresenta, necessariamente, como uma barreira de contenção à expansão da agenda de gênero. Ao contrário, como aponta Arruzza (2014), o capitalismo tem uma ação que visa neutralizar qualquer aspecto que possa influir negativamente no seu processo de expansão. Dessa forma, ele tem um potencial dinamizador na medida em que é capaz de destruir as relações patriarcais sempre que julgar que elas atrapalham o seu processo de produção ou a sua dinâmica interna. Entretanto, como tentaremos demonstrar a seguir, mesmo tendo, em tese, a capacidade de romper com as relações patriarcais, na realidade, o capitalismo as absorve e as utiliza na sua dinâmica de reprodução.

A teoria política proposta pela Arruzza (2015a) tem como base a ideia do capitalismo como uma totalidade social e, como tal, a sua compreensão passa pela abordagem de todos os aspectos que compõem a sua estrutura. Nesse sentido, a autora procura afastar-se de noções puramente econômicas, enquadrando em uma perspectiva que realça o caráter relacional dos fenômenos sociais, inserindo-os em estruturas que procuram dimensionar e racionalizar as realidades políticas produzidas em cada sociedade, o que não significa a procura de mecanismos centrais para explicar os fenômenos sociais.

Assim, ela empreende uma disputa contra as “metanarrativas” centradas no universalismo liberal (capitalista) e que foram encampadas pelo feminismo, principalmente no que ficou conhecido como a primeira onda do feminismo. Ao mesmo tempo ela procura se distanciar de narrativas fragmentadas, pós-modernas. Entre essas disputas, Arruzza procura afirmar uma narrativa que tenha o capitalismo e suas consequências como o centro dinâmico subordinado à uma política transformadora. Se o cerne das preocupações está na forma de produção e reprodução no capitalismo, a resultante teria que ser novas formas de relações sociais que tenham como finalidade a superação desse modo de produção.

O entendimento do capitalismo enquanto sistema autônomo significa que ele possui uma maneira de interação que é global, o que não significa que não existem diferenças fundamentais na forma da exploração das mulheres nas diversas partes do mundo. Nisso não há contradições. No entanto, ainda que sua manifestação possa

ocorrer de modo diferente em partes distintas do mundo, a relação geral permanece, ou seja, ele apresenta características próprias em todas as suas manifestações reais.

Contudo, Arruzza reconhece que em termos abstratos e normativos pode se encontrar dificuldade em demonstrar a funcionalidade da opressão de gênero para o desenvolvimento capitalista. Por isso, argumenta Arruzza (2010), a tese do capitalismo indiferente prosperou no interior da tradição marxista. Nesse sentido, a autora mostra que nunca existiu uma formação capitalista sem as hierarquias de gênero. O capitalismo sempre se constrói em formações sociais específicas, mas ele tem uma força que molda a sua imagem as estruturas sociais dessas sociedades até que seja funcional ao seu desenvolvimento. Vale ressaltar que as relações sociais abstratas servem como modelo de explicação, quase um tipo ideal, mas não encontram exemplos práticos reais. Além disso, essas estruturas lógicas de funcionamento não atuam sozinhas ou são capazes de equacionar toda atividade humana. Caso contrário, o papel da atividade humana seria reduzido ou quase inexistente.

Nesse sentido, dois tipos de problemas foram enfrentados pela autora. O primeiro, no nível abstrato, com a demonstração dos mecanismos de funcionamento do capitalismo que lucram com o trabalho precarizado das mulheres. Já no nível prático, a resposta da autora é mais rápida, pois, como afirma, “uma formação social capitalista desprovida de opressão de gênero (em suas várias formas) jamais existiu” (ARRUZZA, 2015a; pág. 50), assim como nunca existiu um capitalismo puro ou uma formação social em que as regras econômicas funcionaram de modo asséptico aos interesses materiais presentes no interior dessas sociedades.

Por isso, ela critica veementemente teóricos marxistas, exemplificados na obra de Ellen M. Wood, que minimizam ou reafirmam diferenças de hierarquias entre opressão e exploração.

A economia política marxiana não separa a ideia de exploração, dominação e alienação no seu trabalho crítico de interpretação e transformação das sociedades. Isso porque acredita que o capitalismo é um sistema social que modifica e transforma todas as relações das formações sociais anteriores, com a intenção de mandá-las para o seu o melhor funcionamento. Desse modo, aponta Arruzza (2015a), quando se estabelece uma hierarquia entre exploração e opressão, como faz Ellen M. Wood e muitos marxistas, o resultado não é satisfatório, na medida em que opera apenas no

nível de abstração que não encontra amparo na realidade objetiva. No entanto, a sua crítica não para nessa constatação razoavelmente fática, vai além.

Para Cinzia Arruzza, mesmo que se possa pensar que em algum período histórico tenha havido um sistema patriarcal, este, enquanto sistema, perde autonomia com o desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, podemos supor que quanto mais desenvolvido for o capitalismo menor será os aspectos do patriarcado presente? De acordo com Arruzza, a resposta poderia ser sim, contudo, é preciso ressaltar que o patriarcado perde referência como sistema, ou seja, perde a capacidade de fomentar e instituir normas sociais. Isso acontece, continua Arruzza, em decorrência das características do capitalismo enquanto sistema, abarcando todos os aspectos da vida social e não permitindo nada além dele para fazer essa normatização.

Como aponta Ezquerria (2010), o capitalismo sempre utilizou o trabalho infantil e feminino como forma de redução de custos. A relutância da participação mais ativa das mulheres no mercado de trabalho partiu dos trabalhadores homens. Essa objeção não tinha (ou tinha pouco) um caráter humanitário, fazia parte de um processo de controle da vida das mulheres e afirmação de um modelo específico de família, que tinha como ponto central a ideia da mulher tendo que ficar dentro de casa. Essa é uma questão que foi bastante criticada pelo feminismo negro, no próximo capítulo vamos tratar mais dessas críticas das limitações dessa perspectiva, que minimiza as noções de classe e raça. Resulta, pois, na primeira traição do movimento dos trabalhadores às lutas das mulheres, culminando com a reivindicação do salário família, que foi a forma encontrada para manter os homens no controle familiar.

Assim, ela retoma o debate sobre universalidade para problematizar a ideia de sistemas autônomos, proposto pelas teorias dos sistemas duais. Nesse aspecto, o percurso teórico percorrido pela Arruzza (2015c) situa-se entre a crítica à universalidade capitalista e a crítica à pós-modernidade.

Na primeira parte, ela procura demonstrar como a universalidade burguesa tem em seu centro a dinâmica capitalista de modo geral e, de modo particular, o estilo de vida expresso nos países desenvolvidos. Assim, quando o feminismo toma para si esse modelo de universalidade, ele deixa para trás um conjunto expressivo de mulheres, justamente aquelas que mais sofrem as consequências do modo de produção capitalista.

Não se trata apenas da exclusão de um conjunto expressivo de mulheres, marcada pela classe e raça, mas do próprio escopo do feminismo. Quando o feminismo se associa à universalidade burguesa, ele passa a ser partícipe de um modo de reprodução que tem suas características e demandas próprias. O que Arruzza procura mostrar são os limites desse processo. Quais seriam, então, as consequências da adoção do universalismo capitalista para o feminismo?

Como aponta a autora, a chamada primeira onda do feminismo foi a que mais associou-se ao capitalismo e à sua expressão política, o liberalismo. O resultado dessa expressão do feminismo é compreendido pela mesma como um processo incompleto, na medida em que foi capaz de apresentar as demandas e defender as causas que de fato mudaram para melhor a vida das mulheres, contudo, não encampou as pautas que entram em choque com as estruturas de reprodução do sistema capitalista - e nem poderiam, já que ao fazê-lo o componente de classe entraria em cena. As reivindicações por direitos ao voto, ao divórcio, entre outras, em nada atacavam as estruturas de exploração capitalista. Em uma gramática marxiana, as pautas da primeira onda feminista ficaram na aparência da exploração.

Arruzza e a teoria da reprodução social

Mesmo em termos abstratos e assépticos, a lógica de funcionamento do capitalismo não autoriza qualquer interpretação que procure hierarquizar relações sociais no interior do capitalismo. Para demonstrar o seu ponto de vista, Arruzza reivindica a teoria da reprodução social, inspirada em Marx, quando afirma que o processo produtivo também “produz” o trabalhador/a, na medida em que atua em um registro que é construído a partir das relações sociais próprias do capitalismo. Além disso, Arruzza defende, novamente inspirada em Marx, que a relação entre produção e reprodução é indivisível {Formatting Citation}, já que faz parte de um todo que só pode ser compreendido corretamente quando tomado na sua totalidade.

A teoria da reprodução social tem uma ligação muito forte e umbilical com o marxismo através da teoria do valor. Expressa como forma que representa, da melhor maneira possível, a relação do sistema capitalista. Nesse sentido, ela procura afastar-se de noções reducionistas e funcionalistas. Faz isso superando a ideia que entende o capitalismo como um conjunto de estruturas na qual as pessoas agiriam

funcionalmente e em uma direção pré-determinada (ARRUZZA, 2017a) funcionando a base de leis econômicas já existentes. Essa visão, aponta Arruzza, retira das pessoas, dos grupos sociais, dos atores políticos, a capacidade de intervenção na realidade.

Em *Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos* (2017), Cinzia Arruzza elenca uma série de críticas feitas à teoria da reprodução social, no interior do feminismo marxista. Ao longo deste texto a autora vai respondendo às críticas levantadas e nos ajuda na compreensão da sua visão sobre a teoria da reprodução social. Além disso, o texto representa um rico relato das polêmicas presentes nas tentativas de compreensão da opressão de gênero e capitalismo. Contudo, mais do que expressar o estado da arte do debate, em *Funcionalista, determinista...*, há uma defesa enfática das potencialidades presentes na teoria da reprodução social para a explicação das relações de gênero no interior das sociedades capitalistas, pois, segundo Arruzza, é a que melhor articula os conflitos e as contradições dos “aspectos da reprodução das relações sociais capitalistas” (ARRUZZA, 2017; pág. 54), justamente porque compreende a reprodução ampliada do capitalismo a partir de uma lógica apenas econômica.

Como vimos, no interior da produção feminista que pensa as subordinações, violências e hierarquias de gênero nas sociedades, evidenciando a dimensão estrutural e histórica desse fenômeno, a teoria de sistemas autônomos, duplos ou triplos, tem grande influência na formulação acadêmica. É em oposição a essas proposições que Cinzia Arruzza ancora a sua compreensão acerca dos condicionantes estruturais que permitem a sustentação tanto da exploração quanto da opressão das mulheres no interior das sociedades capitalistas.

Que tipos de processos permitem que o trabalhador chegue todos os dias às portas do seu local de trabalho para que possa produzir a riqueza da sociedade? O que acontece na vida do trabalhador e da trabalhadora a partir do momento em que ela sai do trabalho até o momento em que ela tem que voltar ao seu local de trabalho? Essas questões, entre outras, são as bases de interrogação da chamada teoria da reprodução social (BHATTACHARYA, 2017; FERGUSON; MCNALLY, 2017) e transformam-se em ponto central para a compreensão de um aspecto pouco debatido na economia política marxiana. Uma vez que o processo de produção de valor, na sua compreensão abstrata, é feito também por um trabalhador abstrato, o que a

perspectiva da reprodução social evidencia é que esse trabalhador está inserido em contextos sociais e relações humanas que precisam ser expostas na sua totalidade (BHATTACHARYA, 2017), já que estão inseridos em um modo de produção que atua de modo sistêmico (BHATTACHARYA, 2017).

Nesse aspecto, a teoria da reprodução social procura evidenciar a inadequação da compreensão do conceito de mercadoria pelos estudos de gênero no interior do marxismo. Karl Marx abre o livro da sua principal obra, *O Capital* (2006), justamente dissecando o sistema capitalista a partir da sua categoria mais elementar e ao mesmo tempo mais essencial, a mercadoria. Este é um conceito fundamental porque está na base de sustentação das relações de geração de mais-valor. Essa compreensão permite ao autor alemão identificar a principal característica do capital, qual seja, a sua capacidade de se auto-valorizar e, com isso, produzir riqueza (mais-valor). Ainda segundo Marx (2006), tal valorização só é possível em consequência de uma outra categoria, a força de trabalho. Marx entende a força de trabalho como uma categoria especial justamente por causa da sua capacidade de gerar uma riqueza extra, expressa ao capitalista, dono dos meios de produção, como lucro da sua atividade empreendedora.

Em seu conjunto, as teóricas da teoria da reprodução social concordam com a descrição feita por Marx sobre o processo de produção da riqueza nas sociedades capitalistas. Contudo, apontam algumas lacunas, especialmente referente ao fato do autor não perceber que a força de trabalho não atua somente no processo de produção, mas que, ao contrário, existe um processo de reprodução dessa força de trabalho que é tão importante quanto para o processo de geração de mais-valor na sociedade capitalista (ARRUZZA, 2015C; BHATTACHARYA, 2017).

Assim, ao procurar suprir essa lacuna, essa perspectiva considera apresentar uma visão mais ampla e completa da relação entre patriarcado e capitalismo, visto que procuram focar na totalidade do modo de produção capitalista. Insiste, portanto, em ressaltar que a compreensão do capitalismo, a partir da leitura tradicional do marxismo, é incompleta se “o tratarmos simplesmente como um sistema econômico que envolve trabalhadores e proprietários²⁵, e deixar de examinar as formas de reprodução social mais amplas do sistema” - como por exemplo, o “trabalho

²⁵ O reducionismo econômico presente em parte do Marxismo deve ser criticado, contudo, é preciso fazer sempre a ressalva de que essa leitura não encontra base nos textos marxianos.

reprodutivo diário e geracional que ocorre nos agregados familiares; escolas, hospitais, prisões e assim por diante” (BHATTACHARYA, 2017).

O ponto central da crítica, portanto, está na questão da força de trabalho. A perspectiva da reprodução social não nega que a produção da riqueza nas sociedades capitalistas se efetive tal qual descrita por Marx, em *O Capital*. Contudo, ao criticar o status de “mercadoria especial” da força de trabalho, a teoria da reprodução social procura demonstrar que a força de trabalho não se reproduz externamente ou autonomamente ao processo produtivo. Na realidade fática, essa cisão não existe. Assim, a teoria da reprodução social reconhece as especificidades da força de trabalho enquanto mercadoria essencial para a funcionalidade dos mecanismos que dinamizam o sistema capitalista, mas discordam que essa tenha um regime próprio de reprodução e que não se reproduz fora do “ciclo normal de produção” (BHATTACHARYA, 2017).

Ao fundamentar a crítica à reprodução da mercadoria força de trabalho isolada do processo produtivo, a teoria traz luz não apenas às lacunas no interior do marxismo, mas também estabelece as diretrizes para a construção de uma teoria unitária, que avalia a relação e as características presentes no capitalismo contemporâneo tendo como perspectiva seu caráter totalizante. Posto que essa “mercadoria especial” impacta em todas as outras mercadorias, justamente e mais precisamente como essa mercadoria é “produzida”.

Importante ressaltar que a compreensão do capitalismo como um modo de produção sistêmico é fundamental para o entendimento das propostas defendidas pelas autoras inseridas no interior da perspectiva da teoria da reprodução social e mais especificamente, da Cinzia Arruzza, objetivo principal deste capítulo. O capitalismo enquanto sistema tem duas funções principais: a primeira, oferecer as bases para repelir as críticas de ordem reducionistas, biologistas e economicista; a segunda é ampliar as noções, no interior do campo marxista, de sua forma de funcionamento. Por isso, argumenta Bhattacharya (2017), não faz sentido excluir ou minorar a importância da forma como a força de trabalho é reproduzida fora do ambiente do trabalho.

Essa tentativa de separar o tempo da produção do tempo da reprodução nos faz lembrar da crítica à dualidade entre o privado e o público no interior do feminismo. Muitas feministas chamaram a atenção para o fato de a teoria política de modo geral

fazer a separação entre o público e o privado como forma de suspender várias problematizações proferidas pelo debate feminista e, também, minimizar uma série de violências cometidas contra as mulheres, em geral, no ambiente privado.

Algo semelhante ocorre entre aqueles que defendem a separação entre a produção e a reprodução. Primeiro por se tratar de um erro teórico para aqueles que se encontram no interior da tradição marxista, já que tal separação não encontra eco nas obras de Marx, especialmente quando estas são tomadas em seu conjunto. Segundo, por representar uma forma insuficiente para a explicação dos fenômenos sociais sob a hegemonia do capitalismo.

Assim, ao apresentar o trabalho humano como “coração da criação e reprodução” de todos os processos sociais presentes no interior da sociedade, mesmo reconhecendo essa premissa como a primeira premissa da história humana, Marx não a desenvolveu de modo satisfatório ao passo que lacunas serviram como brechas para o crescimento de interpretações mecanicistas e reducionistas no interior do pensamento marxista (BHATTACHARYA, 2017).

A teoria da reprodução social apresenta-se como alternativa para a teoria dos sistemas duais ou triplos, tendo a centralidade no trabalho como mecanismo de manutenção e reprodução básica da vida. Em síntese podemos afirmar que a teoria da reprodução social procura encaixar uma interpretação da realidade que consegue juntar a exploração com a opressão.

Estado:

O Estado não é discutido de maneira sistemática nas obras de Cinzia Arruzza, embora sua influência possa ser sentida ao longo de toda a interpretação da autora. Não vemos no decorrer dos textos da autora uma análise sistemática do papel ou da consequência de um determinado modelo de Estado para a subordinação das mulheres na sociedade capitalista. Depois do que analisamos até o presente momento, podemos afirmar que o Estado aparece como componente constitutivo das relações sociais próprias do capitalismo e atua como mecanismo para sustentação desse sistema. Dessa maneira, vemos que o Estado está presente em toda a análise de Cinzia Arruzza como peça fundamental para a configuração das condições de

surgimento e manutenção das relações sociais que preconizam a subordinação das mulheres.

Uma teoria sobre ou do Estado constitui uma das mais evidentes lacunas no interior da obra marxiana. Não significa, contudo, que essa questão não foi problematizada. Muitas são as abordagens que, no interior do campo marxista, procuram estabelecer contornos acerca da questão do Estado²⁶. Não nos interessa, neste momento, esmiuçar essa questão. Mas, entretanto, devemos ressaltar que não existe uma teoria do Estado nas obras de Marx.

Desde a célebre concepção exposta no *Manifesto*, em que o Estado é entendido como o “comitê executivo da burguesia” passando pela compreensão do Estado como manifestação do poder de classe, como exposto em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, no qual este é disputado pelas frações da classe burguesa, a questão do Estado aparece modo fragmentado nas obras de Marx, o que queremos ressaltar é a manifestação presente na obra *O Capital*, cuja força dinâmica é a violência.

No capítulo sobre acumulação primitiva, Marx (2006) relata todo o itinerário inicial de concentração da terra na Inglaterra e, por consequência, a expulsão dos camponeses das mesmas, bem como a sua importância para a consolidação do nascente capitalismo. Mostra como foi fundamental o papel do Estado nesse processo, visto que foi através dele que a burguesia conseguiu organizar a monumental estrutura para consolidação de uma nova ordem social. Nesse capítulo, está presente toda a engenharia institucional necessária para a afirmação do domínio de classe da burguesia. Nele estão presentes todas as manifestações de poder estatal: encontramos a violência (expulsão dos camponeses), a criação de tipos jurídicos (a propriedade privada da terra) e ainda algum grau de proteção social. Essa comparação é importante porque acreditamos que na relação entre patriarcado e capitalismo a questão do Estado aparece de modo similar no pensamento de Cinzia Arruzza, um ausente presente.

Como apontam Ferguson e McNally (2017), o *Capital* e seus representantes perceberam primeiramente a importância da família ou dos laços parentais no processo de reprodução da força de trabalho e não apenas no sentido físico dessa reprodução. Nesse sentido, aprovaram, na Inglaterra, leis e mecanismos de

²⁶ Ver: *Critical Theories of the State* de Clyde W. Barrow

proteção²⁷ que visavam garantir o mínimo de condições para a sobrevivência do trabalhador e da sua mão de obra. Essa estratégia foi consumada a partir do fortalecimento dos laços familiares. Nesse aspecto, a família passou a atuar como mecanismo central de reprodução da mão de obra. E como já dissemos, não era apenas a reprodução física, mas também com a alocação de aparatos de proteção social. Nesse sentido, esse processo necessita de um grau muito grande de coordenação, que é incapaz de ser feito de maneira individualizada. Ainda mais, porque precisa ser uniforme e atender as necessidades principais de funcionamento do capitalismo.

Ao combater o trabalho infantil e o feminino, ao mesmo tempo que procurava garantir alguma forma de educação e saúde pública, o Estado adotava uma postura de fortalecimento de um modelo bastante específico de configuração para a família trabalhadora, no qual as mulheres permaneciam tendo um lugar de subordinação. Assim, as críticas as hierarquias presentes no interior do modelo patriarcal de família, feitas pelo feminismo marxista, desapareciam e, com elas, todas as discursões acerca das funcionalidades para a reprodução capitalista da subordinação das mulheres. Mesmo garantindo alguma forma de cidadania, essas ações tinham a intenção de garantir a constituição de mecanismos seguros e eficientes de produção e reprodução da força de trabalho. Não podemos esquecer, como já notamos anteriormente, que Marx apostava que os mecanismos violentos de produção no capitalismo levariam à dissolução dos laços parentais. Desse modo, a aposta do capitalismo foi no reforço desses laços, o que reforçava também a opressão das mulheres.

Considerações Finais

O ponto de ligação entre patriarcado e capitalismo, em Arruzza, está alicerçado na relação entre exploração e opressão. É a interpretação dessa relação que permite à autora desenvolver sua compreensão acerca da forma de interação entre marxismo e feminismo. Além disso, será a partir dessa relação que ela vai focar no impacto de uma determinada concepção de Estado.

²⁷ Report of the Children's Employment Commission e Coalmines Regulation Act. ambos de 1842.

A grande questão para Arruzza é acabar com ideia de prioridades na relação entre marxismo e feminismo. Tendo em vista que as sociedades capitalistas são por demais complexas, essas interpretações rudimentares não têm muita utilidade, pois não são capazes de oferecer alternativas que contemplem tanto o fim da exploração quanto o fim da opressão.

Nesse sentido, a principal contribuição das autoras que se referenciam a partir da teoria da reprodução social e, em especial Cinzia Arruzza, é justamente a valorização da crítica à economia política feita por Marx, especialmente, a leitura atenta aos mecanismos de funcionamento do capitalismo. Essa não é uma simples distinção. Por exemplo, nas autoras dos sistemas duais as leituras das categorias que estruturam a dinâmica de funcionamento do capitalismo não aparecem de modo sistemático, fato este que diminui a sua capacidade de interlocução entre o marxismo e o feminismo.

No caso particular da abordagem da Cinzia Arruzza, a crítica à economia política feita por Marx, em especial sua teoria do valor, encontrou uma interlocutora capaz de ir além da compreensão superficial da sua obra. Mesmo reconhecendo as dificuldades aparentes em virtude do seu processo de publicação, a crítica à economia política de Marx não se resume ao volume I do O Capital. Portanto, ao levar em consideração os outros volumes, especialmente o volume III, a autora contribui para melhor compreensão da sua teoria.

Em seu conjunto, os textos da Cinzia Arruzza procuram mostrar que a ligação entre o feminismo e o marxismo tem uma longa história de coexistência, marcada pela luta em conjunto contra as formas de exploração contra os trabalhadores, de modo geral, e contra as mulheres de modo particular. Enquanto circunscrita à denúncia da exploração capitalista, essa relação permaneceu relativamente cordial. Contudo, quando as feministas socialistas começaram a se organizar e denunciar a existência de estruturas de dominação para além das capitalistas e que essas estruturas estabeleciam uma relação que oprimia as mulheres e beneficia os homens, inclusive os da classe trabalhadora, essa relação estremeceu (ARRUZZA, 2010). E essa relação vai piorando até os anos 30, com a ascensão do stalinismo que pontuou a luta feminista como divisionista no interior da luta de classes (ibid).

Vemos, portanto, que sua concepção de Estado está ligada diretamente com sua caracterização ou compreensão do capitalismo, já que este não pode ser

entendido apenas por suas relações e expressões econômicas, pois senão, estaríamos produzindo uma interpretação mecanicista. Esse definitivamente não é o caso de Cinzia Arruzza. Sendo assim, o Estado aparece em suas obras como um articulador de interesses diversos no interior das várias frações da burguesia e garantidor, quando necessário, da implementação das políticas de interesses do desenvolvimento do capitalismo.

Essa relação aparece claramente no que se refere ao patriarcado. Como já apontamos, a subordinação da mulher, para Arruzza, tem sua gênese na necessidade de apropriação e expropriação da mão de obra (força de trabalho) feminina pelos homens. Essa foi uma mudança que fragilizou as mulheres, pois as afastou do seu núcleo familiar, ao mesmo tempo em que fortaleceu os homens, do ponto de vista das relações familiares e também individualmente. Essa é uma relação que exprime diversas formas de violências, sendo assim, necessita da construção de uma série de instituições que modele uma forma de vida compatível com tal necessidade. Portanto, como um dos núcleos que irradia uma percepção de vida que mantém a subordinação estrutural das mulheres, o seu papel é importante porque consegue atuar em várias áreas da vida social. Sua aparência abstrata, dota-o de legitimidade para normatizar inúmeros aspectos da vida das mulheres.

Portanto, para Arruzza (2010), a dominação masculina nas sociedades capitalistas se expressa como a capacidade de produção de riqueza (força de trabalho) e de controle sobre a capacidade de reprodução da vida social. Dessa forma, vemos que, para ela, a dominação masculina tem uma conexão central com a dinâmica própria de reprodução do sistema capitalista. Portanto, a relação entre gênero e classe aparece como um elemento fundamental para o desvelamento das relações no interior do processo de reprodução do capitalismo. Na tentativa de responder à questão sobre a opressão das mulheres, a partir da totalidade social, o pensamento marxista escorregou em explicações que procuravam secundarizar essa pauta perante as necessidades de superação do capitalismo. Essa hierarquização de opressões prejudicou os movimentos dos trabalhadores, na medida em que afastou grande parte das trabalhadoras e, do ponto de vista teórico, produziu argumento falhos.

Por fim, como alerta Ezquerria (2010) a preocupação central nos textos da Cinzia Arruzza é a construção de uma teoria da revolução que não esteja preocupada

em estabelecer ou identificar opressões originárias e primárias como linhas mestras de explicação para os fenômenos sociais presentes. Ao contrário, faz o esforço teórico na construção de uma narrativa que entrelaça as várias formas de opressão e exploração construídas e reforçadas pelo capitalismo.

CAPÍTULO 3:
A conjunção entre capitalismo,
patriarcado e racismo:
contribuições do pensamento de
Angela Davis

CAPÍTULO 3: A conjunção entre capitalismo, patriarcado e racismo: contribuições do pensamento de Angela Davis

É possível compartilhar ativismo político em defesa de uma determinada causa com uma produção acadêmica balizada por um rigor científico? Como já apontamos no primeiro capítulo, o marxismo enfrenta o mesmo problema e a solução encontrada por boa parte da produção marxista, na tentativa de afirmar-se enquanto ciência, foi separar essas duas questões (BORON, 2007). Ao que nos parece, tal estratégia faz com que o marxismo perca uma das suas características mais originais e profícuas, a relação intrínseca entre a teoria e a prática. O feminismo negro, por sua vez, caminha em direção oposta. O pensamento feminista negro também enfrenta uma série de contestações acerca do seu “modo de fazer” ciência e é constantemente pressionado a observar os métodos mais aceitos para a produção de conhecimento, mas tem se identificado justamente por uma crítica claramente posicionada.

A polêmica diz respeito à diferenciação entre ativismo e objetividade científica. A resposta dada pelo pensamento feminista negro, ao nosso entender, parece estar na aposta de mais ativismo na produção do conhecimento científico, como também uma aposta em refletir teoricamente sobre a produção da crítica posicionada e isso está em perfeita consonância com a produção teórica de Angela Davis. Aliás, não há como entender o seu pensamento sem contextualizar o seu ativismo político. Em outras palavras, podemos falar de um ativismo informado, ou seja, a produção de conhecimento a partir das experiências vividas pelas próprias autoras.

Não se pode negar, no entanto, que as chaves de interpretação do feminismo negro estadunidense e do pensamento de Angela Davis estão concentradas na experiência dos Estados Unidos. Cabe frisar a centralidade norte americana na produção de conhecimento em geral; todavia, essa pode ser uma lacuna importante, uma vez que silencia várias outras experiências. Por outro lado, não quer dizer, obviamente, que o feminismo negro não tenha produzido importantes reflexões e feito importantes contribuições em outras regiões do mundo. As produções do feminismo negro brasileiro, por exemplo, estiveram também diretamente relacionadas à luta política e aos movimentos sociais. Lelia Gonzales e Sueli Carneiro são importantes referências nesse sentido.

A história de vidas das mulheres negras é marcada pela dificuldade em acessar as estruturas de poder e pelas consequências próprias dessa característica. Mas essa condição as dota de uma capacidade peculiar de visão da realidade que é exclusiva de quem transita nas margens ou, na feliz conceituação de Patrícia Hill Collins, de quem é um “Outsider Within” (COLLINS, 2016).

O ativismo político de Angela Davis começa ainda na escola secundária, onde ela já percebia que as condições das escolas eram diferentes a depender da cor dos seus alunos. Esse padrão se repetia nas condições de moradia, nas condições de emprego, na violência policial, mas não só, todas as condições de vida da população negra nos Estados Unidos eram inferiores se comparadas com as da população branca (DAVIS, 2019a). Logo também ela observa que essas condições não eram exclusivas das cidades dos estados do sul, onde de fato a segregação racial ganhava contornos mais abrangentes e violentos. Essa percepção fazia parte dos debates no interior do movimento negro e, para nossa autora, é reforçada pela experiência familiar e também pela sua própria vivência, quando se muda para Nova Iorque. Naquela cidade, não existia mais oficialmente a segregação racial, ou seja, não havia a separação de lugares específicos para “pessoas de cor”, nem um tratamento diferenciado do ponto de vista do Estado. Essa mudança foi importante porque foi a partir das novas relações estabelecidas que Angela Davis teve o primeiro contato com o marxismo. Com a sua entrada na Universidade, o contato com o feminismo definiria as bases de formação do seu pensamento. Mesmo já tendo uma atuação política efetiva, foi com os Panteras Negras que Angela Davis iniciou uma atuação política mais efetiva (DAVIS, 2019a).

Os Panteras Negras foi um movimento surgido no Estados Unidos em meados da década de 60 e tinha a finalidade a luta pelos direitos dos negros. Ele surge em um contexto de efervescência da luta contra a discriminação racial e das lutas pelos direitos civis negados no contexto da segregação racial imposta em alguns Estados, principalmente na região sul dos Estados Unidos. Eles pregavam a ideia de “autodefesa armada” contra as violações perpetradas pelo Estado aos direitos dos negros e negras. Além disso, atuavam em movimentos sociais que procuravam atender os mais pobres, em uma metodologia de autogestão. Várias de suas lideranças ou foram presas ou foram mortas em ações violentas que visavam a

desarticulação do movimento. A desmobilização dos Panteras Negras ocorreu na década de 1980.

A dinâmica da relação entre Angela Davis e o movimento negro, em especial, o movimento dos Panteras Negras, retrata bem as formas de interação produzidas por nossa autora. Os Panteras Negras estavam envolvidos na construção de um movimento que procurava passar a imagem de uma masculinidade forte, em que o porte de armas tinha uma conotação fundamental. Reproduziam, portanto, um histórico do movimento negro, da sociedade em geral e do estereótipo masculino construído, associado e atribuído ao homem negro. Mas mais do que isso, o movimento dos Panteras negras refletia os estereótipos construído para a população negra em geral. E essa realidade era, sem dúvidas, um dos pontos fracos deste movimento e do movimento negro em geral, que não estava aberto a discutir as questões de gênero. (DAVIS, 2019a)

No entanto, essas fatalidades históricas não impediram Angela Davis de reconhecer que elas limitavam as aspirações do grupo, quando impediam a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, já que estavam destinando às mulheres negras a mesma forma de tratamento que a sociedade branca oferecia, ou seja, um lugar de subalternidade. Por outro lado, a repressão aos Panteras Negras foi das mais violentas e as mulheres negras estavam lá, na linha de frente, enfrentando as mesmas balas. Essas realidades impactaram Angela Davis de maneira decisiva, sendo fundamentais para a construção do seu pensamento. As reflexões feitas no interior dos Panteras Negras moldaram a maneira com a autora compreendia a relação entre o feminismo, o racismo e o marxismo. Foi naquele contexto que as tensões entre o marxismo, o feminismo e o racismo se expressaram de modo mais profundo para a autora, uma vez que essas três dimensões do seu pensamento estavam em um ambiente contraditório. Os incentivos apontavam em direções opostas, nesse sentido, as condições para a produção de uma síntese estavam prontas.

Em retrato bastante convincente, apesar de situado apenas nos Estados Unidos, Angela Davis mostra que as demandas feministas hegemônicas no final da década de 60 e durante a década de 70 não conseguiam atingir as necessidades mais urgentes das mulheres negras, uma vez que a participação no mercado de trabalho já era uma realidade antiga e a demanda por acesso às universidades era uma

realidade distante (DAVIS, 2016). Além disso, o silêncio acerca da histórica violência estatal contra a população negra afastava esse grupo de mulheres daquelas lutas feministas, já que explicitavam as contradições entre a construção social do papel das mulheres e a situação real das mulheres negras. Tais contradições estão mais presentes ou foram mais expostas pelo trabalho doméstico em conjunto com a ideia de maternidade e o lugar da mulher na família, ou seja, fora do mercado de trabalho. Dessa forma, o feminismo liberal não mostrava preocupação e/ou interesse em resolver essas questões e, em consequência, ampliar sua base de participação com as mulheres negras (DAVIS, 2016). Assim, não cabia às mulheres negras permanecer em um espaço onde seus interesses mais urgentes não estavam sendo defendidos. Todavia, a necessidade da luta permanecia, apesar da pouca receptividade histórica do movimento feminista liberal. Nesse sentido, Angela Davis, centrava esforços para reconfigurar e reagrupar o próprio campo feminista, a partir de uma atuação fortemente ancorada na relação entre classe e raça.

O feminismo negro nos ajuda a pensar sobre as experiências e vivências individuais e de como elas refletem na compreensão de fenômenos sociais amplos e perenes. Vejamos, a vítima de uma violência é capaz de elaborar uma interpretação acerca dos possíveis motivos e das consequências que aquele determinado ato causou. Contudo, a permanência de estruturas de violências requer, para sua interpretação, uma visão mais sistêmica e histórica dos fenômenos sociais. Nesse sentido, as contribuições do feminismo negro são de grande relevância, na medida em que ele é capaz de mobilizar e externar tais fundamentos, fazendo uma ligação entre aquela vivência particular e as estruturas sociais e políticas que a sustentam.

Levando em consideração as experiências próprias das mulheres negras, especialmente no Estados Unidos, torna-se mais compreensível as características de escrita presentes nas obras de Angela Davis. Em muitos casos, as reivindicações feministas, como por exemplo a inserção no mercado de trabalho, causavam certa estranheza nos coletivos de mulheres negras (hooks, 2015) na medida em que expressavam o que já era vivenciado pelas mesmas. Nesse sentido, a ideia de “opressão comum” aparecia descontextualizada e desatualizada da vida das mulheres negras. Essa realidade é muito bem captada pelo feminismo negro de modo geral e, em especial, pela Angela Davis.

De fato, a obra de Angela Davis está inscrita em uma chave que considera indissociável a relação entre raça, classe e gênero, sendo essa relação o próprio sentido da sua perspectiva. Esse tipo de abordagem, no interior do feminismo negro, vai questionar as premissas de uma determinada “linha justa” que o feminismo branco tentou adotar para o feminismo de modo geral (hooks, 2015). Dentro dessa perspectiva, o feminismo negro procura sustentar que as abordagens que não levam em consideração as noções de classe e raça são essencialmente limitadas para descrever as várias formas de opressão pelas quais as mulheres passam, com um enfoque especial para a vida das mulheres negras.

Além disso, o pensamento de Angela Davis é marcado pelas relações entre patriarcado, racismo e capitalismo a partir da experiência no Estados Unidos e das suas experiências particulares, buscando transpor para uma conceituação mais abstrata. Ou seja, ela parte do particular para pensar o mundo. O seu pensamento é reconhecido justamente por sua capacidade de, a partir do particular, explicar o geral, posto que as formas de manifestação do racismo que ela apresenta e discute também são vistas em outros lugares. As políticas de austeridade também afetam principalmente as mulheres negras em outras partes do mundo. A violência policial e as balas perdidas procuram corpos negros em todo lugar. Entretanto, aponta Angela Davis, isso não é coincidência. O sistema oriundo da interação entre patriarcado, racismo e capitalismo atua em níveis globais.

Nesse capítulo buscaremos traçar as teias de relações propostas por Angela Davis para a compreensão do racismo nos seus aspectos mais fundamentais. Como veremos ao longo do capítulo, o racismo é explicitado para além da experiência da escravidão, ao contrário, está impregnado nas relações sociais e, acima de tudo, está impregnado nas instituições políticas que fornecem sustentação ao modelo de democracia presente no pensamento político hegemônico. A autora protagonista deste capítulo prioriza nas suas análises o papel das instituições da democracia liberal, em especial do sistema de justiça, como centros de propagação e (manutenção) das manifestações do racismo nas sociedades modernas. Tendo como objetivo principal a compreensão e conceituação do Estado presente nas obras da autora.

Tentaremos mostrar ainda como as relações capitalistas ganham protagonismo e a relação entre patriarcado e racismo ganham sentido a partir da sua

interação com ele. Nesse sentido, a obra de Angela Davis caminha em raias distintas em relação à maioria do pensamento feminista negro. Mas esse protagonismo não a faz negligenciar as relações de gênero e raça, ao contrário, é a partir dessas relações que ela consegue estabelecer as marcas distintivas do seu pensamento.

Por fim, adianto que este capítulo não ficará restrito às descrições das violências e subordinações históricas que a população negra, em especial as mulheres, sofreram em decorrência do racismo, já que também vamos analisar as várias formas (momentos) de resistências que foram construídas ao longo do tempo pelas mulheres negras na luta para a superação das estruturas de poder que sustentam o racismo. Assim, estaremos em consonância com a própria vida da autora em tela neste capítulo, tendo em vista que a questão do ativismo é uma das características distintivas do feminismo negro.

Feminismo negro, interseccionalidade e universalidade

Uma das características mais marcantes presente no conjunto de autoras do feminismo negro é a necessidade de afirmação das posições políticas ou teóricas defendidas. Parte dessa necessidade é devido à histórica exclusão do feminismo e das mulheres negras (COLLINS, 2000), mas ao mesmo tempo pode ser caracterizada pela dinâmica interna de formação e atuação do campo. A exclusão das mulheres negras levou as ativistas do feminismo negro a serem obrigadas a desenvolver estratégias e mecanismo de proteção que possibilitassem que as vozes dessas mulheres fossem ouvidas (ibid). Não podemos negar a violência decorrente desse processo, contudo, esse ambiente formou as características principais referentes ao feminismo negro, qual seja, um conhecimento “projetado para se opor à opressão” (COLLINS, 2000). Obviamente o enfrentamento ao racismo estava no cerne do conhecimento produzido, mas essa atuação não estava conectada apenas à luta contra o racismo, mas também com a interconexão dele com as outras formas de opressão.

O cerne da crítica do feminismo negro encontra-se não na denúncia dos privilégios das mulheres brancas, mas sim nas limitações de pensar as condições de vida das mulheres a partir das experiências daquelas que sofrem menos com a opressão (DAVIS, 2016). Dito de outra forma, o feminismo liberal, exemplificado pela

luta pelo direito ao voto, mostrava seus limites por não ser capaz de contemplar as várias maneiras e condições da vida de todas as mulheres. Ele não seria capaz de reconhecer os marcadores sociais de hierarquias e privilégios que favoreciam as mulheres brancas (DAVIS, 2016; COLLINS, 2000; RODRIGUES, 2019). Nesse sentido, o feminismo negro procura contestar e problematizar o conceito de mulher defendido a partir da trajetória histórica do feminismo (hooks, 2015).

O trabalho de Patricia Hill Collins é fundamental na compreensão do contexto social e teórico de empoderamento do feminismo negro. Em seu trabalho principal, *Black Feminist Thought*, a autora traça um retrato das dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras em afirmar suas experiências e percepções no interior do feminismo dominado pelo liberalismo. Grande parte dessas dificuldades são geradas pela persistente política de supressão, primeiro pela exclusão, depois pela seleção de vozes menos críticas e, por fim, pela despolitização das ideias do feminismo negro (COLLINS, 2000). Mas esses padrões de supressão do feminismo negro não ficavam restritos ao interior do feminismo, ele se expressava também nas organizações da sociedade civil negra, cujo predomínio masculino evidenciava os árduos obstáculos enfrentado pelas mulheres negras. Mesmo diante desse duplo desafio que procurava obstruir o desenvolvimento do feminismo negro, é possível afirmar que ele consegue superá-los e construir uma interpretação dos fenômenos sociais que tem a realidade das mulheres negras como o seu ponto de partida.

Ao longo das primeiras páginas de sua obra *Black Feminist Thought*, publicada originalmente no ano 1990, Patrícia Hill-Colins relata a história perdida do pensamento de Maria Stewart²⁸ e, a partir dessa chave de leitura, a autora traça um perfil da maneira como as formas de expressão das comunidades afrodescendentes, especialmente das mulheres, caracterizavam-se pelo silenciamento e esquecimento de suas experiências. Também, por isso, as formas de resistências representadas por Maria Stuart apareciam de modo fragmentado, dificultando a sua apreensão pelo conjunto da comunidade negra. Esse processo, aponta Collins (2000), reflete o pano de fundo das dificuldades enfrentadas na reconstrução de um pensamento autônomo no interior da comunidade negra que estivesse associado à construção de

²⁸ Feminista negra que pregava a importância das relações entre mulheres negras para a formação de comunidades de ativismo e autodeterminação do feminismo negro.

ferramentas intelectuais, mas também, que refletisse na forma do ativismo já presente e característico daquelas comunidades.

Ironicamente, a segregação racial imposta à comunidade negra nos Estados Unidos permitiu a criação de laços e de um senso de coletividade importantes, construídos a partir das condições de vulnerabilidade sociais e econômicas, cujas condições impactaram a construção das bases de formação e atuação do feminismo negro. Por isso, uma das características do feminismo negro consiste no trabalho árduo de recuperação simbólica, histórica e teórica das produções das mulheres negras, como também de grupos específicos. Um trabalho de escavação onde se vão retirando as camadas de racismo que ao longo do tempo foram impregnando a formação do pensamento social e revelando autoras e debates.

O feminismo negro questiona a própria noção de mulher (DAVIS, 2016; COLLINS, 2000; hooks, 2015). É importante destacar as características distintas da formação do pensamento negro, já que, em muitos casos, está fora dos ambientes acadêmicos tradicionais (DAVIS, 2017; COLLINS, 2000). Muitas intelectuais não sabiam ler e muitas outras não tinham uma formação universitária. Por conta disso, as experiências pessoais tomaram tanto o centro do pensamento feminista no seu começo. Desse modo, as tradições orais, características do período da escravidão, constituíam os pontos de referência da formação e manutenção de uma cultura negra, que era repassada à luz de velas, às escondidas, entre sussurros (DAVIS, 2016), mas que, acima de tudo, refletia uma experiência, uma realidade muito distante das vividas pelas mulheres brancas e que não estava retratada nas produções teóricas e na atuação dos movimentos feministas.

Para o feminismo negro preconizado por Angela Davis essa era uma das faces de manifestação do racismo no interior da sociedade que o feminismo (liberal) branco não conseguia superar (COLLINS, 2000; hooks, 2015; DAVIS, 2016). Não se trata de relações individuais, mas sistêmicas e estruturais (ALMEIDA, 2018) ou seja, a questão central não estava naquelas mulheres, quase todas brancas, que não enxergavam o drama e o sofrimento da mulher negra, mas sim, nas premissas que sustentam o pensamento liberal, que na sua expansão firmou uma aliança com racismo, exemplificado nesse período, pela escravidão (DAVIS, 2016).

Nesse sentido, esses limites expostos não deveriam ser compreendidos como pontos definidores *per se* do feminismo liberal, mas encarados como limitadores. Essa

distinção é importante, na medida em que abre uma possibilidade de aglutinação, de aliança com o feminismo negro. No entanto, Angela Davis condiciona essa possibilidade de aliança à ampliação dos horizontes normativos das associações femininas, ou seja, a possibilidade de aliança passaria necessariamente pela inclusão das questões de raça e classe no interior das demandas construídas por esses movimentos. Isto porque, na visão da autora, não seria mais possível “pagar o preço de negligenciar as influências racistas que permeiam o movimento de mulheres” (DAVIS, 2017, p.34) e que recaem sobre as mulheres de minorias étnicas e trabalhadoras, evidenciando que apesar de comum, o sexismo se apresenta de forma distinta para o conjunto das mulheres. Esse ponto é importante porque é a partir dele que Angela Davis critica a ideia de universalidade presente nos movimentos feministas de inspiração liberal, em especial, os movimentos feministas que lutam por igualdade política.

A esse respeito, Davis (2016) traça a trajetória dos grupos sufragistas ao longo da história dos Estados Unidos e mostra como aquelas reivindicações, por mais justas que fossem, estavam muito distantes das necessidades mais urgentes de setores muito particulares de mulheres. Para as mulheres negras e as trabalhadoras não negras a luta pelo poder político estava distante de suas aspirações porque seu exercício dependia de uma série de condicionantes que não faziam parte das reivindicações. A primeira e mais importante é que elas precisavam ser reconhecidas com portadores do direito de exercer esses direitos políticos que estavam sendo reivindicados. Este é exatamente o cerne das limitações das várias organizações de luta por direitos políticos. A descrição feita por Davis (2016), mostra que esses movimentos passaram de uma postura de aceitação de mulheres negras e de certa tentativa de absorção das suas demandas para uma postura de aceitação de membros abertamente racista. Essa mudança radical é a fenda que precisaria ser recomposta.

A autora expõe também a dificuldade de movimentos feministas compostos por mulheres brancas em atrair as mulheres das classes trabalhadoras: “Mulheres querem pão, não voto” (DAVIS, 2016). Desse ponto de vista, Angela Davis (2016) critica a estrutura e organização das mulheres brancas que não incorporavam as demandas das mulheres negras e nem levavam em consideração as demandas das mulheres pobres. Mesmo que em muitos casos essas duas mulheres fossem as

mesmas pessoas, as demandas são diferentes. Assim, ela critica o feminismo da 1ª e 2ª onda que, segundo a autora, dava pouca atenção para o racismo e centrava suas ações em demandas a favor da igualdade de direitos políticos e sexuais. Essa lacuna entre as pautas centrais defendidas pelo feminismo de 1ª e 2ª onda era o que afastava as mulheres negras dessas associações (DAVIS, 2016).

A grande questão, aponta Davis, é que para o feminismo branco é possível atingir seus objetivos políticos de mais igualdade e menos opressão, sem modificar minimamente as estruturas que reforçam as opressões das mulheres negras e a exploração das mulheres das classes trabalhadoras. O grande exemplo desse debate é a questão do trabalho doméstico, que esteve presente em muitos embates e questionamentos trazidos pelas mulheres negras (RODRIGUES, 2019), mostrando como esse tipo de trabalho era pouco remunerado e não possuía status social digno, sendo por essas características destinado às mulheres negras.

O texto de Michelle Alexander, *A nova segregação racial*, mostra um excelente retrato da solidez do racismo no interior da sociedade norte-americana e da incapacidade de superá-lo no interior das instituições liberais, cuja normatividade é capaz de enunciar regras neutras (“*colorblindness*”) mas na que na sua aplicabilidade real, o racismo ainda é um elemento estrutural. Quando pensamos no caso brasileiro, podemos afirmar a existência de um mesmo padrão, em que as instituições liberais são também promotoras do racismo, em especial as que compõem o aparato de justiça. Dados do Ifopen²⁹ de 2019 mostram o Brasil tendo uma população carcerária de 748.009 presos, sendo que, destes, 66,69% são pretos e pardos. Esses são dados que reforçam o argumento apresentado por Angela Davis, quando coloca o sistema de justiça como estrutura central na promoção do racismo nas sociedades. Em discussão feita por Leila Gonzales (1988), podemos compreender esses dados como consequência da valorização de uma suposta herança europeia quando comparada com ou outros povos não-brancos, em especial o negro, na formação cultural e histórica do Brasil, o que segundo a autora brasileira, estaria na base de formação do racismo brasileiro.

²⁹ Sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro.

O grande mérito de Alexander (2017), na verdade de todo o feminismo negro, é demonstrar que essas instituições não agem dessa maneira em decorrência dos indivíduos que atuam no seu interior, mas que elas cumprem um papel fundamental em entrelaçar um projeto de poder e dominação. O foco da autora recai sobre o sistema de justiça que, segundo ela, atua de maneira persecutória aos negros nos Estados Unidos. Assim, como Angela Davis, Alexander também critica as prisões em massas de jovens negros e mostra como a construção de uma rede de vigilância tem no seu centro a população negra.

O racismo põe em xeque a democracia liberal e seu contrato racial. A democracia foi negada à população negra no mesmo momento em que ela foi prometida. “A punição social é aceita por ser aplicada principalmente aos negros” (DAVIS, 2009; p,16). A pena de morte feita especialmente para o escravo. Davis mostra como o racismo estava entranhado na formação das instituições liberais e mesmo as formas de punição consideradas “bárbaras” pelo liberalismo foram mantidas para a população negra por meio do racismo (DAVIS, 2009, p. 43) mostra que um negro poderia ser sentenciado à pena capital por até 70 tipos penais distintos, já um branco, estava sujeito à mesma punição máxima apenas por crimes contra a vida.

Quando analisa os limites do movimento sufragista em conseguir construir uma alternativa política que contemplasse os interesses das mulheres negras, Angela Davis está denunciando o racismo presente naquele espaço, mas também está denunciando os limites da compreensão moral dos problemas políticos, que estariam baseados em uma compreensão fragmentada da realidade. Assim, mesmo que as razões expressas nesses movimentos sejam sustentadas por um racismo velado, mesmo quando ele não está presente, não se tem a garantia de que as relações sistêmicas características das relações de raça, gênero e classe serão observadas com a finalidade de compreensão da realidade. Ou seja, mesmo em uma situação hipotética em que poderíamos retirar as impressões do racismo na ativação de um determinado objetivo político, não teríamos a certeza que os interesses mais urgentes das mulheres negras seriam observados, já que há também um componente de classe nessas necessidades. Com isso, Angela Davis chama a atenção para a necessidade de aglutinar os aspectos de raça e classe ao gênero para a compreensão da realidade

vivida pelas mulheres. Nesse ponto, ela dialoga com a ideia de interseccionalidade, na sua versão mais presente no interior do pensamento feminista.

A interseccionalidade tem uma variedade de conceituações e usos e apresenta-se como uma inovação trazida pelo feminismo negro, mas existe uma dificuldade em estabelecer precisamente o que seria a interseccionalidade (COLLINS, 2015). Esse “dilema de definição” se dá em decorrência de uma multiplicidade de usos, fazendo com que se possa “ver” a interseccionalidade mas sem muitas vezes conseguir defini-la (ibid). Contudo, a partir da ideia de interseccionalidade é possível construir um quadro interpretativo das várias formas de expressão da opressão nas sociedades (ibid). A partir da ideia de interseccionalidade podemos compreender as múltiplas formas de atuação dos sistemas de dominação (MIGUEL E BIROLI, 2015) e de como esses entrelaçamentos podem ser diversos em cada realidade. Contudo, é importante ressaltar que em muitos desses “usos” da interseccionalidade, classe tem perdido expressão (ibid).

A base do conceito de interseccionalidade está centrada na ideia de camadas de opressão presente no interior das sociedades e que são condicionadas de acordo com a forma de manifestação do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Ou seja, de acordo com essa perspectiva, “os sistemas de opressão se reforçam mutuamente, produzindo experiências de gênero que variam com "raça" e experiências de "raça", que variam de acordo com o gênero” (BRYSON, 2014. p. 229).

A fórmula de adição de características que são sujeitas a sofrerem alguma forma de opressão é usada como forma de agregar um conjunto cada vez maior de pessoas, contudo, na prática, acabam por individualizar as formas de opressão. A cada vez que se adiciona uma característica ou condição sujeita a sofrer qualquer forma de opressão diminui os sujeitos políticos afetados, como também sua capacidade de construção de alternativas sociais e políticas de enfrentamento, já que, cada vez mais, os problemas que afetam esses grupos são condicionados à aspectos parciais e, em decorrência, temos a diminuição da capacidade explicativa das relações sistêmicas de dominação. Temos, portanto, o desafio de construção de alternativas que contemplem as formas distintas em que as opressões se manifestam sem perder o caráter sistêmico dessas opressões.

A formação da interseccionalidade como ferramenta metodológica de apreensão da realidade a partir do conhecimento, da vivência e da experiência das

mulheres negras teve grande mérito na sua empreitada e denota uma assertividade incomum, mas muito bem-vinda, de produção de conhecimento. Enquanto ferramenta metodológica, a interseccionalidade cumpre papel fundamental ao construir as condições para que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas (COLLINS, 2015). Outro mérito que podemos reconhecer na interseccionalidade é a capacidade de aglutinar em um mesmo conceito características próprias do debate acadêmico sem perder referências na coloquialidade e nas experiências das pessoas, em especial das mulheres negras. Dessa forma, a interseccionalidade se apresenta como uma alternativa para interpretação dos fenômenos sociais, tendo como protagonistas as mulheres negras, se tornando uma alternativa para o liberalismo, enquanto marco teórico de interpretação da realidade.

Angela Davis aposta na permanência da ideia de interseccionalidade para a compreensão dos movimentos sociais que buscam discutir as diversas formas de opressão. Para ela, é importante manter essa perspectiva porque ela permite que as demandas desses movimentos possam estar mais conectadas com um conjunto de pautas mais amplas e permite aos movimentos sair da zona de conforto das pautas mais específicas, que não mantêm ou procuram manter conexão com os fundamentos estruturais das relações sociais produtoras da opressão de gênero e da exploração de classe e raça. Mas a compreensão feita por Angela Davis difere um pouco da compreensão expressa, por exemplo, por Patricia Hill-Collins.

Em sua acepção do conceito, Davis estabelece a relação entre interseccionalidade e colonialismo. Falar do colonialismo é importante porque ele foi o aspecto mais visível da construção social projetada nas hierarquias de raça. O projeto de expansão estava diretamente relacionado com a dilatação da influência do capitalismo e a construção de um modelo civilizatório em que o outro não cabia e, por questões de poder, o outro também foi associado à raça, à classe e ao gênero. Nesse sentido, podemos apontar a relação carnal entre a escravidão e o capitalismo, mais ainda quando percebemos que os processos econômicos levam a uma interconexão entre as pessoas (ALEXANDER, 2017).

Mesmo o avanço do capitalismo tendo significado uma diminuição dos castigos físicos, as taxas de exploração não diminuiram. Aconteceu algo parecido ao contexto das prisões, ou seja, as formas em que a exploração se dava mudaram, mas o seu caráter opressivo não. Nos textos da Angela Davis, em especial em *Mulheres*,

Raça e Classe, existe uma série de indicadores que mostram que as piores vagas de empregos são ocupadas pela população negra. Esses empregos são caracterizados pela extensa jornada de trabalho, baixos salários, condições precárias de exercício da atividade entre outras, fazendo-se sentir a herança do racismo.

“O fenômeno de raça para distinção política de seres humanos é um fenômeno da modernidade” (ALMEIDA, 2018. p.19) e está ligado ao processo de construção do ideário universal baseado ou tendo como parâmetro o europeu. Essa abordagem possibilitou a construção de parâmetros para a classificação e diferenciação entre os seres humanos. Desde de muito cedo, ficou claro que o universalismo iluminista não cabia todo mundo³⁰. A novidade trazida pela modernidade foi a utilização da raça como elemento central desse projeto. Foi um projeto de civilização que propunha expandir os fundamentos teóricos, como liberdade, igualdade, mercado, entre outros, e que teve seu aspecto político através da colonização (MBEMBE, 2018).

Punição, violência e racismo estrutural

A associação entre patriarcado e capitalismo construiu uma narrativa subordinada da existência das mulheres e lhes atribuiu uma natureza dócil, protetora, familiar. Essa caracterização coadunava com o padrão normativo específico que tinha a mulher branca como ideal a ser almejado. A descrição da escravidão feita por Angela Davis, entre outras coisas, procura desmistificar a ideia de fragilidade das mulheres e, por consequência, as premissas do feminismo liberal, ou como a autora se refere, do feminismo branco.

Ao contrário do padrão normativo instituído, o retrato extraído dos textos de Angela Davis (2016) mostra que as mulheres negras foram sujeitas às mesmas formas degradantes e violentas de tratamentos que os homens negros. As jornadas de trabalho eram as mesmas, os castigos também, a comida racionada na mesma quantidade, ou seja, eram vistas como mercadoria igual aos homens feitos de escravos. Assim, ainda que as condições de feminilidade construídas nesse período ressaltassem uma ideia de fragilidade, do cuidado, às mulheres negras essa

³⁰ Silvio Almeida (2018) faz o relato da experiência da Revolução Haitiana, como um desses momentos em que a universalidade iluminista foi posta a prova e falhou. Na medida que os ideais de igualdade e liberdade foram negados à população do Haiti.

construção social era negada (DAVIS, 2016). No entanto, a união entre o patriarcado e o racismo garantia que na hora da punição a condição de mulher seria uma questão fundamental para a sua aplicação. A única diferença era a exploração sexual e a reprodução forçada. Esse último ponto foi incentivado pela dificuldade de obtenção de novos escravos e pela proibição do tráfico internacional, por isso, a capacidade reprodutiva das mulheres escravizadas foi valorizada (DAVIS, 2016; p.19).

Mesmo sujeita às mesmas cargas de trabalho forçado e aos mesmo castigos e, portanto, gerando riqueza na mesma proporção dos homens, a condição de mulher não foi esquecida. Essa “lembrança” era feita através dos abusos sexuais. Na condição de escravas, as mulheres negras também foram transformadas em objetos sexuais dos proprietários.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que essas situações apesar de representarem a objetificação e violação do corpo das mulheres têm sentidos distintos. Primeiramente podemos dizer que reflete a necessidade econômica de aumento da mão de obra, em decorrência de uma contingência externa, visando essencialmente a manutenção de um determinado modelo de produção. Contudo, essa exploração estendia ao caráter puramente econômico na medida em que as mulheres, obrigadas a engravidar, não ficavam livres dos trabalhos forçados. A sua existência era violentada em decorrência da influência do ideal do patriarcado. Assim, quando associado ao racismo, o sexismo atinge os níveis mais cruéis, fazendo uma diferenciação entre o escravo homem e a escrava mulher e piorando ainda mais a situação das mulheres negras. Já o segundo sentido, reflete de forma mais clara a relação do uso do corpo das mulheres para satisfação dos desejos sexuais em um contexto de dominação masculina. Ambos sentidos expressam a profunda união entre o capitalismo, o racismo e o sexismo.

Um dos horizontes normativos propostos por Angela Davis é trabalhar com a ideia segundo a qual, apesar da brutalidade da escravidão, a comunidade negra foi capaz de construir um sentido comunitário para suas relações sociais e que tinha como centro a figura da mulher negra. Segundo Davis (2016), essas relações tinham como base a resistência à escravidão e uma vida familiar mais igualitária, o que projetava nas mulheres negras um senso de igualdade do qual as mulheres brancas não conseguiam sentir, apesar das suas condições de opressão serem menos

violentas (DAVIS, 2016, p.27). Essa característica forneceu às mulheres negras uma força e confiança que estão na base da sua atuação política (ibid.).

Nesse sentido, ganha grande relevância a questão familiar, pois era nesse ambiente que a construção dos laços de afeto e resistência eram efetivados (DAVIS, 2016; DAVIS, 2017). Angela Davis chama atenção para esse fato na medida em que o contexto da escravidão era um ambiente hostil para a surgimento de qualquer tipo de sentimento que não o rancor, ódio ou ressentimento. Nesse aspecto, a casa, como sinônimo de família, de lar, transformou-se em refúgio de uma humanidade roubada pela violência da escravidão. Era nesse espaço que as tradições ancestrais eram repassadas e transmitidas (ibid). Outro detalhe importante que devemos destacar, essa relação mais igualitária no âmbito doméstico teve como resultado uma valorização do trabalho feito por essas mulheres no ambiente privado. As mulheres negras eram “trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica e seu trabalho não era menos respeitado do que o dos seus companheiros” (DAVIS, 2016; p. 45).

Dessa perspectiva não é difícil perceber que após a escravidão houve uma mudança na percepção do papel das mulheres nas sociedades, em especial no que se refere à valorização do trabalho feminino. As relações no interior do movimento negro, segundo a própria Angela Davis, foram marcadas pelo sexismo e a tentativa de rebaixar os trabalhos feitos pelas mulheres. Assim, buscando compreender o contexto que levou a essas mudanças, podemos afirmar que o fim da escravidão marcou também a diminuição dos esforços de contenção da violência de gênero. Contraditoriamente, as condições violentas características da escravidão acabavam por frear as manifestações históricas do patriarcado, e viver sob aquelas brutalidades enfraquecia as manifestações da dominação masculina.

Enquanto conceito, patriarcado pouco aparece nas obras de Angela Davis. Mas o seu alcance é identificado pela autora e exemplificado de várias formas. Acima falamos um pouco dessa manifestação no contexto da escravidão, mas com a abolição, a sua manifestação também alcançou o movimento negro. Não é possível identificar relações sexistas entre os escravos nas obras de Angela Davis, muito também porque essa não era uma questão para a autora para a explicação daquele momento histórico e, muito provavelmente, as relações violentas típicas da escravidão impediam a manifestação do sexismo entre os homens e mulheres feitos de escravos.

Mas em um momento posterior, o sexismo pode ser identificado no interior do movimento negro, caracterizando mais um marcador de opressão vivenciado pelas mulheres negras.

Seguindo com as reflexões sobre as estruturas repressivas e de controle que recaem especialmente sobre a população negra, quando olhamos a população carcerária, poderíamos pensar que, em especial, os homens jovens negros teriam o monopólio do crime e da violência. Contudo, por trás das políticas de policiamento e vigilância voltadas a determinados setores da população que supostamente cometem mais crimes estão caracterizados nitidamente os pressupostos do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018; DAVIS, 2009), na medida em que a construção do estereótipo do “criminoso” já está feita. Essa vigilância é a face mais visível do controle racial feito pelas instituições, em especial as de justiça (DAVIS, 2019b).

Portanto, vemos que a relação entre violência e punição está pautada pelo racismo estrutural, o que aponta as limitações do liberalismo em construir instituições que tenham minimamente características objetivas e impessoais. Agora, vamos analisar a principal consequência da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo.

Estado, Democracia e Prisões

Com o fim da Guerra de secessão e a derrota dos estados escravagistas do sul e, por consequência, o fim da escravidão, abriu-se um espaço político para a contestação das condições de vida da população mais pobre que vive nesses estados, como também, da recente população liberta. Esse processo se consolidou em um momento de ascensão da classe trabalhadora nos Estados Unidos. (DAVIS, 2016), acarretando uma maior capacidade de organização e luta por melhores condições de vida. Nesse período, mostra Davis, houve um aumento das greves por melhores condições de trabalho e salário, impactando diretamente a possibilidade de lucros. Essa recente classe trabalhadora era formada basicamente por pessoas brancas, com muita participação de mulheres em decorrência do tipo de indústria que florescia naqueles estados. Com isso, o padrão de relacionamento não poderia ser tão violento quanto o empregado contra os escravos. É nesse contexto que o aprisionamento em massa, especialmente da população negra, adquire um papel central na construção do ganho capitalista (DAVIS, 2009).

Assim, Angela Davis, trata o período da escravidão como um grande laboratório das políticas sociais destinadas à população negra nos Estados Unidos. Também por isso, as suas marcas estão no cerne da compreensão da manifestação do racismo no período posterior ao fim da escravidão. O fundamento da política durante o período da escravidão era a violência e a permanência dessa característica é mais um dos indícios apontado por Davis para marcar as relações profundas deixadas pela escravidão na socialização da população negra no Estados Unidos.

Como já havíamos apontado, o legado mais profundo da escravidão para a população negra foi a violência e essa se manifestava principalmente através da crueldade dos castigos físicos. Com o fim da escravidão, esses castigos físicos foram proibidos, mas como mostra Angela Davis (2016; 2009), a violência não, ainda que modificada em sua forma de manifestação, ganhando características mais sistêmicas e estatal. A escravidão apesar de também ter caráter sistêmico e institucionalizado, a prática de violência se dava de modo particular, individualizada. Agora, no capitalismo informado pelo racismo, a aplicação da violência ganha traços institucionais e uma roupagem universal.

Essa transformação é fundamental para a compreensão do pensamento de Angela Davis porque retrata as bases de interação entre gênero, classe e raça nas sociedades contemporâneas, mostrando como o Estado vai ganhando cada vez mais centralidade na construção do racismo. O monopólio do uso da violência foi e ainda é direcionado.

Davis nos mostra que logo após a abolição da escravidão vários estados, em especial os ex-escravagistas, promulgaram leis que facilitavam a prisão. Como foram bem-sucedidos, a população carcerária aumentou bastante. Com esse aumento, essa população passava a estar “livre” para ser empregada e usada por empresários, através do “sistema de locação de mão de obra prisional” (DAVIS, 2009). Essa modalidade de emprego recompunha as formas violentas e sádicas das relações de trabalho características do tempo da escravidão, só que agora sem o ônus da manutenção e subsistência daquela população transformada em escravo (ibid). Trocou-se a propriedade pelo aluguel, mas os níveis de exploração e crueldade foram mantidos.

As prisões são, para Angela Davis, o centro da expressão do racismo nos Estados Unidos, não somente por elas abrigarem na sua maioria a população negra,

mas pelo papel de controle social e recrutamento de mão de obra que ela permite e desempenha. As prisões estão tão naturalizadas que hoje os “jovens negros e latinos estão mais propensos a ir para a prisão do que ter uma educação descente” (DAVIS, 2019, p.10). Além disso, as prisões foram criadas como uma alternativa mais civilizada às práticas punitivas empregadas com requintes de crueldade. Desse ponto de vista, ela cria a ilusão de ser um espaço menos violento e mais adequado para a resolução dos conflitos com a lei (ibid).

Contudo, o encarceramento em massa (BORGES, 2018), resultante do processo de naturalização das prisões, está ligado às formas de controle social que atingem prioritariamente a população negra, em especial os jovens. Está relacionado também ao entrelaçamento entre o capitalismo e o racismo, que se materializam em um Estado capitalista racializado, cujo aparato de controle está direcionado para a população negra. No Brasil essa realidade se repete, dados recentemente publicados³¹ mostram números que deixam claro como as formas controle do aparato estatal carregam fortemente um componente racista, fazendo do jovem negro, seu alvo preferencial.

Certamente nossa história marcada pela brutalidade da escravidão deixou as marcas e a ideologia que constrói os estereótipos sociais que colocam o negro como “indivíduos para se sentir medo” (BORGES, 2018) e por isso, a justificativa pela “caçada” protagonizada pelo aparato repressivo do Estado. Somente isso para explicar o porquê de os negros serem 74,4% das vítimas letais, serem 55,8% das mortes por latrocínio, 66,7% dos presos. Essa violência contra a população negra aparece de modo estrutural e é retratada por outro dado retirado do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), que mostra que 69,1% dos policiais mortos, também são negros. Nem mesmo crianças e adolescente negras escapam do racismo impregnado na sociedade brasileira, elas são 75% das vítimas de violência. Os dados acima mostram a relação estrutural do racismo para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A nova escalada discriminatória sobre a população negra ocorreu com a política repressiva contra o tráfico de drogas implementada pela administração Reagan (ALEXANDER, 2017; DAVIS, 2016), conhecida com Guerra às Drogas. O resultado, presente até os dias atuais, foi um encarceramento em massa de jovens negros,

³¹ Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020.

principalmente homens. Alexander (2017) chama a atenção para a justificativa que a administração federal forneceu para a necessidade do programa, de que seria a alta da criminalidade que tornava o projeto necessário. Contudo, a autora, mostra que os índices de criminalidade estavam em queda naquele período, e mesmo assim uma política altamente repressiva foi posta em prática.

Mas a questão central para a qual devemos chamar a atenção é quem efetivamente estava sendo preso e como o sistema de justiça criminal se comporta diante de determinados tipos de crime e criminosos. Essa é uma questão importante na medida em que desnuda as relações interrelacionadas entre a repressão e o racismo e revela o papel fundamental do aparato estatal na formação do racismo nas sociedades contemporâneas.

Contudo, a expressão do racismo estrutural por parte do Estado não se manifesta apenas pela violência física ou o aprisionamento. A questão fiscal do estado levou a uma série de cortes orçamentários que atingiram em cheio as estruturas de proteção social que atendiam majoritariamente as mulheres negras (DAVIS, 2016). Para Davis (2017), esses cortes são frutos de uma visão racista do Estado e de suas instituições, pois não atingiram outras áreas do governo. Em ligação, a política de encarceramento foi posta em prática para a contenção social de um número cada vez maior de jovens negros desempregados. Dessa forma, as políticas de austeridade fiscal implementadas na década de 80 têm ligação estreita com a formação do estado policial que atingia a população negra. São esses os contornos do conceito de Estado presente em Angela Davis.

O sistema de justiça tem um papel central também na relação de aproximação entre o racismo e o capitalismo, na medida em que é através dele que se cria as condições institucionais de aprisionamento em massa. Mesmo apresentando uma dimensão abstrata e universalista, desde o princípio o aparato repressivo do Estado foi direcionado para a população afronorteamericana (ALEXANDER, 2017; DAVIS, 2016). No Brasil temos uma realidade parecida, na qual o aprisionamento em massa da população negra, em especial de jovens, tem sido usado para controle social. Assim, o pensamento de Angela Davis, embora bastante situado no contexto estadunidense, coloca problemas e perspectivas analíticas produtivas para se pensar as estruturas do racismo no Brasil, cuja herança da escravidão teve grande impacto na formação institucional brasileira (FLAUSINA E PIRES, 2020). Os impactos dessa

institucionalidade informada pelo racismo, podem ser sentidos nos dados de aprisionamentos, nos dados da violência, na cor do trabalho doméstico e sua precarização, expressa na divisão sexual do trabalho racializada (BIROLI, 2019). Enfim, que se trata de uma relação estrutural para o desenvolvimento do capitalismo, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil.

A dinâmica de interação entre racismo e capitalismo constitui um dos pontos mais originais do pensamento de Angela Davis, uma vez que articula de modo bastante peculiar o aprisionamento em massa e a necessidade de diminuir o preço pago para a compra da força de trabalho. Nesse sentido, ela se coloca entre os muitos autores que criticam as incongruências normativa dos ideais universalistas defendidos pelo capitalismo e sua associação íntima com a escravidão (VARIKAS, 2015). Todavia Angela Davis, consegue expandir esse argumento, na medida em que mostra que as instituições liberais criadas para garantir os pressupostos da neutralidade e impessoalidade carregam a mesma ligação íntima com o racismo.

Está presente na obra de Davis a noção de que, sob a hegemonia do capitalismo, o Estado tem na violência um de seus elementos centrais, na medida em que tem a função primordial de regulação e manutenção das relações sociais próprias do funcionamento do capitalismo. Ou seja, existe uma relação de necessidade e reciprocidade, contudo o elemento aglutinador é (e continua sendo) o capitalismo.

Desse modo, Angela Davis questiona a noção de democracia defendida pelo liberalismo em sua versão estadunidense. Critica suas bases que dão sustentação e o faz reconstruindo os fundamentos normativos da união entre patriarcado, racismo e capitalismo. A união desses sistemas constitui os alicerces sob os quais a democracia liberal³² constrói as suas instituições. Desse modo, a sua capacidade em equacionar os vários interesses presentes no interior da sociedade seria restrita. Assim, seu fundamento seria a suspensão das desigualdades e da dominação, por meio do recurso a conceitos abstratos de liberdade e de cidadania (DAVIS, 2009).

Ao analisar empiricamente a democracia dos Estados Unidos, Angela Davis explicita as várias formas de opressão e violência que estão no seu momento originário. Passando pela escravidão e ultrapassando o período de segregação racial,

³² O conceito de Democracia e a sua associação com o liberalismo é alvo de grande e antigo debate. Essas controvérsias não são analisadas na sua completude por nosso trabalho. Contudo, as autoras em tela no nosso trabalho são, em graus variados, críticas ao que estamos chamando de democracia liberal. Neste momento específico, estamos trabalhando no interior do pensamento da Angela Davis.

o saldo transparece para a autora como sintoma não de opções individuais ou conjunturais, mas estruturais. A violência de Estado ganha o plano principal cuja finalidade de controle e subordinação são evidentes. Essas são características que reforçam barreiras institucionais que impedem a participação política um grupo específico da população. Com o Estado e suas instituições voltadas para a repressão e o impedimento aos exercícios básicos de cidadania, Angela Davis, então, questiona se é possível falar em democracia nos Estados Unidos ou para os Estados Unidos, democracia virou sinônimo de capitalismo (ibid).

Nesse sentido, Angela Davis mostra as contradições entre o modelo de democracia defendido internamente e as opções políticas defendidas no plano internacional. A autora expõe as investidas imperialistas estadunidenses e as diversas denúncias de torturas e violações dos direitos humanos realizadas nas áreas de conflito e guerra patrocinadas pelo país com o intuito de ampliação de seu poder político-econômico, inclusive com a devida sustentação institucional conferida pela lei denominada “ato patriótico”³³. Ao mesmo passo, explora também a naturalização destas práticas no âmbito interno, reservadas ao que a autora denomina de “complexo industrial penal”. As prisões são, para Davis, o lugar reservado para o exercício indiscriminado da violência, sendo uma prática naturalizada ao longo dos anos e agudizada após os ataques de 11 de setembro de 2001, que atuou como justificativa para a elaboração de vários atos normativos que restringiam o exercício da cidadania, como também, as liberdades civis e políticas, reforçando a capacidade do Estado de vigiar seus cidadãos. Além disso, ao reconhecer o *modus operandi* racista, capitalista e genocida do sistema de justiça criminal, Angela Davis explicita que tal prática não somente possui uma boa convivência com o modelo geral de democracia do país quanto é sua parte estruturante. (ibid)

Desse modo a autora questiona a exportação de um determinado modelo de democracia, evidenciando que, a despeito dos marcos normativos tradicionais do campo, na experiência norte-americana a violência é um elemento central para a sustentação da “ordem democrática”.

Assim, erigida sob essas premissas, seria possível falar em democracia no sistema capitalista, racista e sexista? Na primeira aproximação, a resposta dada pela

³³ O “USAPATRIOT Act” foi promulgado no dia 26 de outubro de 2001 e garantia ao Estado norteamericano a prerrogativa de limitar direitos individuais constitucionais.

autora é negativa, ou seja, as experiências reais da democracia são expressas pela exclusão, nas suas mais variadas formas, sendo este o seu traço mais marcante. Mesmo em suas promessas mais ambiciosas, elas não têm sido capazes de eliminar tal característica. Em uma análise mais aprofundada, Angela Davis avalia ser impossível desconsiderar a incompatibilidade orgânica da democracia liberal com a inclusão e com uma sociedade mais igualitária, sem o uso da violência como fundamento da política. Como contrapartida, ela propõe a “democracia da abolição” que teria com fundamento a abolição das instituições que promovem a dominação de um grupo sobre outro” (DAVIS, 2009. p. 18).

Considerações Finais

De modo bastante particular, o feminismo negro interpela os pressupostos fundantes da teoria política e denuncia a exclusão das demandas específicas das mulheres negras no interior do pensamento feminista e, do pensamento político hegemônico. O impacto das formulações trazidas por pensadoras como Angela Davis, Patrícia Hill Collins, bell hooks, Lelia Gonzales, Sueli Carneiro, entre outras, foi profundo, na medida em que se tornou incontornável para a compreensão dos padrões de reprodução das desigualdades de gênero e raça no interior das sociedades capitalistas. Além disso, ampliou o entendimento sobre as relações entre patriarcado e capitalismo. Angela Davis, especialmente, mostra como o racismo e sexismo andaram juntos, apoiando-se mutuamente no processo de consolidação da dominação masculina, tendo a escravidão como elemento aglutinador desse processo. Em *Mulheres, Raça e Classe*, a autora mapeia de modo minucioso as bases de ligação entre o capitalismo e a violência de gênero e de como esse processo permanece entranhado nas estruturas da sociedade capitalista, especialmente no seu aparato repressivo (DAVIS, 2016).

Nesse mesmo livro, a autora mostra a incapacidade do “feminismo das mulheres brancas”, sua forma de definição de um feminismo liberal que se apresenta como racialmente neutro, em reconhecer as demandas específicas das mulheres negras. Ao retratar a luta pelo direito ao voto, Davis consegue demonstrar como aquela demanda por participação política e representação era surda aos gritos das mulheres negras. Ao fim, ao negar e deixar de lado as reivindicações trazidas pelas

mulheres negras que participavam desses comitês de apoio ao direito ao voto, esse processo perdeu força e seu resultado foi parcial (ibid).

Pelo trabalho de Patrícia Hill Collins podemos observar que muitos dos temas centrais para o feminismo negro são os mesmos da literatura feminista, mas a forma de retratá-los ganha outra dimensão. O ponto central do feminismo negro é chamar a atenção para a realidade multifacetada das manifestações das várias formas de opressão. Por óbvio, não foi este o primeiro a atentar para as várias formas de manifestação da opressão nas sociedades, contudo, foi o primeiro a promover um esforço teórico que aglutina as relações de classe, gênero e raça, no momento em que mostrou que o racismo é um dos fundamentos que ajuda a explicar a relação entre patriarcado e capitalismo. Desse ponto de vista, faz uma contribuição fundamental para a compreensão das relações de exploração nas sociedades capitalistas. Fomenta assim, uma abordagem epistemológica que procura ampliar o feminismo para além das questões de gênero (BRYSON, 2014), procurando situá-lo no centro dos debates teóricos e políticos.

Outra grande contribuição trazida pelo feminismo negro é a compreensão de que as mulheres não são todas iguais, ou seja, as mulheres sofrem de maneira distinta as formas de opressão da dominação masculina (BIROLI e MIGUEL, 2015). Em outras palavras, quando o feminismo desconsidera a ideia de raça, ele baliza a opressão pelo seu grupo mais privilegiado, ou seja, as mulheres brancas. Em consequência, esse feminismo perde capacidade explicativa, justamente por ser incapaz de falar em nome de todas as mulheres. Em outras palavras, transforma experiências específicas, de grupos de mulheres específicos, em uma experiência geral de todas as mulheres.

Nesse sentido, estamos diante de uma abordagem que tem a capacidade de colocar em xeque as estruturas de dominação existentes na sociedade; que tem a capacidade de aglutinar aspectos relevantes que sustentam as formas de interação dominante e que jogam luz sobre uma realidade ainda invisibilizada pelas abordagens trabalhadas nos capítulos anteriores, ou seja, o racismo. Ao evidenciar as interconexões entre racismo, sexismo e capitalismo, o feminismo negro abre novas possibilidades de compreensão da realidade, na medida em que agrega à análise um grupo social que não aparecia com centralidade na imaginação política construída ao longo do tempo. Se as mulheres foram excluídas dos processos de produção de

conhecimento, as mulheres negras estiveram à margem dos processos de inclusão seletiva das mulheres brancas ao longo do século XX.

Embora tenha suas características mais marcantes fundamentalmente ligadas ao ativismo, o feminismo negro procurou também cercar-se de instrumentos metodológicos típicos da produção acadêmica (COLLINS, 2000), mesmo fazendo a crítica contundente ao grau limitado e restrito desses mesmos instrumentos. A solução, então, seria a construção de novas ferramentas metodológicas e teóricas que incluíssem o racismo como elemento central na análise de qualquer realidade. O ponto de convergência é a ideia de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018), que fornece uma “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (ibid, p.14). Vemos, assim, que a noção de relação indissociável entre patriarcado, racismo e capitalismo está no centro das produções teóricas do feminismo negro.

Entre as inúmeras contribuições do feminismo negro e, mais especificamente, de Angela Davis, destaca-se a compreensão de que o racismo não é um fenômeno que se manifesta de modo isolado no interior da sociedade, como também não é uma construção social, política e ideológica, presente em uma determinada visão de mundo, construída a partir de uma aliança entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Desse modo, sua compreensão se torna mais fácil quando identificamos essas teias de relações que formam e reforçam as marcas distintivas do racismo. Acredito ser esse o grande intuito da obra da Angela Davis, visto que ela não deixa de registrar as manifestações individuais do racismo, não deixa de notar a construção social presente em cada justificativa para a ausência da população negra em determinados espaços. Não deixa, também, de reconhecer as lutas travadas contra o racismo (escravidão, segregação, repressão), com suas vitórias e derrotas. Mas a síntese do seu trabalho está ancorada na tentativa de encontrar as raízes, os fundamentos que dão sustentação para a formação e permanência do racismo. E, para Angela Davis, o fundamento do racismo está na sua aliança com o patriarcado e o capitalismo.

A ligação entre capitalismo e escravidão foi exemplificada de duas formas: a primeira, associada à expansão do colonial e o domínio sobre outras sociedades e culturas, resultando em uma diferenciação e hierarquização que teve como base a questão da raça. A supremacia branca esteve diretamente associada à

desvalorização das populações afrodescendentes. A segunda, está baseada na utilização da força de trabalho. O principal ganho com a escravidão não esteve no comércio propriamente dito de pessoas escravizadas, mas sim, no ganho produtivo que a escravidão produziu quando empregada como mão de obra. Corroboram essa compreensão as formas de violência e controle social utilizadas posteriormente ao fim da escravidão, que procuraram garantir o acesso à mão de obra barata através do trabalho de presos. Assim, o aprisionamento em massa tem essa dupla função.

O racismo é o centro do pensamento da Angela Davis, e é através dele que a relação entre patriarcado e capitalismo se consolida e molda a formação de um Estado, caracterizado essencialmente pela violência. Esta violência não se manifesta da mesma maneira ao longo do tempo e em diferentes partes do mundo, suas várias formas de expressão estão diretamente associadas com o grau de interação entre patriarcado e capitalismo. A questão central é a presença do Estado como garantidor dos mecanismos de violência que oferecem a sustentabilidade necessária ao sistema político e econômico.

CAPÍTULO 4:
Fraser: Os dilemas para a
construção de uma perspectiva
emancipatória do feminismo

CAPÍTULO 4. Fraser. Os dilemas para a construção de uma perspectiva emancipatória do feminismo.

Nancy Fraser é uma reconhecida teórica política radicada nos Estados Unidos e professora na The New School, universidade com base em Nova Iorque. Possui uma vasta obra que perpassa temas diversos, desde a filosofia política ao feminismo. Além disso, a autora tem uma ampla atuação política e de engajamento em movimentos sociais, não sendo raro identificar a sua assinatura em petições e manifestos de organizações sociais. Seu primeiro livro de destaque foi publicado em 1989 e, desde então, ela publicou ao menos 8 livros que têm sido traduzidos para diversas línguas e tido impacto no debate nas Ciências Sociais, na Ciência Política e na subárea de teoria política, especificamente.

Nancy Fraser tem como marca distintiva de seus trabalhos o debate de ideias com outras pensadoras e escolas de pensamento. Não se trata de um mero debate no qual as posições iniciais ou próprias são mantidas e o “outro” serve apenas para afirmação ou “escada” para reforço da sua própria visão. Ao contrário, a autora demonstra uma preocupação em elaborar uma síntese mais sofisticada do seu pensamento, a partir do embate com outras autoras e escolas de pensamento.

Uma das grandes questões levantadas por Fraser é compreender os porquês e as consequências do enfraquecimento das pautas de “distribuição igualitária” dos bens materiais a partir dos anos 1970/80, representado pelo declínio dos sindicatos e pela “cooptação dos partidos trabalhistas” justamente em um período histórico de avanço dos domínios hegemônicos de uma forma de capitalismo (neoliberal), liderado pelos Estados Unidos, que ampliou as desigualdades sociais e políticas e, portanto, as questões de identidades e de representação (FRASER, 2013). Ao produzir desigualdades e fomentar crises, esse processo acarretou também a ampliação das injustiças presentes na sociedade.

A questão do deslocamento da ideia de justiça distributiva para reconhecimento perpassa e dá contornos à produção teórica da Nancy Fraser. É por essa chave de leitura que sua obra é melhor compreendida como também é por onde os seus críticos procuram centrar-se quando analisam a sua produção teórica. A

questão de Justiça ganha centralidade porque é por essa chave que Fraser detalha e avalia as relações de distribuição e reconhecimento.

Qual justiça? E para quem? Ao fazer essas questões, Fraser procura questionar as bases do pensamento político e, a partir delas, a autora procura situar a sua produção teórica em uma posição crítica, no interior da teoria política. Ao lançar luz sobre as várias formas de injustiças presentes no interior das sociedades, Fraser procura ampliar sua interpretação, mostrando que quando concentrada unicamente em determinadas causas, como classe, gênero ou raça, as análises sobre as desigualdades e, portanto, sobre justiça, perdem muito da sua capacidade explicativa. Em contraponto, Fraser adota a ideia de “normatividade múltipla” (NAVARRO, 2019, p, 296), cuja importância explicativa está na forma como as várias categorias são mobilizadas na construção de seu pensamento.

Fraser trabalha com a ideia de que o capitalismo, pela sua lógica, é afeito a crises e estas estão cada vez mais com aspectos múltiplos e complexos. O capitalismo mostra-se um sistema adaptativo e maleável às diversas concepções de mundo, e essa característica tem sido fundamental para seu processo de expansão e consolidação. Isso porque, para Fraser, o capitalismo é mais que um sistema econômico, sua característica original é "A tendência de parasitar as condições subjacentes à reprodução da ordem social por meio de sua mercantilização³⁴" (NAVARRO, 2019, p.298.Tradução livre).

O capitalismo tem sido capaz de absorver as demandas críticas de diversos movimentos sociais, incluindo o feminismo, e transformá-las, resignificando-se em demandas associativas ao seu próprio processo de desenvolvimento. Os aspectos de desenvolvimento do capitalismo, em Fraser, retratam uma dinâmica em que as crises são decorrentes de contradições presentes na relação entre políticas de mercantilização (exploração) e políticas de proteção social, cujo desfecho está relacionado com a capacidade de movimentos sociais emancipatórios em reunir forças e construir alternativas que forcem a adoção de medidas que vão de encontro com as demandas desses movimentos (ibid). Nesse sentido, Fraser (2015b) procura diferenciar a sua análise sobre as crises capitalistas das feitas no interior do marxismo,

³⁴ Trecho original: la tendencia a parasitar las condiciones de fondo de la reproducción del orden social através de la mercantilización de las mismas”

já que, segundo a autora, em Marx, as crises do capitalismo são atribuídas a fatores estritamente econômicos (FRASER, 2015b).

Assim, é esse o modelo utilizado por Fraser para explicar as transições e etapas pelas quais o capitalismo tem passado historicamente. Na sua manifestação a partir da década de 80 com as políticas de austeridade fiscal, marcado pela hegemonia do capital financeiro, o capitalismo aparece com maior capacidade de enfrentar as possíveis tensões originadas nas demandas de grupos e movimentos sociais (ibid). Isto se dá muito pela sua capacidade de se desvincular dos Estados Nacionais e do sistema político e, portanto, das redes de controle social e da soberania popular construídos historicamente, mas também, pela sua capacidade de se conectar com um movimento feminista que vem gradativamente abandonando as pautas distributivas. Em consequência, formou-se um novo espírito do capitalismo, marcado pela incorporação de demandas que antes eram emancipatórias e que agora fazem parte das formas de estruturação do desenvolvimento do capitalismo. (FRASER, 2015b)

Ao destrinchar os pontos acima mencionados, Nancy Fraser fornece os elementos necessários para que ela possa conectar sua crítica ao capitalismo e às demandas por justiça com as críticas às injustiças e aos movimentos populares, em especial ao feminismo, que teriam abdicado de associar as injustiças que sofrem, sejam elas de caráter distributivo ou de reconhecimento, ao modo de funcionamento do capitalismo.

O percurso traçado por Fraser mostra as ligações fundamentais entre patriarcado e capitalismo nas variadas formas de manifestação assumidas pelo Estado. A transição do capitalismo organizado pelo Estado para o capitalismo neoliberal, traçada por Fraser (2016), resultou em um enfraquecimento do Estado e, em outro aspecto, na perda de sua capacidade de impor um mínimo de regulação às atividades capitalistas, mesmo aquelas que preservam direitos individuais ou interesses coletivos. As consequências aparecem na formação de um ambiente mais violento, em especial para os grupos sociais com menos capacidade de proteção e projeção de suas demandas e interesses, com destaque para as relações de classe, gênero e raça, ou seja, para as demandas de reconhecimento e distribuição.

A polêmica em torno da ideia de reconhecimento tem sido um debate desenvolvido no interior da Ciência Política e tem como protagonistas Axel Honneth, filósofo alemão, e Nancy Fraser, situando-se na oposição entre as dimensões privadas e públicas e expressando aspectos distintos sobre a questão da igualdade (AVRITZER e GOMES, 2013).

Neste debate, Fraser apresenta a crítica referente à mudança de eixo da luta por igualdade social e justiça. Para Fraser (2013) essa transformação reflete a ideia de que a questão do reconhecimento é compreendida como um contraponto à distribuição como elemento central do conflito político contemporâneo e estaria na base da formação dos novos tipos de movimentos sociais. Fraser critica essa dualidade por achar que ela reflete apenas parte do problema e suas consequências são ruins quando movimentos sociais como o feminismo se apegam a apenas uma dessas vertentes. Mas, basicamente, o diagnóstico feito por Fraser aponta para a constatação de um afastamento das demandas distributivas e a centralidade de demandas de reconhecimento e da diferença (BRESSIANI, 2011).

As mudanças nos paradigmas de justiça ao longo do século XX passaram a ter como centro as lutas por reconhecimento, em detrimento das lutas por distribuição. Tal mudança é identificada por Fraser como um processo de diversificação do feminismo e como o florescimento de novas pautas e demandas. Fraser não compreende esse processo como necessariamente ruim, visto que ele possibilitou uma ampliação dos debates no interior do feminismo e ampliou a sua influência. Contudo, a autora não deixa de notar que esse processo ajudou a formar uma aliança entre parte do feminismo e o neoliberalismo. Esta sim, uma aliança bastante ruim para o feminismo (FRASER, 2019).

Assim, a compreensão elaborada por Fraser torna mais claro que a adoção de parâmetros mínimos de justiça está interligada com as dimensões de reconhecimento e distribuição, e que só podem ser alcançados pela construção de uma teoria crítica que tenha como horizonte normativo a superação do capitalismo (FRASER, 2013). Esse é um passo decisivo para, segundo Fraser, retomar os ideais emancipatórios mais profundos e próprios do feminismo.

Nesse sentido, a autora vê no marxismo uma possibilidade a ser explorada pela capacidade deste em lidar com os problemas das desigualdades e injustiças

materiais, próprios da questão distributiva e da crítica fundamentada aos pilares do capitalismo. Ao mesmo tempo, Fraser percebe o marxismo como desinteressado às questões do reconhecimento, na medida em que ainda associa as desigualdades presentes no interior das sociedades como resultado primordialmente das questões relativas às injustiças econômicas (FRASER, 2015b).

Assim, mais recentemente a economia política tem sido tematizada e incorporada como elemento central da teoria crítica de Nancy Fraser (SILVA, 2018) resultando em uma aproximação com o marxismo, em especial a obra de Marx. Com essa aproximação, Fraser adensa no seu pensamento a crítica das formas ocultas da exploração capitalista. Em seu mais recente livro³⁵, essa aproximação fica ainda mais evidente. *The Old Is Dying and the New Cannot Be Born*, publicado em 2019, tem o seu argumento central desenvolvido a partir da influência do pensador marxista Antonio Gramsci e seu conceito de hegemonia, que é mobilizado tanto para explicar a crise de representação da classe trabalhadora nos Estados Unidos quanto para explicar a crise de hegemonia do capitalismo neoliberal. E, a partir dessas crises de hegemonia, seria possível explicar a origem da radicalização dos movimentos conservadores naquele país.

Contudo, não estamos seguros em afirmar a existência de um “giro epistemológico” ao longo da sua trajetória (SILVA, 2018; NAVARRO, 2019; FUNK, 2013), mesmo que a defesa desse giro não marque uma ruptura no interior do seu pensamento. Todavia, houve de fato uma agregação de temas, no qual os mecanismos de produção e reprodução de riqueza no sistema capitalista juntam-se às questões políticas de justiça distributivas, de reconhecimento e de representação, como barreiras à construção de uma sociedade com mais liberdade e igualdade e, portanto, mais justa.

Nesse sentido, Fraser procura construir a sua produção teórica superando essas duas dimensões, ou seja, imaginários políticos “entrenchados que ocultaram a injustiça de gênero e tecnicizaram a política” como também, afastar-se de um feminismo que orbita sobre a noção de identidade e que se coloca em oposição à

³⁵ *The Old Is Dying and the New Cannot Be Born*.

ampliação da igualdade social (FRASER, 2015c.). Afirma, assim, uma teoria crítica que tem como base as questões de distribuição e reconhecimento.

O objetivo deste capítulo é identificar como a relação entre patriarcado e capitalismo informa uma concepção de Estado nas obras de Nancy Fraser. Temos um desafio adicional, na medida em que a autora praticamente não faz a discussão do conceito de patriarcado propriamente. Desse modo, mais do que detectar um conceito de patriarcado na autora, procuraremos analisar como ela compreende as relações de gênero no capitalismo. Teremos, assim, que encontrá-lo no interior das suas produções.

O capítulo está estruturado de modo a aglutinar os vários aspectos das obras da autora, buscando as conexões e uma construção coerente com os seus debates. Na primeira seção será analisado o conjunto das críticas feitas em relação ao liberalismo e ao feminismo e como essas avaliações críticas têm impactado o seu pensamento. Nas seguintes, vamos descrever as transformações históricas pelas quais o capitalismo passou, tendo como foco central a relação entre produção e reprodução social e o papel das relações de gênero em relação ao Estado.

Liberalismo, feminismos e a Teoria dos Sistemas Duais.

Fraser trabalha com a ideia de dois desafios para o feminismo. O primeiro seria romper com a premissa de associação ao liberalismo, já que este, mesmo em seus exemplos mais progressistas, é incapaz de dar centralidade ao gênero nas suas teorizações. O segundo desafio é recompor, no interior do feminismo, a centralidade das condições materiais ante o predomínio das questões de reconhecimento. Como pano de fundo, Fraser encontra-se no interior do debate que procura superar a perspectiva dos sistemas duais.

Para ela, com o neoliberalismo e também reconfigurações internas ao próprio campo acadêmico e das lutas feministas, “o resultado foi uma mudança no centro da gravidade da política feminista” (FRASER, 2013, p,160), que passou a ter como centralidade as “lutas culturais” em detrimento das lutas materiais. Segundo Fraser, as teóricas feministas passaram a focar os seus trabalhos cada vez mais nas questões de identidade e representação, mesmo quando tinham problema de fundo a resolução

da questão das desigualdades sociais. As discussões sobre as várias formas de identidade e as lutas por uma maior presença feminina nos espaços de decisão seriam mais um dos elementos que ajudariam a pôr fim às desigualdades.

Além disso, esse processo representou uma ampliação do espaço do feminismo no interior do debate público, principalmente por apontar que as relações sociais que dão sustentação para a dominação masculina estão presentes para além das relações materiais (FRASER, 2013). Foi o que a autora chamou de “Zeitgeist”, ou seja, o espírito do tempo que representou o declínio da influência do marxismo no âmbito das Ciências Sociais e, em particular, do feminismo (FRASER, 2013). Para Fraser, essa “virada cultural” ao reconhecimento levou o feminismo, ou parte dele, para uma aliança como o neoliberalismo, tendo como consequência uma diminuição do seu escopo emancipatório (Ibid). Esse contexto colocou o feminismo diante da escolha do caminho a trilhar para o “movimento de libertação das mulheres”, sendo obrigado a escolher, em meio ao nascente processo de financeirização do capitalismo, entre uma concepção que tenha em seu horizonte normativo a emancipação, em conjunto com noções de “democracia participativa” e “solidariedade social” (FRASER, 2015c), e uma concepção que tenha como princípio escolhas e bens pessoais adquiridos por autonomia e esforço individual (ibid).

Em crítica à autora apresentada pela também filósofa e cientista política estadunidense Iris Young, na *New Left Review*, algumas das premissas do pensamento da Nancy Fraser são criticadas. Para Young (2009), Fraser exagera no afastamento das propostas de reconhecimento das pautas econômicas, apostando em uma dicotomia entre distribuição e reconhecimento que tem pouca conexão com a realidade, usada apenas como recurso explicativo. Em certo sentido, representaria um falso dilema já que esse debate não está propriamente presente no interior dos grupos sociais em busca de transformações, sejam elas de reconhecimento ou de distribuição.

Young (2009) argumenta, ao contrário, que quando grupos específicos procuram apoios mútuos entre si, eles estão à procura de reconhecimento, mas também procuram ferramentas para eliminar ou mitigar barreiras de acesso a bens materiais (ibid). Nesse sentido, a redução do ambiente político multivariado em apenas duas categorias analíticas, como faz Fraser, representa uma redução e uma

distorção do imaginário político e social que não encontra respaldo na realidade. Além de reduzir a capacidade dos movimentos populares em imaginar formas mais robustas de justiça, segundo Young, a dicotomização feita por Fraser faz com que a sua construção teórica perca a dimensão de gênero e raça como produtoras de desigualdades.

Nesse mesmo diapasão, respondendo às críticas de Young, Fraser também estabelece um diálogo com Judith Butler, que procura criticar a ideia de que os debates culturais que floresceram no interior do pensamento social crítico de alguma maneira minaram o “projeto materialista de Marx” e, por consequência, de todas as perspectivas teóricas que mantinham algum vínculo com ele, inclusive o feminismo (BUTLER, 2016). Em resposta às críticas de Butler, especificamente, nossa autora argumenta que a diferenciação, em muitos casos hierárquica, de pautas de reconhecimento e pautas distributivas não é uma hierarquização conceitual e ontológica (FRASER, 2017). Portanto, pode-se afirmar que para determinado contexto histórico ou para a explicação de determinado fenômeno específico, as questões de reconhecimento e distribuição possam ter pesos diferentes, ou seja, uma dessas duas dimensões pode ter um peso analítico maior na explicação do que a outra (FRASER, 2017).

Contudo, Fraser não reconhece que a sua produção teórica tenha subestimado a dimensão do reconhecimento, como afirmado por Butler (2016). Para Fraser, o que aglutina essas duas dimensões é a injustiça. Por essa chave de leitura seria possível, segundo Fraser, compreender como as questões de “falso reconhecimento [misrecognition]” e “má distribuição [maldistribution]” estão articuladas entre si (FRASER, 2017) e, principalmente, compreender essa separação como resultado de uma característica da expansão ou desenvolvimento do capitalismo.

As estruturas de injustiças, sejam elas de má distribuição ou de falso reconhecimento, corroboram e estão interligadas na formação de normas institucionais que valoram desigualmente as pessoas, sendo essas fortemente marcadas pelas questões de classe, gênero e raça. A consequência é a formação de uma “classe de pessoas desvalorizadas que são privadas da paridade participativa”

(FRASER, 2017. p.284). E, portanto, têm afetada a sua capacidade de lutar por justiça, seja pela ótica do reconhecimento seja pela ótica da distribuição.

Estes debates com Iris Marion Young e Judith Butler têm uma característica em comum, a defesa e reafirmação das posições de Fraser no interior do feminismo, quando da construção do melhor quadro analítico para a compreensão das estruturas de desigualdades presentes no interior das sociedades dominadas pelo capitalismo (FRASER, 2009). Em suma, nas duas principais polêmicas em que a autora travou com Butler e Young, Fraser assinalou que as autoras não foram capazes de contrapor-se às suas formulações, por isso, recorreram a imprecisões quanto ao seu pensamento. Nesse sentido, ela não reconheceu o dualismo como presente em seu pensamento. Dessas polêmicas, é possível absorver a ideia que Fraser associa a heteronormatividade ao capitalismo. Também afirmou sua distância teórica quanto às teorias dos sistemas duais, sem por isso deixar de lado distribuição e reconhecimento como dimensões estruturantes das desigualdades perpetradas pelo capitalismo e organizadoras das lutas em torno das transformações dessas injustiças.

Na obra da Fraser, a heteronormatividade pode ser compreendida como expressão do patriarcado, na medida em que afeta as relações sociais, normatizando um padrão de superioridade masculina. No debate com Butler, Fraser (2017) utiliza a noção de heteronormatividade para mostrar a existência de padrões de injustiças de reconhecimento que estão diretamente ligados às estruturas econômicas e suas “consequências distributivas indiretas”, configurando um caso típico de falso reconhecimento (ibid). Portanto, a heteronormatividade não se resume ao aspecto da sexualidade. Por mais que se possa reconhecer as desvantagens materiais decorrentes da expressão da sexualidade entre gays e lésbicas, como faz Fraser, não poderiam ser caracterizadas com uma disfuncionalidade do capitalismo, já que não produzem impacto real na “divisão do trabalho ou no modo de exploração” capitalista (ibid).

A heteronormatividade ganha contornos estruturantes das relações capitalistas quando normatiza o “casamento e as relações sexuais”, as “relações de autoridade” e “hierarquias simbólicas” sob o signo da subordinação das mulheres. Mas o ponto importante é exposto a partir das consequências nas relações de trabalho e

na forma de distribuição da riqueza, na medida em que afeta a configuração das relações familiares e impacta na formatação da reprodução social (FRASER, 2017).

Dessa maneira, Fraser utiliza o contexto histórico da diferenciação antropológica entre o econômico e o cultural para avaliar a forma como essa distinção aparece no capitalismo atual. Essa caracterização nos permite fazer a ligação entre a heteronormatividade e o patriarcado. Assim, é na relação entre o “heterossexismo” e a natureza da sociedade capitalista que Fraser enquadra sua divergência principal com Bultler.

Ao analisar a emergência das sociedades modernas capitalistas, Fraser também analisou as configurações da esfera pública e constatou que esse debate ainda estava impregnado pela dificuldade em reconhecer as desigualdades de gênero como um elemento central que afeta a participação das mulheres nos espaços públicos. Sem contar a ausência de problematização dos marcadores de classe e raça que também são essenciais para se compreender as características da esfera pública nas sociedades capitalistas.

Ao analisar criticamente a obra do filósofo alemão Jurgen Habermas, em especial o seu conceito de esfera pública, Fraser (2013) aponta de forma crítica as inconsistências presentes nas formulações que destacam momentos distintos e autônomos de reprodução da vida social ou das relações sociais presentes no capitalismo. A preocupação central para Fraser é compreender como a teoria da ação comunicativa de Habermas poderia ser incorporada e seu grau de utilidade quando fosse utilizada para interpretar as lutas contra a subordinação das mulheres realçando o caráter sistêmico das interações sociais no capitalismo.

Contudo, a crítica de Fraser dirigida à produção teórica de Habermas não contemplou a possibilidade de hierarquias explicativas para compreensão de fenômenos sociais complexos. Ela esteve situada na reflexão de que a separação entre esferas privadas e públicas não permite tematizar e compreender as relações de gênero (FRASER, 2013). Essa dificuldade estaria relacionada com o próprio objeto de estudo do Habermas, explica Fraser, que constrói a sua narrativa ou sua interpretação do desenvolvimento e da expansão do capitalismo clássico tendo como uma das características principais, a dominação masculina (ibid).

O que Fraser destaca é que a masculinidade molda as relações sociais e dá concretude às instituições políticas construídas no e pelo capitalismo. Portanto, a dominação masculina é um dos elementos centrais que dão sustentação para esse desenvolvimento, mesmo sendo possível reconhecer que as “normas patriarcais” possam operar de modo distinto nas diferentes áreas da vida social e política das mulheres, como também de forma distinta em diferentes contextos históricos. Assim, as análises que não levam em consideração essa premissa são insuficientes para descrever a realidade em que o capitalismo é hegemônico.

A partir da leitura da produção teórica de Habermas, Fraser constrói a noção de que mesmo quando uma teoria trabalha com temas que têm interesse direto para as lutas do feminismo, quando ela não coloca o gênero como um elemento central (o que não quer dizer o mais importante ou o único) reflete uma ausência considerável na sua lógica explicativa (FRASER, 2013). Além disso, por mais que se possa ver avanços nas suas formulações, a questão da normatividade e permanência da família nuclear chefiada por homens compreendida fora das relações de poder e dinheiro, como faz Habermas, foi amplamente desmistificada pelo debate feminista.

Nesse sentido, Habermas, segundo Fraser, explora pouco a relação entre o capitalismo e a forma de aparecimento das relações sociais características e próprias desse modelo que tem nas relações familiares um ponto de aglutinação. Ou seja, a forma da existência da família nuclear está diretamente relacionada com a expansão do capitalismo e com suas instituições. (ibid).

O que Fraser retém das premissas de Habermas é que a interação familiar é marcada por relações de poder e que a heteronormatividade não permite a produção de consensos justamente por ser uma relação de poder e hierárquica.

“poder é apenas um dos elementos que reforçam o domínio subordinado das mulheres nas sociedades modernas. Para um quadro sócio-teórico normativo-doméstico-patriarcal capaz de analisar as famílias também como uma ação na esfera doméstica. Capturar os outros exigiria mão-de-obra e intertravamento de formas complexas com outros sistemas econômicos, sistemas econômicos que envolvem a apropriação da divisão categorial não remunerada das mulheres entre o sistema e as instituições do mundo da vida e, portanto, envolvem trabalho remunerado” (FRASER, 2013, p. 30. Tradução minha).

Do ponto de vista prático, a relação entre a expansão do capitalismo e a família nuclear, presente na obra de Habermas, é que permite a construção de relações sociais que estabelecem papéis específicos de gênero, rebaixando certas características e funções atribuídas ao feminino. Essa estrutura, aponta Fraser, minimiza a própria ideia de cidadania presente na obra de Habermas ao mesmo tempo em que desconstrói a sua construção sob bases de neutralidade de gênero (FRASER, 2013. p.37), já que é esse cidadão masculino que faz o elo entre as esferas públicas e privadas (FRASER, 2013; p. 36-37) dotando essa relação de poder, o que expressa a dominação masculina (ibid).

As relações de poder marcadas pela dominação masculina são um traço do modelo do capitalismo clássico que foi corretamente identificado pelo feminismo como um dos elementos centrais de sustentação das relações de subordinação impostas às mulheres. Contudo, aponta Fraser, esse traço ainda persiste nas outras formas de expressão do capitalismo. Por isso, é preciso tratar essa relação como intrínseca ao capitalismo, resultado da sua aliança com o patriarcado. Retomando o debate com Butler, Fraser afirma que a heteronormatividade ou a dominação masculina aparecem inseparavelmente associadas ao capitalismo. Mas a questão não se resume ao capitalismo, essa associação íntima entre a heteronormatividade, a dominação masculina e o patriarcado é característica também do liberalismo. É sobre isso que passo a falar.

Reprodução Social, Capitalismo e Estado

O capitalismo está em crise. Em grande medida, em decorrência de contradições presente no interior da sua lógica de funcionamento e da incapacidade em ofertar condições de vida digna para a maioria das pessoas. Mesmo no período de maior estabilidade, caracterizado pela ampliação de serviços públicos, melhores condições de trabalho, maior participação política, essas condições tiveram como contrapartidas a expansão de “ações (neo) imperialistas” e a exploração de recursos econômicos e ambientais das regiões situadas no sul global das relações de poder. (FRASER, 2016). Esse período marca também o fortalecimento do papel do Estado,

cuja ação não se restringia à oferta de atividades de reprodução social de força de trabalho, mas também garantia as condições de expansão, fora das fronteiras nacionais, da base produtiva das empresas que garantiam e possibilitava a coletivização das atividades de reprodução social.³⁶

Outra característica desse contexto, é que a crise do capitalismo não foi capaz de forjar uma alternativa viável, ao contrário, encontrou as tradicionais alternativas também em crise. Em grande medida pela incapacidade dessas alternativas em compreender as mudanças históricas e as novas características do capitalismo exigiam novas abordagens e a adição de novas demandas (FRASER,2015b). Nesse sentido, as repostas antigas já não produziam os resultados esperados e já não empolgavam as novas gerações de ativistas.

A “crise geral” pela qual passa o capitalismo tem um aspecto fundamental que é negligenciado por aqueles que procuram construir uma alternativa, a saber, a questão da reprodução social. Esse esquecimento expressa também as consequências da relação entre patriarcado e capitalismo, uma vez que, ao enfatizar os aspectos econômicos e ecológicos, estão, de alguma forma, deixando claro que os aspectos próprios da reprodução social são compreendidos como inferiores do ponto de vista da construção explicativa da atual crise.

Tal constatação, adverte Fraser (2016), não autoriza a adoção da tática inversa, ou seja, colocar a questão da reprodução social como central para a explicação. O ponto ideal, assim, passa pela diminuição do peso de explicações de causas autônomas para fenômenos que estão interligados e que são melhor compreendidos, ganhando uma força explicativa maior, justamente quando vistos em seu conjunto. Assim, compreender as “contradições socioprodutivas do capitalismo financeirizado” é central (FRASER, 2016). Mas, mesmo estando no centro da crise do capitalismo atual, a questão da reprodução social tem um histórico mais antigo de tensões e está na base das transformações pelas quais passou o capitalismo.

Para Fraser (2016), a reprodução social nas sociedades capitalistas está associada às formas de acumulação de capital, abrangendo principalmente as

³⁶³⁶³⁶ Podemos dizer que essa seja uma das faces do compromisso de classe representado pelo capitalismo organizado pelo Estado. Da outra face, a racialização e precarização do trabalho de cuidado, falaremos mais adiante nessa seção.

condições “não econômicas” e sendo peça fundamental nas engrenagens de seu funcionamento. Essas atividades “não econômicas” fornecem condições fundamentais que garantem o próprio funcionamento do capitalismo. Nesse sentido, a reprodução social forma o que Fraser (2016) chamou de “subsistema econômico do capitalismo”, englobando “atividades de provisionamento de cuidado e interação que produzem e mantêm laços sociais” (FRASER, 2016. p. 101). Outra característica dessas atividades “não econômicas” é que elas acontecem fora do mercado, ou seja, fora do regime de geração de riqueza. Por isso também costumam não ser remuneradas ou são sub-remuneradas.

Essa é uma das ligações mais fortes entre a reprodução social e o patriarcado, já que a separação entre trabalhos não-produtivos e trabalhos produtivos foi também associada à questão de gênero, na qual às mulheres ficaram responsáveis pelos trabalhos de reprodução social. Essa associação trouxe, e ainda traz, consequências práticas para a vida das mulheres, sobre quem recai predominantemente o peso dos trabalhos domésticos, do cuidado, dos trabalhos mais precários³⁷. Desse modo, o trabalho de Nancy Fraser, ao lançar luz sobre os mecanismos de funcionamento da reprodução social, coloca o debate de gênero no centro do debate sobre o capitalismo.

O capitalismo promove uma separação mais nítida entre o ‘trabalho de reprodução social e o trabalho de reprodução econômica’. Tal diferenciação o ajuda a construir os arranjos institucionais e a justificar relações sociais que colocam as mulheres em lugar de subordinação, já que a reprodução social está associada ao ambiente doméstico, às mulheres e ao trabalho não-remunerado. Essa é, pode-se dizer, uma característica geral das sociedades capitalistas, nas quais as relações socio-reprodutivas assumem um papel central na dinâmica de geração de riqueza ao mesmo tempo em que têm suas atividades subvalorizadas (FRASER, 2016).

A princípio parece uma contradição: como um sistema que produz riqueza a partir da exploração da força de trabalho poderia abrir mão da força de trabalho de todo um grupo social? E, de fato, o “capitalismo competitivo liberal” do século XIX usou em larga escala a força de trabalho das mulheres³⁸, justamente em processo que

³⁷ Para essa discussão, ver: Gênero e Desigualdades de Flávia Biroli (2018).

³⁸ Já abordamos essa questão nos capítulos 2 e 3 com objetivos distintos. Nesses capítulos mostramos que as mulheres que foram para o mercado de trabalho foram as mulheres pobres e as mulheres negras. Na discussão presente, essa realidade não aparece de maneira direta. Apesar de estar

visava a redução dos custos e o aumento das margens de lucro (FRASER, 2016). Mas esse arranjo, além de contraditório, era instável, na medida em que desorganizava as estruturas sociais que reforçavam os laços de afetos e não garantia a formação de condições de autonomia para as mulheres, que recebiam salários menores que os homens e ainda permaneciam responsáveis únicas pelas tarefas domésticas e de cuidado.

Em consequência, tal arranjo entrou em crise, abrindo a possibilidade de superação da dicotomia entre produção e reprodução social. Contudo, a crise fomentou outra forma de organização do capitalismo, na qual grande parte da reprodução social foi absorvida pelo Estado. Essa transformação ocorreu em um contexto no qual a tendência da crise do arranjo anterior colocou em risco a própria sobrevivência do sistema capitalista (FRASER, 2016). Outro elemento que ajudou na modificação da relação entre produção e reprodução foi a organização e luta feminista e dos trabalhadores organizados que colocaram em xeque as premissas do arranjo anterior.

A assunção parcial da reprodução social pelo Estado foi consequência da capacidade reivindicatória da luta por direitos e representação política na qual o movimento feminista teve papel de destaque (FRASER, 2016). Essas reivindicações aglutinaram questões distributivas e de reconhecimento e marcaram um período em que os movimentos feministas conseguiram descolar, em parte, as atividades de reprodução social da questão de gênero (ibid), atribuindo-lhes uma noção de coletividade.

Contudo, as definições das fronteiras entre as atividades de reprodução social e de produção não foram marcadas apenas pela capacidade de organização das lutas das organizações feministas e dos trabalhadores, foram influenciadas também pela relação entre o capitalismo e o patriarcado, já que o ponto central das disputas ou das divergências estava situado na questão de gênero. A incorporação das mulheres no mercado de trabalho abalava as estruturas de funcionamento das relações sociais e dos papéis sociais destinados às mulheres no interior das sociedades, historicamente influenciados pelo patriarcado.

presente em um contexto mais amplo, o ponto central da autora é mostrar as contradições entre produção e reprodução social nas sociedades capitalistas e o seu impacto nas relações de gênero.

Como é possível observar, a questão de gênero está no centro dos debates sobre as formas de expressão do capitalismo, das suas crises e de suas transformações. Mas não é um capitalismo apenas como sistema de regulação das atividades econômicas ou das leis neutras de mercado. Ao contrário, é possível descrever a influência do patriarcado na delimitação dos contornos da fronteira de atuação entre as atividades de reprodução social e as atividades de produção (FRASER, 2016).

Parte da análise da Fraser (2016) para justificar a passagem do capitalismo competitivo liberal para o capitalismo organizado pelo Estado está ancorada em características que reforçam um determinado lugar para as mulheres na sociedade, lugar esse que é construído pelo patriarcado. Primeiro Fraser relata o estranhamento que os conservadores tiveram com a pequena autonomia que as mulheres adquiriram ao ampliarem sua atuação fora dos domínios domésticos e do impacto na concepção de ideal do papel das mulheres na família. Em segundo lugar, pelo inesperado reforço à posição contrária à participação mais ativa das mulheres no mercado de trabalho por parte das organizações sindicais e políticas dos movimentos dos trabalhadores, apoiando a criação de um salário família, a ser destinado ao homem, como alternativa para as condições precárias em que viviam. Os compromissos de classe, que caracterizavam as democracias de bem-estar, pareciam deixar de fora as mulheres.

Mas, quando analisada com mais cuidado, a questão da reprodução social foi tratada, no interior do capitalismo organizado pelo Estado, como questão de classe e de raça. Ao absorver parte das demandas com serviços públicos o Estado atendia parte da demanda de trabalho não remunerado que recaía sobre as mulheres, mas não sobre todas as mulheres. Algumas mulheres não foram chamadas para participar dessa era de Ouro (FRASER,2016). Ou foram chamadas a participar como parte das estruturas de fortalecimento da família, já que, uma das características do capitalismo organizado pelo Estado, foi a consolidação do que ficou conhecido como “salário família” (FRASER,2016).

O “salário família” procurava estabelecer uma remuneração mínima para garantir a sobrevivência da unidade familiar, foi também uma alternativa contra a precariedade dos baixos salários. Entretanto, o salário família era pago ao chefe de família, que normalmente era o homem e detinha essa designação e gozava desse

privilégio. A consequência era a diminuição da presença de mulheres no mercado de trabalho e o reforço nos papéis sociais que associam as mulheres ao ambiente privado, aos trabalhos domésticos e às atividades de cuidado.

Os trabalhos racializados continuaram sendo feitos em condições precárias e mal remuneradas. Nesse sentido, vemos o funcionamento das engrenagens da reprodução social operando para garantir que estruturas de exploração permaneçam em atividade. Mais um dado para justificar a afirmação que o desenvolvimento do capitalismo continuou sendo informado pelo patriarcado, já que a proteção social do Estado não alcançou todas as mulheres de modo igual. Nesse aspecto, as relações de classe e, principalmente raça³⁹ tiveram um papel fundamental. As desigualdades se expressavam pela subcontratação de trabalhadoras, geralmente negras, para trabalhos de reprodução social nas famílias com maior renda, algo que em países com desigualdades profundas se expressa nas atividades das trabalhadoras domésticas remuneradas.

Essas e outras contradições relacionadas a processo de expansão global do capitalismo fazem parte da crise do capitalismo organizado pelo Estado. Em seu lugar, temos o “regime de reprodução social e produção econômica,” agora hegemônico pelo capital financeiro e que tem como característica principal a separação das esferas de produção e de reprodução social. Sua especificidade está no caráter global das suas ações, que visavam a desregulamentação de toda e qualquer legislação que colocasse óbice as suas necessidades de expansão, cujo efeito resultou em um desmonte das redes de proteção social, da legislação trabalhista e nas leis de proteção ambientais. Em consequência, as atividades de reprodução social passaram a ser “comodificadas” ou seja, passaram a ser acessível apenas para quem podia pagar por elas. Vemos um duplo movimento; primeiro a retirada e posterior privatização de atividades essenciais à reprodução social e, segundo, a precarização do trabalho com a diminuição dos salários. Não foi difícil prever, portanto, que essa combinação resultaria em um aumento das desigualdades e que essas desigualdades pesariam mais sobre as mulheres, em especial as mulheres negras e imigrantes, isto é, as mulheres racializadas.

³⁹ Essas questões foram tratadas nos capítulos 2 e 3.

A ascensão do capitalismo financeirizado deixou amplas maiorias sociais a mercê das “predações do capital” (FRASER, 2016), representadas pela quebra de laços sociais de solidariedade e a valorização do individualismo como marca distinta das relações sociais. Como nos regimes anteriores, a divisão entre produção e reprodução tinha conotações de gênero, mas o capitalismo financeirizado comungava de uma igualdade entre homens e mulheres (ibid) que não encontrava registro nos regimes anteriores. Esse processo foi resultado da expansão de pautas que procuravam contrapor hierarquias de sexo, gênero, raça, mas tinham seu horizonte normativo na emancipação via mercado (ibid). Essa aliança foi chamada por Fraser de neoliberalismo progressista.

Envolta em “seu imaginário (...) liberal-individualista e igualitário de gênero” que advogava a meritocracia e a igualdade de oportunidade, as atividades de reprodução social “aparece[m] como um resíduo atrasado, um obstáculo ao avanço que deve ser descartado” (FRASER, 2016. p.113). Como essas atividades são essenciais para o funcionamento do capitalismo e para a própria reprodução social, alguém tem que fazê-las. Nesses momentos, as contradições afloram e a saída foi recrutar o trabalho de mulheres, majoritariamente negras, para que outras mulheres e homens, majoritariamente brancos, possam disputar em pé de igualdade no mercado trabalho.

Assim, as atividades de reprodução social sob o capitalismo financeirizado continuam tendo um forte componente de gênero, mas também de raça, na sua execução.

A crise do cuidado está relacionada às disputas sobre o papel do Estado, à privatização e precarização das vidas de contingentes cada vez maiores da população (BIROLI, 2020). O processo de “desregulação do mercado” reduz as barreiras e os controles impostos pela sociedade, através das lutas reivindicativas dos movimentos populares, e a responsabilização coletiva pelo provimento parcial dos recursos para a reprodução social. Nesse sentido, temos uma deslegitimação das estruturas sociais forjadas a partir das lutas reivindicativas e que deram origem ao compromisso de classe, que entre outras coisas, significava o Estado assumir grande parte das atividades de reprodução social, que está na origem do Estado de Bem-estar.

Já falamos aqui sobre as contradições e limites desse processo. Agora, cabe destacar que a hegemonia do capitalismo financeiro representa o retorno de um ciclo histórico em que a separação entre a esfera da produção e da reprodução social é central ao funcionamento do capitalismo. No ciclo anterior, do capitalismo liberal competitivo, esse processo representou a ampliação dos custos de sobrevivência e o aumento dos níveis de exploração da força de trabalho. Além disso, a inclusão das mulheres no mercado de trabalho se deu de maneira subordinada e precarizada. A pergunta que devemos fazer agora é; sob a hegemonia do capitalismo financeiro, como as relações de gênero ficaram em um contexto de privatização das atividades de reprodução social?

A projeção emancipatória do capitalismo financeiro mirava um mundo globalizado, multicultural e sem fronteiras. Em um plano abstrato, as alianças forjadas e que dão apoio a esse projeto civilizatório possuem argumentos razoáveis para defendê-lo. Contudo, na sua manifestação na realidade objetiva, a imagem é mais árida.

Vimos, ao longo dessa seção, que as relações de gênero estão presentes nas diversas formas de expressão do capitalismo, sendo a reprodução social um dos elementos fundamentais para a compreensão dessa relação. Apesar das diferenças de enfoque, o capitalismo é incapaz de construir uma alternativa que resolva, de maneira satisfatória e universalista, a questão da reprodução social. A hegemonia do capital financeiro reforça e aprofunda essas desigualdades, na medida em que impõe novos ciclos de privatização, com agendas de equilíbrio fiscal que impões a restrição de equipamentos de cuidado e mais uma vez responsabilizam as famílias e, nelas, as mulheres por aquilo de que o Estado de esquiva (BIROLI, 2020).

Assim, as “contradições sócio-produtivas” são fundamentais para compreender o pensamento de Nancy Fraser sobre o capitalismo e os desafios enfrentados pelo feminismo, bem como compreender os contornos da relação entre o patriarcado e o capitalismo. Em síntese, Fraser afirma:

“Esta formulação sugere duas ideias. Em primeiro lugar, as atuais tensões sobre o cuidado não são acidentais, mas têm profundas raízes sistêmicas na estrutura de nossa ordem social, que caracterizo aqui como capitalismo financeirizado. No

entanto, e este é o segundo ponto, a presente crise de reprodução social indica algo podre não apenas na forma atual financeirizada do capitalismo, mas na sociedade capitalista per se”(FRASER, 2017. p. 99-100).

Justiça, Universalidade e Estado

Em sociedades democráticas e plurais, as noções de reconhecimento e pertencimento podem ser mais fluidas, na medida em que grupos podem conviver em vários ambientes distintos. Essa característica torna a construção de uma ideia de justiça uma ação política e, por consequência, torna a sua aceção alvo de disputas de sentido que podem e devem ser historicizadas. Em consonância, nos traz uma ideia de transitoriedade, de inacabada, aberta a novos acordos e novas teorizações.

Essa dualidade se expressa em um contexto em que as decisões capitalistas também estão se expressando, ou seja, a luta por justiça modifica e é modificada pela relação com o ambiente mais geral de disputas por poder e de relações sociais projetadas pelo capitalismo. Nesse aspecto, fica evidente a caracterização do capitalismo enquanto sistema autônomo e próprio que molda as relações sociais às suas necessidades de reprodução das bases de sustentação do seu funcionamento.

Mas, além disso, podemos compreender esse contexto como aquele em que no capitalismo, aqui entendido de modo histórico e, portanto, já informado pelo patriarcado, a burguesia habilmente constrói as regras do jogo que a favorecem e a partir das quais ela passa a ter mais chances na manutenção das relações sociais que a favorecem e mantêm seus privilégios. Contudo, o que Fraser nos mostra é a capacidade dos movimentos sociais de se construir sob as regras do inimigo.

Essa força estaria alicerçada por uma ideia de justiça, ou seja, o debate sobre uma ideia de justiça condicionaria e informaria uma concepção moral que sustenta a formação de um ideário político para atuação com base na construção de uma perspectiva reivindicativa que retroalimenta a própria noção moral da atividade política associativa. Essa dualidade permite a Fraser construir sua proposta teórica e política e, segunda ela própria, afastaria o dualismo de seu pensamento (FRASER, 2008).

A ideia de uma moralidade do conceito de justiça tem o poder de aglutinar as relações políticas provenientes das várias visões de mundo presentes no interior da sociedade. A disputa em torno dos elementos constitutivos dessa moralidade é fundamental para descrever a amplitude que um determinado conceito de justiça alcança em sociedades específicas. O saldo dessa disputa tem pelo menos duas consequências que impactam o nosso objeto de estudo.

A primeira consequência é o impacto exercido pelo patriarcado na construção dos contornos da ideia de justiça, já que a ideia de justiça presente na obra de Fraser está em diálogo com a necessidade de superação das relações sociais que estruturam as condições de permanência do lugar subordinado, ou nas palavras de Fraser, do status inferior das mulheres. Todavia, como a própria Fraser reconhece, os grupos hegemônicos estruturam uma ideia própria de justiça, que não necessariamente reconhece as mulheres como portadoras do mesmo status que os homens (FRASER, 2008; 2015).

A segunda consequência impacta diretamente na atuação do Estado, pois ajuda a compreender como a construção de um ideal de justiça ultrapassa os interesses presentes no interior do Estado Nacional. Em cada Estado Nacional, o peso das relações sociais impactadas pelo patriarcado aparece de modo distinto, também por isso, as relações de gênero e as condições e capacidades de articulação dos movimentos feministas são diferentes para cada uma dessas realidades. Contudo, existe a formação de justiça, que envolve as relações de gênero, que consegue se articular em nível global. Essa tentativa de se ter um sentido de justiça que tenha capacidade de operar em realidades dispares, encontra resistência no interior dos movimentos feministas, estamos trabalhando diretamente, nesta tese, como o feminismo negro, mas podemos citar, para exemplificar, o feminismo decolonial e o feminismo indígena⁴⁰.

Mesmo com todas essas ponderações, reconhece-se a capacidade dos movimentos feministas em estabelecer um padrão mínimo para as relações de gênero e que isso está ligado à sua capacidade de internacionalizar suas demandas, suas bandeiras e reivindicações. Entretanto, esse movimento acaba por provocar tensões

⁴⁰ Não iremos entrar em detalhes das críticas apresentadas pelas vertentes citadas, por não se tratar do objeto central da tese.

no interior dos Estados Nacionais, uma vez que impacta nos padrões das relações de gênero. As demandas de igualdade de gênero, têm forte impacto sobre os padrões de reprodução social dessas sociedades, impacta no padrão de rentabilidade do capital, na configuração familiar, em padrões culturais, entre outras questões. Por isso, tem forte impacto sobre as relações sociais no interior dos Estados Nacionais, sendo também fonte de conflitos.

Qual seria então o marco de justiça adequado para o mundo globalizado? Essa é uma questão central que Fraser procura responder quando se trata de justiça e a sua narrativa está inserida na perspectiva de avaliação do percurso teórico do feminismo. Nesse sentido, o Estado ganha relevância na medida em que a delimitações do conceito de justiça é impactado de modo decisivo pelo Estado.

Capitalismo, Justiça e Estado

O capitalismo em Fraser é compreendido de modo sistêmico, tendo como característica o envolvimento em todas as dimensões da vida e, portanto, é mais que o modo de organização e expressão de relações econômicas. Nesse sentido, este sistema expressaria as relações sociais que normatizam a vida em sociedade (FRASER, 2018)

Para Fraser (2015), o capitalismo passou por diversas transformações a partir da década de 70 do século passado. Mesmo compreendendo o capitalismo em um continuum histórico, Fraser detalha o modo distinto como ele se apresentou ao longo do tempo. Essas mudanças não afetaram a sua característica principal, qual seja, a produção concentrada de riqueza, mas elas mostram que o modo de interação com outros aspectos sociais contribuiu para moldar a forma de expressão do capitalismo.

O capitalismo tardio de Estado de Bem-Estar surgiu da instabilidade do modelo clássico, realinhando a relação entre o público e o privado com o Estado, de modo a gerenciar as crises provocadas pela forma de atuação do modelo clássico. A sua expressão foi marcada pela ampliação da atuação do Estado na vida cotidiana, através de políticas sociais de Bem-Estar, que visavam garantir um patamar mínimo de dignidade e controlar, de certa forma, os impulsos produtores de desigualdades,

especialmente em decorrência da luta de setores subalternos que conseguiram pressionar as brechas e consolidar um sentido de justiça que amenizava as relações capitalistas.

Contudo, ainda se tratava de capitalismo e, claro, de um capitalismo informado pelo patriarcado. Os reflexos dessa relação puderam ser sentidos na forma como a interação entre Estado, sociedade e as formulações das políticas públicas se dava. Dessa forma, se estabelecia uma relação mais próxima às tendências de crise na reprodução simbólica, em oposição à material, e se contestava a reificação e "a gramática das formas de vida", em oposição à injustiça distributiva ou à desigualdade de status.

Segundo Fraser, a potência da crítica feminista está na sua capacidade de entrelaçar três dimensões distintas da sociabilidade capitalista, que seriam: cultural, política e econômica. Essas dimensões seriam os aspectos fundamentais na conceituação do que ela chama de "capitalismo organizado pelo Estado". Esse modelo de organização é caracterizado pelo economicismo - forma de articulação que procura construir políticas que regulam a atividade econômica - com foco em políticas de distribuição e organização que privilegiam as injustiças derivadas das classes sociais, o que eclipsava as injustiças de gênero e androcentrismo. Essa lógica reforça o ideal de cidadão trabalhador e branco chefe de família. Neste caso, tem-se a invisibilidade do trabalho doméstico feito pelas mulheres, o estatismo e a reafirmação de uma cultura despolitizada e autoritária, baseada em um ideal burocrático que reforça a ideia do cidadão como consumidor e não como portador de direitos.

Essa característica do capitalismo organizado pelo Estado acabou formando impasses. Primeiro, para o capitalismo que via as suas margens de lucros diminuindo e a ampliação cada vez maior da presença do Estado na sociedade. Outro impasse foi em relação ao liberalismo, que viu o seu caráter universalista posto em xeque em decorrência das lutas de grupos subalternos em busca por reconhecimento. Para Fraser (2019), tais condições revelaram o frágil equilíbrio sob o qual estava organizada a relação entre capitalismo e patriarcado, sob a forma do capitalismo organizado pelo Estado, na medida em que a expressão do Estado não atendia as necessidades dessa aliança. Por isso a relação entrou em colapso.

Este processo de transformação do capitalismo apresentou duas características principais: a diminuição da capacidade do Estado em oferecer políticas públicas (FRASER, 2016); e, em contradição, o aumento da atuação do Estado na garantia, até pela força, da reprodução social do capitalismo. Como resultado, temos a formação de um capitalismo hegemônico pelo setor financeiro.

Essa forma de organização trouxe inúmeros desafios aos movimentos feministas comprometidos com ideais emancipatórios, pois os obrigou a pensar de modo interligado com outras formas de injustiças e a agir para além do espaço dos Estados nacionais. Sem dúvidas, aponta Fraser (2013), somente a luta contra essa forma de estruturação do Estado será capaz de retomar aos ideais emancipatórios do feminismo.

Como a disputa pela ideia/conceito de justiça ganha uma dimensão globalizante, diminuindo a importância dos aspectos territoriais nacionais, ela também ajuda a formatar uma concepção de Estado, na medida em que as coletividades reunidas sob qualquer jurisdição territorial acabam perdendo parte da sua soberania, e por consequência, da sua capacidade de ditar e de participar dos debates e das disputas em torno do conceito de justiça. Por outro lado, grupos específicos (ainda que heterogêneos), como as mulheres, por exemplo, podem expandir e transformar suas demandas por distribuição e/ou reconhecimento como lutas por justiça que transcendem as fronteiras territoriais de nacionalidades.

Essa característica não é trivial ou secundária, ela tem reflexos fundamentais na caracterização do capitalismo feita por Fraser (2015), já que, independentemente da sua forma de manifestação histórica, para ela o capitalismo se estrutura sob uma contradição e, por isso, possui uma tendência a produção de crises a partir da sua necessidade de acumulação e da necessidade de atuação do poder público ao representar uma universalidade. Em contrapartida, mesmo sendo algo arraigado e profundo, a forma de manifestação histórica do capitalismo tem peso fundamental na apresentação dessa tendência de crise apresentada pela autora (FRASER, 2015).

O debate sobre justiça também coloca em xeque dogmas liberais igualitários que supunham o vínculo a determinada comunidade nacional apenas pelo sentimento de pertencimento em si. Agora, esse debate os obriga a pensar que o reconhecimento não é automático, muito pelo contrário, os marcos vinculantes de justiça podem ser

relativizados e assegurados a apenas uma parte dessa comunidade. Tal distinção pode servir como marcador das diferenças e da transição entre o capitalismo dominado pelo Estado e o capitalismo financeiro.

Lutas e desafios das políticas reivindicativas

As políticas essencialmente distributivas possuem caráter reivindicativo na medida em que é possível vislumbrar concretamente algo a ser conquistado, sendo, assim, possível construir uma rede de apoios e estratégias para aquele determinado fim. Não obstante, podemos notar que se trata de uma forma de fazer política mais simples e objetiva, na medida em que organiza uma demanda conjuntamente com a solução e que, também por isso, tem mais capacidade em atrair apoios. Ou seja, como possui objetivos muito claros e palpáveis, ela é capaz de construir alianças mais específicas e com expectativas de curta direção.

Por outro lado, Fraser (2013) aponta para as insuficiências dessas políticas e não para a sua simplicidade ou objetividade. Fraser está chamando a atenção às “reivindicações de necessidade” e como elas têm dominado a formulação de políticas com foco na distribuição. As insuficiências apontadas por nossa autora não são encontradas em uma possível distorção entre o que se reivindica e o que se necessita.

A crítica da Fraser dirige-se, portanto, à incapacidade da política de “reivindicações de necessidades” de captar as complexidades presentes nas necessidades e associá-las a um projeto de emancipação, justamente por não levar em conta que as mesmas reivindicações possuem outras dimensões que se expressam por meios de disputas em torno da transformação dessas demandas em uma questão política legítima e, portanto, de justiça (FRASER, 2013, p.57). Isto ocorre porque, em muitos casos, essa disputa não se dá nos canais oficiais ou precedidos de debates em fóruns com especialistas. Ao contrário, se dá em cenários mais profanos.

O cerne dessa relação de poder é a capacidade de desenhar os contornos da agenda política, limitando ou decidindo quais temas são importantes o bastante para serem objetos de discussão pública. Como se trata de uma relação de poder,

aqueles que o possuem têm também maior capacidade de fazer valer os seus interesses. A consequência, portanto, é o escanteamento de agendas políticas inseridas em locais onde a dominação masculina se dá pelo poder e não pela presença. Assim, o “político” torna-se mais importante que o “econômico”, o “doméstico” e o “pessoal” (FRASER, 2013). E essa é uma das principais formas utilizadas para esconder as relações de poder violentas e hierárquicas presentes nas esferas privadas.

Não se trata, obviamente, de reconhecimento de locais privilegiados, mas do esclarecimento da maneira de alocação de poder no interior da sociedade sob o domínio do capitalismo. Essa capacidade distinta de fazer valer seus interesses é reflexo das estruturas de poder que excluem e subordinam os interesses em clivagens de classe, gênero e raça, produzindo tanto desigualdades materiais quanto de reconhecimento.

Por óbvio, os grupos que têm seus interesses negligenciados e subordinados não deixam de reivindicar seus direitos. Esse processo foi denominado por Fraser de “politização das necessidades” e consiste na vocalização de demandas por parte de grupos sociais subalternos que a partir de ideias de justiça, começam a questionar as suas próprias injustiças. Tais questões são relevantes na medida em que se encontram na interseção entre as políticas de reconhecimento e de distribuição, e também porque refletem a capacidade de articulação entre ambas.

No período do capitalismo organizado pelo Estado, essa disputa resultou na organização de uma série de políticas públicas que tinham como principal objetivo, garantir uma condição mínima para justiça⁴¹. Fraser (2015) destaca, no entanto, que esse parâmetro mínimo, foi resultado de uma luta intensa dos grupos subalternos, na tentativa de estabelecer os contornos básicos em torno da ideia de justiça. Mas que, contudo, essas políticas não conseguiram superar ou alterar significativamente as premissas do capitalismo informado pelo patriarcado.

Construídas sob pressão, as políticas que procuravam garantir um parâmetro mínimo de justiça intervinham negativamente nos ganhos capitalistas. Como as relações sociais tinham como base parâmetros construídos ou influenciados pelo

⁴¹ Para aprofundar esse debate ver: Clauss Offe, Problemas Estruturais do Capitalismo.

patriarcado, partes dessas perdas eram relativizadas a partir de políticas que garantiam a subordinação das mulheres como, por exemplo, o salário família, a responsabilidade sobre o trabalho do cuidado atribuída quase exclusivamente às mulheres, o trabalho doméstico gratuito, entre outros. Nesse mesmo sentido, as políticas de Bem-Estar eram construídas tendo como fundamento as diferenças de gênero que definiam papéis distintos para homens e mulheres. Para Fraser (2015), esse é uma das dimensões que revelam as condicionantes estruturais que fundamentam a relação estreita entre patriarcado e capitalismo.

Como já vimos, a caracterização do Estado em Fraser está associada às formas históricas de manifestação das relações capitalistas. A autora diagnostica uma crise de hegemonia (FRASER, 2019) de que falaremos adiante, explorando justamente seu impacto sobre o Estado.

Vários termos estão sendo usados para descrever a atual relação ou estado da democracia. Para Fraser, esse estado deve ser buscado nas mutações recentes do capitalismo, que desorganizou e esvaziou as instituições democráticas. Fraser (2015) aponta para uma crise sistêmica, resultado de uma crise da própria ordem capitalista, em seu estágio de hegemonia do capital financeiro, que coloca em xeque as estruturas características da democracia liberal, acarretando um debate sobre uma ordem pós-democrática, em decorrência de estreitamento das possibilidades de expressão de demandas políticas oriundas de grupos sociais específicos, em especial, os de classe, de gênero e de raça (FRASER, 2019).

Para Fraser (2019), essa crise de hegemonia foi resultado do crescente aumento das demandas que tinham como centro o Estado. O protagonismo do Estado como organizador das disputas em torno dos contornos da ideia de justiça colocava em risco os fundamentos da aliança entre patriarcado e capitalismo, na medida em que questionava as premissas básicas dessa relação que são a busca pelo lucro e a manutenção de um status subordinado para as mulheres.

A relação de necessidade entre Estado e capitalismo é clara desde os trabalhos de Marx. A sua relação posterior foi dotando o Estado de outras funções e demandas, muito como antídoto para as mobilizações e uma forma de garantir o pleno funcionamento das relações capitalistas. Agora, na sua etapa de hegemonia financeira, o capitalismo está construindo uma forma de Estado própria, menos

regulador da atividade econômica no seu processo de produção de riqueza e menos atento às demandas vindas da sociedade, principalmente dos grupos com menos acesso às relações de poder.

Sob a hegemonia do capital financeiro, a relação entre patriarcado e capitalismo informa um tipo de Estado cada vez mais fechado e violento. Fechado na medida em que procura bloquear os canais de participação e as formas de reivindicações de amplos setores sociais e violento na medida em que usa a força para abafar as lutas por justiça. Por outro lado, o Estado enfrenta um desafio novo, já que o capitalismo financeirizado tem por característica a ampliação das fronteiras nacionais. Com isso, as instituições nacionais vão perdendo a capacidade de impor seus interesses e delimitar os contornos do conceito de justiça, que passa a ter cada mais características transnacionais.

Considerações Finais

A base de construção da teoria crítica proposta por Fraser passa por uma revisitação do conceito de gênero no interior do pensamento feminista. Para Fraser, a característica bidimensional da categoria gênero tem levado o feminismo socialista a compreendê-lo apenas como classe. Os antídotos contra as violências e subordinações estariam associados, dessa perspectiva, a melhores formas de distribuição de poder e riqueza. Por outro lado, o feminismo do reconhecimento⁴² tem tido por característica a concentração da análise das relações de gênero na sociedade a partir do status hierarquicamente inferior atribuído às mulheres, tendo como resultado um padrão específico e próprio de opressão ligada diretamente à questão de gênero (FRASER, 2013; 2015). Dessa perspectiva, as lutas deveriam ser por reverter hierarquias de status.

Para Fraser, essas duas visões resumidamente expostas têm seus méritos na caracterização das relações de poder presentes nas sociedades em que o capitalismo é dominante. Contudo, Fraser aponta que tanto a “má distribuição quanto o mau reconhecimento são fundamentais para o sexismo” (FRASER, 2013, p. 163) e,

⁴² Poderíamos citar como referência a Judith Butler.

portanto, são fundamentais para manter as estruturas de poder que sustentam a relação entre patriarcado e capitalismo.

Neste mesmo diapasão, a sua produção procura dialogar com a necessidade de conectar as lutas de emancipação feministas com as lutas pela superação do capitalismo. Segundo Fraser (2015), o pensamento feminista tem focado as suas lutas em demandas indentitárias (por reconhecimento), o que diminuiu sua capacidade de englobar outras formas de demandas, especificamente econômicas (por distribuição). Assim, o par distribuição x reconhecimento atua como elemento central para a transformação mais ativa do feminismo, assim como para sua capacidade de intervenção na realidade. Isto porque foi a passagem de luta por distribuição para uma luta por reconhecimento que, segundo Fraser, enfraqueceu a capacidade do feminismo de se opor às políticas neoliberais que precarizam as condições de vida de inúmeras mulheres.

Assim, a relação entre patriarcado e capitalismo aparece como uma forma historicamente determinada e marcada pelas relações com o Estado, que tem como ponto central a má distribuição da riqueza, a falta de reconhecimento da opressão às mulheres e a pouca representação nos espaços públicos (FRASER, 2013). A compreensão da relação entre patriarcado e capitalismo passa pelo entendimento da forma como o capitalismo organiza o Estado. Portanto, a chave de apreensão das características da opressão de gênero encontra-se na forma de atuação do Estado, em contextos distintos de desenvolvimento e de crise do capitalismo.

CAPÍTULO 5:
Qual capitalismo, qual
patriarcado?

Exploração e opressão em Cinzia

Arruzza, Angela Davis e Nancy

Fraser

CAPÍTULO 5: Qual capitalismo, qual patriarcado? Exploração e opressão em Cinzia Arruzza, Angela Davis e Nancy Fraser.

As reflexões sobre a relação entre patriarcado e capitalismo estiveram presentes como umas das preocupações fundantes dos estudos de gênero ao longo do século XX. Tais preocupações foram mais nítidas entre as feministas marxistas, que procuram demonstrar como a associação entre o capitalismo e o patriarcado reconfigurou as estruturas de opressão e fomentou novos contornos para a efetivação da dominação masculina. Com isso, elas desnudaram as condições desfavoráveis das vidas das mulheres, destacando suas bases materiais e as estruturas de poder que as reproduziam, somando no esforço de desnaturalização das relações de gênero.

Desde os estudos iniciais, como os de Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, as dimensões privada e pública da vida das mulheres foram problematizadas, algo que se tornou central para o debate feminismo posterior. Por um lado, procurava-se questionar os limites à participação das mulheres nos espaços públicos e, por outro, as imposições comportamentais na esfera privada. Esse conjunto de barreiras foi diagnosticado como sendo resultante da relação mútua entre o patriarcado e o capitalismo, apresentada como uma união na qual as características próprias de cada sistema são valorizadas e ganham força, resultando em uma maior subordinação das mulheres. Assim, tal associação foi apontada como o núcleo estruturante da opressão de gênero.

Segundo Cinzia Arruzza (2013; 2014), o debate sobre as barreiras e formas de inserção das mulheres nos espaços públicos e privados retratou bem as divergências entre as feministas materialistas e as feministas marxistas, no que tange às polêmicas quanto a relação entre patriarcado e capitalismo. A autora dimensiona dois conjuntos de elementos como sendo os centrais na produção feminista que tratava da relação entre patriarcado e capitalismo: o primeiro refere-se à discussão sobre se o patriarcado era um sistema autônomo diante do capitalismo (ARRUZZA, 2015a, p.43); já o segundo debatia a possibilidade ou aplicabilidade do uso do termo patriarcado para explicar a opressão e a desigualdade de gênero presente na sociedade (ARRUZZA, 2015a, p.46).

Entretanto, apesar da sua importância e dinamismos, podemos perceber que o debate das causas estruturantes da opressão de gênero sofreu um refluxo ao longo da década de 80, resultado de dois movimentos distintos, mas que estão interligados:

primeiro, a perda de espaço do marxismo no interior das ciências sociais e, em segundo lugar, o aumento da hegemonia do capitalismo como organizador das relações sociais (FRASER, 2009; MIGUEL, 2017). Por óbvio, os estudos sobre a relação entre patriarcado e capitalismo continuaram a ser produzidos, contudo, tiveram seu impacto e capacidade de reverberação diminuídos. Isto, por sua vez, trouxe como consequência uma capacidade inferior de se colocar no debate público, visto que uma das características mais marcantes dos trabalhos sobre feminismo é sua capacidade de interlocução com os movimentos vivos da sociedade. Além disso, outros temas adentraram a agenda teórica e política dos trabalhos feministas com mais centralidade, como por exemplo, a questão racial e a interseccionalidade, o debate sobre o corpo, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros.

Os estudos feministas produzidos no Brasil também seguiram as tendências de estudo produzidos nas regiões centrais da produção acadêmica e política do mundo. No Brasil, um dos trabalhos iniciais mais difundidos e representativos foi o de Heleith Saffioti⁴³ (2013), publicado originalmente em 1969, que produziu uma importante reflexão acerca das condições das mulheres nas sociedades capitalistas. Vale ressaltar que a grande e profícua produção do feminismo marxista no Brasil, que inclui também autoras como Helena Hirata, Clara Araújo, Beth Lobo abarcou uma série de temáticas, das quais podemos destacar as relações de trabalho, as desigualdades de gênero no interior da família e suas consequências para a sobrecarga do trabalho doméstico sobre as mulheres, o controle sobre a sexualidade, entre outros.

O objetivo principal do nosso trabalho foi identificar como a relação entre patriarcado e capitalismo informa uma concepção de Estado a partir das obras das autoras trabalhadas nesta tese, Cinzia Arruzza, Nancy Fraser e Angela Davis. Por certo, um tema bastante amplo, por isso nosso primeiro critério foi selecionar autoras no âmbito do que poderíamos chamar de feminismo crítico ao liberalismo e, em certa medida, próximo ao feminismo marxista⁴⁴. E em um segundo critério, escolhemos autoras que em grande medida melhor representavam os aspectos dessa relação entre patriarcado e capitalismo. Contudo, a apresentação das autoras foi feita de

⁴³ A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. Este trabalho foi apresentado como tese de livre-docência em 1967 sob a orientação de Florestan Fernandes e publicado como livro em 1976.

⁴⁴ Encontramos certa dificuldade em qualificar principalmente Nancy Fraser, já que, tanto Angela Davis quanto Cinzia Arruzza se identificam enquanto feministas marxistas.

modo que cada autora ocupou um capítulo, nos quais foram detalhados como o ponto central desta tese se apresenta em cada uma.

No presente capítulo buscaremos evidenciar as relações entre os pensamentos das autoras protagonistas desta tese no que se refere às compreensões sobre o capitalismo, o patriarcado e o Estado, apontando os pontos em comum e os pontos em que as autoras divergem. Ademais, procuraremos descrever algumas considerações gerais acerca das consequências das produções dessas autoras tomadas em seu conjunto. Além disso, durante o desenvolvimento deste capítulo, gostaríamos de ressaltar, que a partir da relação entre patriarcado e capitalismo, as autoras destacadas oferecem contribuições fundamentais para recontar a história do capitalismo sob uma perspectiva de gênero, tendo como elemento central a superação da dicotomia e da hierarquia entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, sendo o conceito de reprodução social a chave que possibilita essa interpretação. Este giro interpretativo é ancorado na retomada à crítica ao universalismo liberal, agora informado por uma incorporação de classe e raça.

O resultado deste encontro reflete uma sofisticação da interpretação do Estado no interior do feminismo crítico ao capitalismo e ao feminismo marxista, na medida que levanta argumentos que ajudam na compreensão de uma concepção de Estado característico das sociedades hegemônicas pelo capitalismo, cuja atuação é central para formação das características de manifestação do Estado nas sociedades modernas.

Patriarcado

O conceito de patriarcado não é discutido de modo sistemático pelas autoras. Ao que parece, as autoras evitam o uso do termo patriarcado como forma de tematizar as relações de gênero nas sociedades capitalistas. Como não há indicação clara em suas obras do porquê dessa ausência, podemos trabalhar com a hipótese, baseada na análise das obras, de que isso ocorre em decorrência da incorporação das desigualdades de gênero ao capitalismo. Ou seja, a incorporação das estruturas patriarcais ao capitalismo foi tão intensa e profunda que já não é mais possível pensá-las como sistemas autônomos. Nesse sentido, as autoras se afastam das interpretações dos Sistemas Duais, que tiveram bastante influência no interior do

feminismo marxista.⁴⁵ Entretanto, é possível distinguir essas estruturas e compreender seu impacto nas relações sociais e na configuração do Estado.

Somente Cinzia Arruzza em seu *Dangerous lieson* (2013) procura desenvolver uma interpretação do surgimento das desigualdades de gênero. Mesmo que essa interpretação tenha importância no interior do pensamento da autora, o debate surge em um momento de contextualização histórica da formação das hierarquias de gênero, em que a autora mostra que as origens dessas desigualdades foram em decorrência das disputas em torno do acesso e controle sobre a força de trabalho das mulheres (ARRUZZA, 2013, p.102). Nesse sentido, a autora já deixa claro que as relações capitalistas têm hegemonia na construção das hierarquias de gênero.

Mesmo situada no interior do pensamento marxista e tendo sua lógica de interpretação vinculada às relações sociais capitalistas como elemento central para a explicação das hierarquias de gênero presente nas sociedades, Cinzia Arruzza não cede à interpretação que vincula essas hierarquias predominantemente ao capitalismo. Ao contrário, ao localizar a busca pela apropriação da força de trabalho das mulheres no cerne de sua subordinação, Arruzza reforça os vínculos entre o capitalismo e o patriarcado, mesmo que essa relação não seja equilibrada, como já dissemos, com claro predomínio do capitalismo.

Angela Davis, por sua vez, agrega a noção de patriarcado à dimensão do racismo, jogando luz sobre a forma desigual pela qual as estruturas do patriarcado atingem as mulheres. A apropriação do conceito de patriarcado feito por Angela Davis também reforça seu conteúdo seletivo e violento, já que, é ele que fornece os elementos que justificam a forma de tratamento dispensado as mulheres negras, que sofreram as mesmas condições degradantes dispensadas aos homens negros no período da escravidão. Assim, o patriarcado em Angela Davis divide as mulheres entre as brancas e as não brancas quanto à construção social e ao ideal normativo apregoado para o feminino e as relações de gênero.

O patriarcado, tal qual descrito nas obras de Angela Davis, informado tanto pelo capitalismo quanto pelo racismo, reservou às mulheres negras um lugar de subordinação assim como no caso das mulheres brancas, mas agregou uma

⁴⁵ As críticas das autoras à perspectiva dos sistemas duais foram apresentadas com mais detalhes no capítulo primeiro.

dimensão de violência estrutural e sistêmica apenas para as mulheres negras. Nesse sentido, a construção de um perfil de esposa, de uma certa fragilidade e docilidade e de uma aptidão quase natural para os afazeres do lar não são estendidas às mulheres negras. Para estas, o patriarcado reservou um tratamento brutalizado. Nesse momento é possível perceber a importância da dimensão de classe para a compreensão das relações de gênero no interior do capitalismo.

O que Angela Davis procura demonstrar, então, é que essa diferenciação também estava ligada ao processo de expansão do capitalismo, uma vez que as mulheres negras escravizadas desempenhavam um papel importante na economia escravagista, na medida em que ocupavam um lugar central no processo de geração de valor. Com o fim da escravidão, a força de trabalho das mulheres negras continuou a ser um ativo subvalorizado e usado para complementar ou rebaixar o valor da força de trabalho, contribuindo para o processo de precarização das relações de trabalhos nas sociedades capitalistas e que será, como aponta Angela Davis, um dos elementos centrais para a expansão das políticas neoliberais.

Para esta tese, o trabalho de Angela Davis também oferece elementos para a discussão dos limites da crítica feminista quando apartada das questões de classe e raça. Mais à frente essas contribuições serão analisadas em conjunto com a crítica à ideia de universalismo que está na base da formação do pensamento liberal. (PATEMAN, 1989).

Nas obras de Nancy Fraser não temos uma discussão direta sobre o conceito de patriarcado, mas esse conceito aparece como um dos fundamentos em que está assentada a relação e o desenvolvimento histórico do capitalismo, ou seja, para Fraser, a compreensão desse desenvolvimento histórico do capitalismo somente é possível quando são incorporadas as estruturas do patriarcado. Essa é uma afirmação crucial para nosso trabalho, visto que nos ajuda a reconstruir a relação entre patriarcado e capitalismo, fornecendo as bases históricas que balizam e justificam a incorporação das estruturas patriarcais ao capitalismo. Na medida em que o patriarcado é um dos elementos essenciais de formação de uma cultura política que valoriza e justifica a adoção de parâmetros políticos, econômicos e sociais baseados na heteronormatividade.

A ideia de heteronormatividade, é construída por Fraser a partir de um diálogo crítico dela com a obra de Judith Butler⁴⁶ e a ajuda a compreender a relação entre patriarcado e capitalismo. É a partir do conceito de heteronormatividade que Fraser procura detalhar a influência do patriarcado nas relações de gênero no interior das sociedades capitalistas, já que, esse conceito procura estabelecer as relações sociais com foco na afirmação de valores associados à masculinidade.

Outro conjunto de argumentos, apontados por Nancy Fraser e Cinzia Arruzza, tem como ponto central a ideia de que o patriarcado é uma forma de estruturação das hierarquias sociais de dominação masculina, mas que sua caracterização é histórica e que ele teria sido incorporado às relações capitalistas (Fraser, 2009a: 2013: 2015a; Arruzza, 2015a, p 42). Parte dessa incorporação efetiva-se a partir das relações de trabalho e da forma como está se incorpora à reprodução do capitalismo no seu estágio atual, hegemônico pelo capital financeiro.

Nesse sentido, Fraser (2013) aponta como o mercado está em oposição aos processos extra econômicos de geração de renda, e mais, como o processo de financeirização tem insuflado transformações cujo sentido apontam para um grau elevado de justiça, liberdade e autonomia. Já Arruzza (2014) identifica no processo de reprodução da força de trabalho o elemento central para identificar como o capitalismo se apropria de todas as formas de relação social em seu processo de expansão, produzindo e reproduzindo relações hierárquicas não somente no âmbito econômico.

Podemos dizer que esse elemento, a complementaridade da força de trabalho, carrega um aspecto de depreciação das mulheres, já que ao ser apropriada pelo núcleo familiar do marido, aparece como complementar à força de trabalho principal, desempenhado pelos homens. E esse é um elo comum ao desenvolvimento do capitalismo, que apropria da força de trabalho das mulheres e a compreende de modo subordinado, refletindo-se no status social das mulheres no interior das sociedades e, em consequências, nas atividades por elas desempenhadas.

O conceito político de patriarcado está ligado originalmente à ideia da existência de um conjunto de estruturas sociais que agem coordenadamente e que têm como ponto central a construção de papéis sociais distintos e muito específicos para homens e mulheres, no qual os primeiros detêm um poder, quase natural, sobre

⁴⁶ Fizemos alusão mais detalhada desse diálogo no capítulo 4

as mulheres (DELPHY, 2009, p. 173). Esse poder se reflete em uma série de privilégios para os homens tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Mas, acima de tudo, o patriarcado ajuda na formação de uma sociedade em que a subordinação das mulheres é a base que sustenta as relações sociais.

A construção dos papéis sociais característicos para mulheres e homens marca uma separação específica, que justifica como sendo naturais e biológicas as distinções construídas socialmente e que colocam as mulheres em posições de subordinação. Tais distinções procuram condicionar a atuação das mulheres no ambiente privado, na relação com o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, e no ambiente público, ou seja, formam os marcadores sociais que dão os contornos das instituições sociais. Desse ponto de vista, atinge a todos, mas tem como aspecto muito importante a construção de papéis sociais em que as mulheres aparecem, sempre, em situação de subordinação.

Assim, a compreensão do papel aglutinador e sistêmico do patriarcado é um dos pontos centrais para as análises sobre as relações de gênero no interior das sociedades. Por isso, acreditamos ser de fundamental importância reforçar as análises que evidenciam as estruturas sociais, como o patriarcado, na interpretação dos fenômenos sociais e, em especial, das desigualdades de gênero.

Um dos trabalhos mais importante sobre o tema é o de Silvia Walby, *Theoring Patriarch* (1990), em que a autora traça um panorama geral da relação entre patriarcado e capitalismo, tendo como característica principal os “ganhos recíprocos” em decorrência da permanência da subordinação das mulheres nas relações privadas, apesar das promessas advindas do desenvolvimento do capitalismo, a partir da participação das mulheres no mercado de trabalho (WALBY, 1990, p. 57). Ou seja, para as mulheres, a inclusão no interior do sistema capitalista não significaria, necessariamente, uma mudança positiva nas suas condições de vida. Para as autoras em tela, isso aconteceria em decorrência da incorporação dos pressupostos do patriarcado na estruturação do capitalismo.

No interior da perspectiva do feminismo marxista, a questão do patriarcado foi central para a compreensão das relações de gênero, aparecendo como organizador das relações sociais extra econômicas das hierarquias de gênero. Nesse sentido, o feminismo marxista procura questionar a compreensão do patriarcado enquanto um sistema autônomo e independente ao capitalismo, como debatido no

primeiro capítulo. Contudo, não corrobora a ideia de que o patriarcado ou as hierarquias de gênero são resultado apenas das relações capitalistas e, portanto, destinadas a desaparecer com a transformação do modo de produção.⁴⁷ Esse desafio levou o feminismo marxista a procurar as conexões entre a subordinação das mulheres e o sistema capitalista. As autoras presente na tese “resolvem” essa questão quando articulam a noção de patriarcado à de capitalismo.

Nesse sentido, a caracterização das atividades extra econômicas aparece de duas formas. O primeiro aspecto dessa politização das relações sociais extra econômicas referia-se à própria condição de subordinação das mulheres nos ambientes públicos e privados. Ou seja, questionava criticamente o papel social destinado às mulheres, que criava barreiras à sua participação nos espaços públicos de poder ao mesmo tempo em que reforçava a formação de características comportamentais que as aprisionavam em casa.

Já o segundo aspecto dessa politização, que é mais o mais importante para nossas autoras e, por consequência, para nossa tese, procurava questionar as relações de gênero e suas consequências no processo de geração de valor nas sociedades capitalistas. Essa segunda acepção é mais ampla e tem maior potencial explicativo porque engloba as preocupações e críticas da primeira e avança na compreensão dos mecanismos “secretos” da relação entre o patriarcado e o capitalismo. Procura descrever como a construção social que confere aptidões, quase naturais, às mulheres para trabalhos relacionados ao ambiente privado, ao cuidado, à vida familiar, tem relação direta com o processo de geração de valor na sociedade capitalista. Essa é manifestação do patriarcado privado (WALBY, 1990), discutimos esse aspecto pela da divisão sexual do trabalho (BIROLI, 2019) que é uma das manifestações mais cruciais para a compreensão da relação entre classe, gênero e raça nas sociedades capitalistas.

Uma das críticas feitas ao marxismo está relacionada à sua dificuldade em encontrar um lugar para as mulheres no seu projeto de transformação (FERGUNSON, 1989), especialmente por sua incapacidade e insuficiência em lidar com os papéis sociais impostos às mulheres no capitalismo informado pelo patriarcado (HARTMAN, 1997). Em consequência, as análises no interior da tradição marxistas mostravam-se com dificuldade em incorporar temas que afetavam diretamente as mulheres, como a

⁴⁷ Já nos referimos a essa questão no primeiro capítulo.

questão da família, do trabalho doméstico, do cuidado, fazendo com que esses lugares fossem invisibilizados (ARRUZZA,2010; DAVIS,2016; FRASER,2015b). Assim, tem-se poucas e insuficientes contribuições sobre esses e outros temas caros à vida das mulheres na obra de autores marxistas mais tradicionais⁴⁸. Em muitos casos, diante do incômodo e críticas de grupos feministas, é possível identificar em análises marxistas tradicionais o reconhecimento da “questão das mulheres”, mas o seu enfrentamento frequentemente é adiado para um futuro distante e incerto, marcado pelo fim do capitalismo.

Por outro lado, as autoras protagonistas desta tese reportam a importância de superar concepções que compreendem o patriarcado como um sistema autônomo e, por isso, com características próprias e com capacidade de permanência nos diversos contextos históricos. Para nossas autoras, a compreensão das desigualdades de gênero e, portanto, do patriarcado somente é possível quando associado ao capitalismo, já que o cerne das relações de gênero está nas relações capitalistas, que foram capazes de absorver as características presentes no patriarcado e adicionar às relações de gênero novas dinâmicas compreensivas. Dessa forma, o patriarcado aparece umbilicalmente ligado ao capitalismo, agora não mais enquanto um sistema autônomo, mas sim, incorporado à lógica de expressão capitalista. E como veremos mais a frente, essa expansão está diretamente ligada às formas de interação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

A inclusão, no interior da discussão sobre patriarcado, da diferenciação entre patriarcado público e privado (WALBY, 1990; EISENSTEIN, 1979) tem grande importância na medida em que mostra que apesar de existir um sentido geral de expressão de manifestação das estruturas patriarcais, ela opera de modo distinto nas diversas esferas de atuação das mulheres. Essas noções caracterizam diferentes contextos e padrões do patriarcado (WALBY, 1990). Essa compreensão mais específica das formas de atuação das estruturas do patriarcado, melhora a elaboração das estratégias para seu enfrentamento. Por essa distinção, o homem aparece como sujeito privilegiado das estruturas que operam no interior do patriarcado privado e que promovem a subordinação das mulheres, justamente por serem eles que usufruem,

⁴⁸ Pode-se argumentar que essa ausência seja em decorrência de que a centralidade da análise fosse de outros objetos, normalmente classe. Mas essa justificativa já corrobora as críticas direcionadas ao marxismo e que as autoras em tela procuram superar.

por exemplo, do trabalho não remunerado das mulheres em casa, do cuidado, da configuração da família, entre outros aspectos.

Já o patriarcado público é a subordinação das mulheres nas esferas públicas. A sua participação nesses espaços é formalmente aceita, mas os termos de participação são desiguais e reforçados pela subordinação privada, uma vez que não é oferecida a possibilidade de desistências das atividades domésticas, reafirmando o caráter coletivo e estrutural da dominação em relação às mulheres. Por isso, não se pode compreender a existência dessas duas formas de expressão do patriarcado de modo isolado. Walby (1990) deixa clara a interação entre as manifestações do patriarcado, entretanto, o avanço das relações de gênero, decorrentes da luta feminista, tem levado à predominância do patriarcado público em relação ao privado, ainda que as relações reportadas pela Sylvia Walby como expressões do patriarcado privado não tenham deixado totalmente de existir. Para Walby (1990) essa diferenciação tem um caráter histórico, na medida em que expressa o estágio das relações de gênero, mas que são resultado do mesmo processo de subordinação das mulheres.

Nesse sentido, o patriarcado aparece como um sistema que não pode ser entendido como interpessoal, ou seja, fomentado a partir das relações individuais. Deste modo, Walby (1990) aponta sobre a comum aparição do termo patriarcado nos documentos, textos e discussões feministas, procurando mostrar que as opressões de gênero e as desigualdades não são esporádicas, mas fruto de um sistema que não pode ser explicado levando em consideração somente os indivíduos.

Diante do desafio de construir uma interpretação da sociedade capitalista que levasse em consideração as estruturas de produção de riqueza em conjunto com as estruturas produtoras das opressões de gênero, a resposta do feminismo marxista foi enfatizar as estruturas de opressão que informam o capitalismo, mostrando que elas possuíam um papel fundamental nos mecanismos de funcionamento e expansão do capitalismo. O ponto central, sublinhado pelas autoras trabalhadas nesta tese, é que o papel desempenhado pelas estruturas de dominação constitui elemento tão crucial que, sem ele, não é possível compreender satisfatoriamente o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Assim, o patriarcado, nas autoras em tela, aparece como um dos elementos essenciais para a discussão sobre gênero, na medida em que ele ainda desempenha

um papel explicativo essencial para explicar as relações de gênero sob a hegemonia do capitalismo, inclusive em seus estágios atuais. Ou seja, a expansão capitalista não foi capaz de apagar o peso que as noções patriarcais projetavam sobre as condições de sobrevivências das mulheres, como também não foi capaz de eliminar as barreiras que sobrecarregavam as vidas das mulheres no âmbito privado. As barreiras de acesso à vida pública, que significam entraves à participação política, acesso às posições de poder e ao direito de ser representante de seus próprios interesses também não foram eliminadas.

As tarefas de cuidado são as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres para ter acesso à vida pública, como também um dos aspectos centrais para a dinâmica da desigualdade de gênero. Apesar disso, é um tema que ganha pouco destaque nos estudos empíricos da democracia (BIROLI, 2015). O tema do cuidado perpassa debates sobre a dualidade entre o público e o privado, sobre ética, sobre responsabilização e autonomias individuais, sobre justiça, sobre o modo de tratamento dispensado àqueles em situações mais vulneráveis, como crianças e idosos (ibid).

Entretanto, o cuidado também se relaciona com o lugar destinado às mulheres nas hierarquias sociais e o modo como a riqueza é distribuída nas sociedades capitalistas, já que, ao sobrecarregar as mulheres com os trabalhos domésticos, de cuidado com a casa e com os filhos e idosos, reforça a ideia que o lugar das mulheres é justamente em casa. Além disso, quando essas mulheres “saem para trabalhar”, acabam por ter jornadas duplas e triplas de trabalho. Logicamente, estão de fora as mulheres ricas, geralmente brancas, que podem pagar para outras mulheres fazerem esses trabalhos. Assim, a questão do cuidado também está ligada com a precarização do trabalho, já que as profissões associadas ao cuidado são geralmente mal remuneradas (BIROLI, 2017) e estão relacionadas com o processo de reprodução social do capitalismo (FEDERICI, 2018)

Entretanto, o debate sobre o patriarcado também precisa, como as autoras em tela o fazem, especificar sobre quais mulheres se está falando, já que ao longo das suas análises foi explicitado que as estruturas do patriarcado afetam de maneira desigual as mulheres da classe trabalhadora e as mulheres negras. Ao impactar de maneira distinta as mulheres, as políticas do patriarcado deixam claro sua relação

com o racismo e com o capitalismo, além, é claro, de explicitar os limites das interpretações que não trabalham centralmente com essas dimensões.

Mesmo impactando e dando contornos à expansão capitalista, o patriarcado não é afirmado enquanto um sistema autônomo e independente. Nesse sentido, sua compreensão passa pelo entendimento do capitalismo e essa abordagem tem consequência no debate no interior do pensamento feminista, como mencionado anteriormente.

Capitalismo

Da perspectiva marxista, o capitalismo é compreendido como sistema econômico e social que abrange todas as esferas da vida social e que tem como característica principal a busca pelo lucro, através da exploração da força de trabalho (MARX, 2006). Essa é uma caracterização que certamente tem ampla base de consenso no interior do pensamento marxista. Trata-se, no entanto, de uma conceituação insuficiente para se retratar as estruturas de dominação impostas pelo capitalismo e expostas pelas autoras trabalhadas nesta tese. Para elas, o capitalismo é mais do que um sistema baseado na exploração da força de trabalho⁴⁹, e pensar as estruturas de exploração sem a devida conexão com as estruturas de opressão constitui uma das principais deficiências na compreensão do capitalismo, já que não é possível captar a sua totalidade sistêmica. Esta compreensão constitui um dos elementos mais importantes levantados ao longo desta tese.

Além disso, a compreensão do capitalismo a partir somente da sua dimensão exploradora não faz jus à toda riqueza explicativa presente nas obras fundantes desse campo teórico (GUIMARÃES, 1999; BIANCHI, 2013). Nesse sentido, a interpretação trazida pelas autoras em tela, está em companhia das interpretações mais sofisticadas no interior do campo marxista. Acreditamos que elas também avançam de maneira significativa na compreensão do momento atual do capitalismo neoliberal e, a partir disso, editam a compreensão histórica do desenvolvimento do capitalismo a partir das relações de gênero.

⁴⁹ Precisamos deixar claro que essa crítica não significa a adesão à ideia de que o marxismo e, Marx em especial, tenha uma visão economicista do capitalismo.

Enquanto sistema, o capitalismo tem uma lógica de funcionamento, descrita por Marx, especialmente em *O Capital* (2006), que pretende ser uniforme, ou seja, enquanto sistema as suas características são iguais e tendem a perdurar no tempo histórico. Ao mesmo tempo são maleáveis em muitos dos seus pressupostos e mecanismos de funcionamentos que são mediados por questões sociais e políticas, por isso, o capitalismo pode se expressar de forma distinta nos diversos contextos. Isso acontece porque não existe um capitalismo puro que se expressa e se desenvolve de forma isolada e uniforme. Como sistema, o capitalismo modifica as instituições que encontra e, se necessário, cria novas instituições para garantir o seu pleno funcionamento.

Essa interação com as instituições, contudo, não ocorre no vácuo. Ao longo desta tese analisamos como a relação com o patriarcado tem impactado na configuração do capitalismo e, a partir da contribuição principal de Angela Davis, também os impactos dessas interações com o racismo. Assim, a compreensão de capitalismo que trabalhamos está umbilicalmente ligada ao patriarcado e ao racismo, não sendo possível pensar suas transformações alijadas dessas duas dimensões.

Assim, como vimos, a manifestação do capitalismo tem se modificado ao longo do tempo. Essas transformações ocorrem em um terreno de disputas políticas em torno de agendas com foco em ideias distributivas, indenitárias e institucionais.

Entre as autoras protagonistas desta tese, é Nancy Fraser quem trabalha com mais detalhes as transformações históricas pelas quais passou o capitalismo, fazendo as conexões entre estas transformações e as hierarquias de gênero. Ao longo de muitas das suas obras, como, *Capitalismo em Debate: uma conversa na teoria crítica*, escrita conjuntamente com Rahel Jaegg em 2019, Fraser trabalha com a caracterização dos estágios de desenvolvimento do capitalismo, mostrando como em cada uma desses momentos, a relação entre capitalismo e gênero são distintas. Outra autora relevante para a compreensão da importância do patriarcado nas várias fases de desenvolvimento do capitalismo é Sylvia Walby, principalmente pela crítica às interpretações do desenvolvimento histórico do capitalismo que não atribuem a devida relevância das relações de gênero nesta análise.

As modificações do capitalismo seriam também um resultado da interação e capacidade dos movimentos de mulheres em contrapor as políticas de desvalorização das mulheres e oferecer alternativas que traziam os problemas de gênero para o

centro do debate. A combinação e sucesso desses dois movimentos dava contornos às relações sociais e se refletia no modo como o capitalismo se apresentava naquela realidade. Tanto no capitalismo liberal competitivo quanto no organizado pelo Estado esses movimentos eram focados principalmente no âmbito nacional. No capitalismo neoliberal, suas características continuam sendo resultado da dinâmica social descrita acima, mas a principal característica desse momento é justamente a desconfiguração das fronteiras nacionais para a dinâmica das relações de gênero, expressa pela luta em torno da ideia de justiça.

Nas obras de Cinzia Arruzza e Angela Davis as modificações do sistema capitalista são nomeadas e tratadas historicamente, mas não são analisadas com muitos detalhes. Na lógica de explicação dessas autoras, essas disputas fazem parte da expansão capitalista e têm alguma validade explicativa quando se pretende um estudo histórico do desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, têm menos relevância para a compreensão do estágio atual justamente porque as lógicas de manifestação do capitalismo são mais permanentes e as mudanças ou especificidades do tempo histórico não alteram significativamente esta lógica, que tem como base a violência. Nesse aspecto, nas duas autoras, não vemos uma linha de desenvolvimento do capitalismo como um sistema, como aparece em Nancy Fraser.

Em Davis e Arruzza o tema da violência ganha maior destaque e aparece como elemento aglutinador das relações sociais sob a hegemonia do capitalismo. Em Arruzza (2013), a violência de classe é o foco, já em Davis é a violência racial que toma o centro do debate. O ponto de partida destas autoras é o processo de acumulação primitiva tal qual descrito por Marx em *O Capital*⁵⁰. Elas procuram destacar que a utilização de artifícios violentos para garantir o pleno funcionamento das estruturas do capitalismo não é algo esporádico ou resquício antigo, mas ao contrário, é característica fundamental, tendo o Estado como o polo mais ativo justamente por ter a legitimidade e os meios para o uso da violência.

Todavia, em Angela Davis, a violência avança para uma compreensão mais institucional e estrutural e aparece no Estado como resultante da relação entre o patriarcado e capitalismo. Assim, a violência estatal, institucionalizada através do sistema de justiça criminal, é o resultado prático e, de certa forma esperado, de uma compreensão que racializa a exploração capitalista.

⁵⁰ Capítulo 24 (XXIV)

Assim, a conhecida formulação feita por Max Weber⁵¹ ao atribuir ao Estado⁵² o uso legítimo da força mostra-se insuficiente para retratar as formas de interação entre o Estado e os grupos sociais presente no interior das sociedades, em especial, aos grupos com menor acesso às posições de poder. Nesse sentido, as contribuições levantadas ao longo desta tese contribuem para a sofisticação da compreensão do conceito de Estado, justamente ao mostrar que a requisição da legitimidade do uso da força não tinha por objetivo retirá-la das opções de uso por grupos políticos, ao contrário, serviu para a construção de mecanismo mais sofisticados para o uso da violência.

O caráter repressivo do Estado está ligado à necessidade deste em garantir as condições necessárias para a reprodução capitalista, mas também reflete a influência do patriarcado na medida em que essa violência recai sobre as mulheres de maneiras distintas daquelas em que recai sobre os homens, seja sob a perspectiva das relações abusivas de trabalho, seja sob a perspectiva dos castigos físicos aos quais foram submetidas as mulheres negras, seja pela violência sexual e doméstica que marca a vida de meninas e mulheres.

A violência como meio de exploração e opressão, em especial sobre as mulheres, constitui um elemento de ligação entre o feminismo marxista e o feminismo decolonial (SEGATO, 2016). O ponto central dessa ligação está na relação entre o capitalismo e o colonialismo, que aparece como elemento central dos mecanismos produtores de violência, ligados tanto aos processos de domínio da masculinidade quanto dos processos de produção da riqueza (DAVIS, 2016; SEGATO, 2016). O trabalho de Segato pode ser inserido no que ficou conhecido como feminismo decolonial, na medida em que a autora propõe discutir as relações de gênero a partir da perspectiva do sul global (SEGATO, 2016, p. 15). Nesses estudos decolonialistas com perspectiva feminista, o capitalismo, patriarcado e racismo estão entrelaçados na compreensão dos processos históricos, inclusive do ponto de vista epistêmico, da desvalorização das vidas das mulheres e das pessoas negras.

Essas diferenças de avaliação do percurso histórico de desenvolvimento do capitalismo e seu impacto nas relações sociais não impedem que as autoras em tela

⁵¹ Weber, Max. A política como vocação.

⁵² Para um debate mais detalhado sobre o conceito de Estado na obra de Max Weber ver o texto de Alvaro Bianchi, *O conceito de estado em Max Weber* publicado na edição 29 da Lua Nova em 2014

neste trabalho compartilhem a compreensão da fase atual do capitalismo, nomeado por elas como neoliberalismo. Este período expressa o momento em que as estruturas de exploração e opressão do capitalismo caminham juntas no sentido de destravar os mecanismos de geração de valor. As contribuições das autoras visam justamente mostrar que a ascensão do neoliberalismo tinha como uma das suas causas principais o combate aos avanços das relações de gênero em direção às posições menos desiguais no interior da sociedade. Nesse sentido, Fraser, Arruzza e Davis ampliam a interpretação corrente no interior do pensamento marxista sobre a crise do Estado de Bem-Estar, na medida em que agregam novos elementos para a composição geral do quadro analítico.

A reprodução social no capitalismo: trabalho feminino e família

Na tradição crítica do marxismo as relações capitalistas estão ancoradas na ideia de que o capitalismo é um sistema social, político e econômico que se sustenta pela exploração do trabalho. Ao lançar a noção de reprodução social ao centro do debate sobre a forma de expansão do capitalismo, as autoras questionam esse fundamento, mostrando que a categoria de trabalho produtivo é insuficiente para a compreensão da totalidade social do capitalismo.

Como mostra Silvia Federici no seu livro *El patriarcado del salario* (2018), o próprio Marx havia notado as características específicas e a importância desse trabalho feito fora das fábricas. Mas, mesmo assim, essa questão foi negligenciada e praticamente não teve desenvolvimento na crítica ao capitalismo pelo pensador alemão. Essa ausência fundamental no núcleo fundante o privou de ferramentas essenciais para a compreensão do capitalismo como totalidade social.

Federici (2018, p.7) aponta algumas características presentes na obra de Marx que poderiam ser consideradas como contribuição para o debate feminista, quais sejam: a contestação do sujeito universal, a naturalização das ações humanas, a relação entre teoria e prática e o debate sobre a produção de riqueza. Estas características estão presentes nas autoras em tela neste trabalho, marcando a relação delas com o marxismo. O que não significa, como já mencionamos, que essas formulações tenham sido buscadas diretamente na obra de Marx. E, mais importante,

tais formulações não necessariamente aparecem na construção teórica das autoras com o mesmo sentido ou elas chegam às mesmas conclusões que Marx.

Quanto ao primeiro ponto, a contestação da existência de um sujeito universal da história⁵³, Marx, em contraste, apresenta a ideia da história como lugar da luta, do conflito e, portanto, contrapõe-se a noções naturalizantes das relações sociais. Para o segundo ponto, Marx critica as teorizações que procuram descrever as ações humanas como resultado de uma determinada característica natural, ou seja, em Marx não existiria uma natureza humana imutável, mas ela, ao contrário, seria fruto de relações sociais históricas e passível de ser posicionada no tempo. O terceiro ponto, a concepção das relações entre teoria e prática, para Marx, é resultado de um “intercâmbio” entre a teoria e as ações. Em quarto lugar, a ideia que a riqueza é produzida pelo trabalho humano (FEDERICI, 2018, p.8). Essas características ganham ainda mais sentido, quando acompanhadas da crítica ao capitalismo (ibid).

As questões mobilizadas pela Silvia Federici são importantes para mostrar os pontos de ligação entre o marxismo e o feminismo, mas o mais importante, nesse caso, é mostrar que o marxismo não é cego às questões de gênero, sendo possível compatibilizar no interior do marxismo uma crítica feminista. Contudo, essa associação só é possível quando superada a noção de que as questões de gênero estão contidas nas relações de classe.

O debate sobre trabalho feminino não é ausente na tradição marxista. No entanto, desde os trabalhos de Marx, ele é compreendido apenas quando executado no interior das fábricas (FEDERICI, 2018, p.62) tendo o mesmo estatuto do trabalho masculino e inserido no contexto de geração de valor. Desse modo, o que aparentemente remete a um tratamento igualitário, reflete uma ausência.

Mesmo reconhecendo que as mulheres faziam trabalho doméstico e sofriam formas de opressão específicas por serem mulheres (ibid), Marx acreditava que o desenvolvimento do capitalismo tendia a resolver a “questão da mulher⁵⁴” (ibid). Assim, Marx e o marxismo de modo geral, ao não teorizar sobre estas especificidades, mesmo quando reconhecidas, acabam por minimizar a importância dos trabalhos desempenhados pelas mulheres e seu papel central na forma de organização do capitalismo.

⁵³ O que não quer dizer que Marx tenha uma teoria geral da História.

⁵⁴ Termo muito usado nos debates no interior do marxismo para se referir, muitas vezes de forma pejorativa, para as relações de gênero.

Portanto, foram incapazes de perceber como a divisão sexual do trabalho afeta sobremaneira a capacidade das mulheres em participar do mercado de trabalho formal, de participar e reforçar a atividade sindical, de participar e contribuir no interior dos partidos socialistas, entre outras restrições. Foram também incapazes de perceber que essa postura contribuía para o fortalecimento das estruturas patriarcais, já que reforçavam a continuação de uma estrutura familiar em que a subordinação das mulheres era a regra.

Assim, o ponto central de ligação entre as estruturas do patriarcado e as estruturas do capitalismo ocorre a partir do conceito de reprodução social. Nas autoras em tela, a reprodução social configura uma chave de interpretação que agrega novas formas de compreensão às relações de gênero, na medida em que as conecta ao capitalismo, na medida em que pensa o processo de trabalho de modo unificado. Percebem, assim, que as características de produção e reprodução no capitalismo são parte do mesmo processo.

Essa constatação tem consequências profundas para a compreensão das relações de gênero no capitalismo a partir do feminismo marxista, justamente por ela retirar das sombras atividades que são essenciais para o funcionamento do capitalismo e que são executadas majoritariamente por mulheres. A manutenção dessas atividades na invisibilidade contribui, mesmo que involuntariamente, para a manutenção das condições de subordinação das mulheres.

As autoras em tela no nosso trabalho trabalham com as transformações no interior do capitalismo que têm como centro a necessidade de aumento das margens de expansão do ganho capitalista. Posteriormente, essas demandas foram condensadas em políticas públicas e exportadas como “*know-how*” de políticas eficientes e modernas. Um dos traços mais visíveis desse processo foram as transferências de plantas industriais para países onde se tinha menos capacidade, por diferentes motivos, em se construir uma oposição sindical e melhores condições para impor relações de trabalho mais precarizadas e menos formalizadas. Portanto, as autoras trabalhadas nesta tese retratam e refletem sobre as origens deste processo. Mostram, já na sua origem, que existia uma necessidade de reconfigurar as formas de ganho do sistema capitalista e que nesta base estavam a exploração e a opressão.

Além disso, a partir das discussões levantadas pelas autoras, ficou mais nítida a percepção de que a hegemonia de políticas neoliberais está relacionada com a construção de uma sociabilidade fortemente marcada pela desigualdade, seja ela de gênero, raça ou classe. Nesse sentido, podemos pensar o neoliberalismo como uma reação a todas as conquistas sociais, políticas e econômicas que marcaram o ciclo de lutas por igualdades sociais e políticas, características da segunda onda do feminismo (FRASER, 2009b, p.21). Essa reação tem o sistema capitalista como centro, na medida em que a maximização do lucro é o ponto crucial, já que as políticas de precarização têm, em último caso, esse fim.

Esse processo também pode ser considerado reacionário na medida em que traz de volta ao centro do debate os aspectos mais violentos da exploração e da opressão. A crítica do feminismo marxista tem levantado essas questões há bastante tempo, inclusive sendo um dos seus eixos principais, contudo, a receptividade dessas ideias perdeu um pouco de força, muito em função da ampliação dos debates no interior do feminismo, mas também, pela capacidade de muitas sociedades capitalistas em absorver as demandas por inclusão vindas das lutas reivindicativas.

A afirmação acima é polêmica e vai na contramão de diversos estudos que procuram sustentar uma perspectiva em que os feminismos se tornaram mais combativos, especialmente na América Latina, para contrapor-se ao neoliberalismo na luta por efetivação de direitos em um contexto de erosão da democracia (BIROLI, 2019; GAGO, 2019). Nesta perspectiva, a ativação de uma política que buscasse a efetivação de direitos iguais para homens e mulheres teria feito com que a questão de gênero se transformasse em uma ameaça à ordem estabelecida (GAGO, 2019), inclusive com recursos às teorias conspiratórias. Essa reação teria três elementos centrais, “eclesiástica, econômica e militar” (ibid) que marcam também a transformação do debate sobre gênero, saindo do ambiente acadêmico e passando a ser um dos elementos aglutinadores e mobilizadores para reação que resultou na expansão de governos extremistas conservadores como os de Viktor Orbán na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil (BIROLI, 2019).

Ao conseguir mobilizar o “povo contra o gênero” (BIROLI, 2019) os opositores da efetivação de uma política efetiva de igualdade de gênero conseguiram organizar uma mobilização popular para pressionar os governos a retirar ou evitar políticas de igualdade de gênero (ibid). A família adquire um lugar central no avanço das pautas

neoconservadoras e sua ligação com o neoliberalismo (idid). Essa ligação é expressa pela “perspectiva privatizante e moralmente conservadora” (BIROLI, 2019, p.86) que o ideal de família é mobilizado.

As críticas levantadas e resumidamente expostas às posições defendidas pelas autoras em tela, que entendem que as demandas feministas foram, em partes, absorvidas e em partes, atendidas pelo Estado, reforçam um necessário debate sobre as relações de poder no interior da produção de conhecimento. As autoras protagonistas desta tese têm suas formações intelectuais e políticas focadas na formação social dos Estados Unidos da América. E apesar dos esforços notados em suas obras para identificar e fazer referências aos processos políticos fora do espaço geográfico no qual elas estão inseridas, as suas produções estão centradas, principalmente, na experiência do Estados Unidos.

Contudo, podemos usar as críticas acima para refletir sobre a relação entre feminismo e capitalismo. Uma das características de movimentos como Ele não e Ni una a menos e outros,⁵⁵ de reivindicações feministas que emergem das lutas contra o neoliberalismo, contra as desigualdades de gênero e contra a erosão democrática (BIROLI, 2019) é que eles têm surgidos com mais força nas periferias do sistema capitalista. Essa característica não pode ser fruto apenas do acaso, é possível associá-la às consequências das políticas restritivas decorrentes de políticas econômicas que procuram restringir direitos e abster o Estado de oferecer as condições básicas de reprodução social para o conjunto dos trabalhadores, particularmente, as mulheres, especialmente as mulheres negras.

Assim, as mulheres impulsionam a luta contra a “erosão democrática” porque esta impacta diretamente na sua vida. A onde conservadora que tem seguido o processo de erosão democrática tem colocado a vida das mulheres, literalmente em perigo.

Esse arranjo, percebido pelas autoras em que o Estado absorve demandas levantadas pelo feminismo, funcionou relativamente bem, especialmente nos países centrais, até o momento em que as demandas ao Estado e contra o regime de obtenção de lucro do sistema capitalista entraram em choque. Nesse momento, as

⁵⁵ Ele não: foi um movimento popular contra a candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro e foi liderando por mulheres e teve suas principais ações ocorridas em 28 de setembro de 2018. Outra característica marcante foi que sua organização foi feita quase que exclusivamente pelas redes sociais.

Ni una a menos;- Marchas ocorridas na América Latina entre 2015 e 2016 contra a violência de gênero.

características mais violentas do capitalismo emergem e sua manifestação é, estruturalmente, através do Estado.

Em livro recente, Wendy Brown (2019) mostra como a “racionalidade neoliberal” tem sido usada para “mobilizar e legitimar” forças ferozmente antidemocráticas (BROWN, 2019, p.16) e sustentar o crescimento da extrema direita. Dentre as várias consequências presentes nesta formulação, acreditamos ser importante ressaltar o peso das relações de gênero nesta equação. Visto que, como a própria autora reconhece, esse alinhamento tem como sustentação a mudança do status das mulheres na sociedade,⁵⁶ ou seja, era preciso retomar o status anterior em que, alijadas dos espaços públicos. Já que, o ponto central dessa “racionalidade neoliberal” baseava-se na destruição de políticas públicas de proteção social, que atendiam, principalmente as mulheres e que garantiam minimamente uma autonomia para elas.

Um das grandes contribuições do livro de Wendy Brown (2019) é retratar o avanço da “razão neoliberal” sobre as formulações políticas liberais. Para ela, esse processo esteve ancorado em uma forte concepção moral da sociedade, onde a busca pela liberdade, fim último da atividade humana, era lastreada pelo mercado e por um tradicionalismo moral. Sustentava essa aliança, a crítica a qualquer tipo de intervenção estatal, vista sempre como perniciosa e danosa para efetivação da liberdade (BROWN, 2019).

Mas a ausência da mediação estatal também significa a implementação da “lei do mais forte”, ou seja, representa a impossibilidade de contestação das hierarquias e papéis sociais presentes no interior da sociedade. Nesse contexto de predomínio da força, os grupos sociais com mais marcadores de vulnerabilidades tinham suas condições de precariedade reforçadas. Nesse sentido, os pressupostos contidos na “razão neoliberal” representam mais um elemento que sustenta a existência de uma aliança entre o patriarcado e o capitalismo.

Essa relação é marcada pelo protagonismo adquirido pela defesa da família feita pelos movimentos conservadores. A família, nesse sentido, aparece como chave que conecta “as dimensões morais e econômicas” da “erosão do público à reação contra o gênero e tendências desdemocratizantes” (BIROLI, 2020). E é o espaço de

⁵⁶ Esta avaliação pode ser feita também para compreender a atual conjuntura brasileira, marcada pela aliança entre o extremo conservadorismo com o ultraliberalismo característico do governo Bolsonaro.

reprodução de relações sociais baseadas na violência e na sobrecarga de trabalho para as mulheres, ou seja, estamos falando do reforço de um padrão de sociabilidade nada aberto para a diversidade e para a igualdade de gênero, em que há um reforço para os papéis de cuidado historicamente associado às mulheres. Por outro lado, é um ambiente que atua como um “antídoto para as incertezas e precariedades” (ibid) originadas a partir do “desmantelamento da infraestrutura públicas” (ibid). A família, nesse contexto de neoliberalismo, aparece como um lugar seguro, de proteção diante da expansão da desregulação econômica que afeta a vida fora do núcleo familiar, mais insegura e imprevisível (ibid).

No interior do feminismo marxista, essa compreensão âncora a crítica ao capitalismo e suas formas de reprodução na medida em que procura mapear as interligações entre o capitalismo e liberalismo, expostas pelas características tanto das relações sociais quanto das instituições próprias surgidas dessa associação. Em suma, o que o feminismo marxista aponta é que mesmo que se possa supor que tanto o capitalismo quanto o liberalismo sejam autônomos e que possam ser pensados separadamente, no plano das manifestações concretas, são inseparáveis. Ou seja, é impossível pensar as características das sociedades do capitalismo moderno⁵⁷ sem pensá-las em conjunto com as instituições políticas do liberalismo. Sem prejuízo de se reconhecer alguns esforços no interior do liberalismo para conter ou mitigar as desigualdades produzidas por essa relação com o capitalismo.

Nesse sentido, a falta de uma alternativa que garantisse pluralismo político, pluralismo de vozes no debate público e instituições políticas que agissem pautadas pela impessoalidade, dificulta o debate acerca dos limites do liberalismo em garantir a efetiva igualdade de gênero. Mesmo avanços tímidos, como os defendidos pela Plataforma de Pequim estão em risco. Assim, nesse contexto, em que a crise de erosão por que passa a democracia liberal está diretamente associada à crítica aos avanços das pautas de gênero e, ainda, condensadas sobre a pauta de “defesa da família” (BIROLI, 2020), temos que retomar a pauta crítica a relação entre liberalismo e capitalismo no sentido de aprofundar valores presente no liberalismo e apresentar uma alternativa que de fato promova valores de igualdade de gênero. Temos,

⁵⁷ Podemos pensar aqui a partir do próprio marxismo, que de certa maneira concentra a ideia de sociedades modernas a um conjunto de características presentes em um desenvolvimento específico ocorrido em países europeus e que expandiu para outros países e que tem, hoje, os Estados Unidos, como principal representante.

também, que criar barreiras contra os avanços de valores conservadores, que além de antidemocráticos têm no gênero um de seus grandes inimigos. Nesse sentido, a crítica ao liberalismo aparece como uma tentativa de criar uma teoria imaginativa em que a igualdade plena de gênero esteja no centro. Esse movimento pode criar embaraços, já medida em que pode ser confundido com esse neoconservadorismo, visto que, ambos são críticos ao liberalismo, entretanto, essa é uma tarefa que as autoras em tela levam adiante.

Estado e emancipação

Norberto Bobbio, no ensaio *Existe uma doutrina marxista do Estado*, publicado em 1993, parte de uma polêmica acerca da insuficiência, deficiência e da própria inexistência de elaboração de uma Ciência Política marxista para discutir a questão do Estado em Marx e no marxismo de modo geral. Para Bobbio (1999) o pensamento político de Marx encontra-se no registro da grande corrente realista de interpretação que despe o Estado de toda noção metafísica. Para o autor italiano, “a originalidade de Marx consiste no fato de que ele é o primeiro escritor político que une uma concepção realista do estado a uma teoria revolucionária de sociedade” (p.29). Nesse sentido, Marx partilhava uma concepção segundo a qual o Estado é fundado sobre a força, sem, contudo, possuir uma visão pessimista da natureza humana ou da história. Por isso, para Bobbio (1999), “[Marx] pôde fazer da concepção realista do Estado (o Estado como um mal necessário) uma das alavancas de uma teoria revolucionária da sociedade” (p.30), visto que, a partir da noção de quem governa o Estado, teríamos condições de construir um Estado bom ou mau.

O ponto central da crítica levantada por Bobbio (*Ibidem*) reside no fato de que, tendo uma concepção negativa da política, a concepção marxiana tendia a considerar “todas as formas de governo, enquanto políticas, pelo fato de serem políticas, eram más” (p.28). Esta percepção, quando comparada aos debates contidos nos clássicos do pensamento político liberal, nos mostra que o foco da análise de Marx centrava-se no problema de “quem” governa. Isso trouxe consequências profundas na forma e na construção de uma concepção de Estado, em consequência, da Política.

Mesmo diante dessa polêmica em relação à existência ou não de uma teoria do Estado nas obras de Marx, o ponto central é que o Estado foi tematizado no interior do pensamento marxista e, além disso, ganhou uma diversidade razoável de interpretações e abordagens. A seguir faremos uma análise panorâmica sobre as principais interpretações sobre o Estado no interior do marxismo.

Esta análise será mais breve porque não é o objetivo desta tese discuti-la, mas, ao mesmo tempo, é importante trazê-la para a tese neste momento, com o intuito de demonstrar que existe pelo menos um elemento em comum nas diversas correntes de interpretação sobre o Estado, a saber: a centralidade da questão da exploração, vinculada à noção de classe.

Nosso objetivo é mostrar que essas abordagens, mesmo com suas diferenças, guardam um aspecto comum que nos ajuda a compreender a forma de expressão do Estado nas autoras em tela nesse trabalho, assim como suas contribuições para o debate sobre o Estado de uma perspectiva feminista.

Usaremos como referência o livro *Critical theories of the State*, de Clyde W. Barrow. Neste livro, o autor procura situar a crítica ao Estado no ambiente contemporâneo no interior da tradição marxista, para isso, ele divide essa crítica em três abordagens; instrumentalista; estruturalista (Neo-marxista) e sistêmica-analítica (Pós-marxista).

A abordagem instrumentalista⁵⁸ apresenta o Estado como instrumento de dominação de classe, onde as instituições de poder de Estado são geridas de acordo com as necessidades de acumulação capitalista, o que pode significar, inclusive, a atuação contra interesses imediatos de setores capitalistas específicos. Essa abordagem sugere a formação de uma classe capitalista que seria responsável por dirigir o Estado, garantindo a representação de seus interesses e diminuindo a possibilidade de que a alternância de governos coloque em risco seus interesses.

A abordagem estruturalista⁵⁹, por sua vez, parte do princípio de que as sociedades capitalistas são propensas às crises econômicas e, por isso, são sociedades instáveis e com alto grau de disputas políticas. Assim, o Estado tem o papel de intervir e garantir a estabilidade econômica e política. Por isso, a estabilidade

⁵⁸ Podemos citar os seguintes autores como referência dessa abordagem: Paul A. Baran e Paul Sweezy.

⁵⁹ Podemos citar, como referências dessa abordagem, os seguintes autores: Nicos Poulantzas; Ernest Mendel e V. Lênin.

dessas sociedades é pouco dependente de governos eleitos, seu poder repousa em um conjunto de estruturas sociais mais orgânicas e mais permanentes da burocracia estatal, como justiça e exército. Nessa configuração, os interesses capitalistas ficam protegidos das turbulências eleitorais.

Por fim, a abordagem sistêmica-analítica destaca⁶⁰ que o capitalismo é melhor compreendido quando pensado a partir de três subsistemas; o econômico, o social e o político. Cada um desses subsistemas possui características distintas e próprias, mas eles possuem uma conexão funcional com o sistema como um todo. O ponto central dessas abordagens é compreender as relações de funcionalidade entre a atividade estatal e as atividades de acumulação capitalista. Os autores, no interior dessa abordagem, procuram analisar os limites que as políticas estatais possuem em controlar o processo de acumulação capitalista, o que geraria um ambiente propício a crises do seu arranjo político, representado pelo Welfare State.

As percepções críticas às ideias de universalidade estavam presentes nas obras de Marx sob a perspectiva da emancipação humana em contraposição à emancipação política (MARX, 2010). Essa chave de leitura permitiu que Marx identificasse as limitações de um projeto civilizatório que tinha no seu centro a burguesia, representada pela figura do cidadão (Homem), tal qual, proposto pelo liberalismo burguês. No caso específico, Marx associa esse Homem como classe e, sendo assim, associa esse ideal universalizante de sociedade como dominação de classe. Portanto, e, em consequência, está última representava os interesses de classe da nascente burguesia. Nesse sentido, Marx está denunciando o caráter limitado dessa forma de emancipação, representado pela exclusão dos trabalhadores dos centros de decisão

Em Marx, a questão da universalidade está diretamente associada ao Estado, já que é a através dela que a burguesia pode afirmar seu poder de classe e materializar o ordenamento jurídico responsável por normatizar os procedimentos informados pelos interesses de classe da burguesia transformados em interesses gerais (MARX, 2010). Esse é o ponto em que é relevante voltar a nossas autoras: aqui se estabelece, ao mesmo tempo, um diálogo e um deslocamento.

A partir dos debates feitos pelas autoras é possível ampliar a crítica à ideia de universalidade formada a partir da associação entre capitalismo e liberalismo. Mais do

⁶⁰ São autores de referência para essa abordagem: Claus Off e Andre Gortz

que isso, tensionar a crítica já feita. As autoras incorporam aspectos negligenciados no interior do marxismo e ajudam a complexificar e sofisticar as relações de classe, na medida em que demonstram que além de sexo a classe também tem cor. Não são, no entanto, pioneiras em evidenciar as limitações da compreensão do conceito de classe sob uma perspectiva puramente econômica mas, tomadas em seu conjunto, as discussões produzidas por esta tese com base nas perspectivas teóricas da autoras permitem uma visão mais ampla da formação das estruturas sociais responsáveis pela construção das instituições políticas e, em consequência, da compreensão das origens de suas características de exploração e opressão. Nesse sentido, o caráter universalizante dessas instituições é confrontado com sua atuação, que reforça as barreiras de exploração e opressão.

Na tradição marxista, o Estado aparece como aparato de classe e que adquire nuances a partir da relação política e da formação social de cada país, ou seja, apesar de seu caráter abstrato ter um sentido comum, na sua manifestação real, o Estado pode ganhar contornos distintos. As contribuições das autoras, trabalham nessas duas dimensões.

A crise do Estado capitalista, principalmente a partir da década de 70, teve outros componentes para além das relações econômicas de classe. As análises marxistas viam a questão da exploração, mas não a questão da opressão. Nesse sentido, os avanços provocados pelo debate do feminismo no interior da tradição marxista para a superação de uma visão economicista não apareciam quanto aos Estudos sobre o Estado. Esses estudos, na sua maioria, não foram capazes de perceber o quanto o desmonte das políticas de proteção social estava relacionado à uma tentativa de reconfigurar as relações sociais, tendo como fundamento a busca pelo retorno ao padrão em que a presença das mulheres se dava no ambiente privado. A precarização dos trabalhos de cuidado eram consequência de uma concepção na qual se valorizava as relações privadas como responsáveis por suprir as demandas de cuidado. Mas, como já notamos, a transferência dessas responsabilidades recaía de modo mais pesado sobre as mulheres pobres e negras, cujas capacidades de buscar esses serviços no mercado eram quase nulas. Em consequência, temos a formação de mais barreiras para a participação das mulheres nos espaços públicos.

Os estudos sobre a crise do Estado de Bem-Estar focam suas análises na dificuldade que esses Estados nacionais tiveram em compactuar a expansão dos

direitos sociais com sua capacidade de expandir sua capacidade de aumentar sua arrecadação, constituindo um Estado cada vez maior e menos eficiente (OFFE, 1984; O`CONNOR, 1977). Essa contradição abriu espaço para a adoção de políticas de austeridades que tinham como finalidade a redução das atividades estatais, notadamente, nas áreas sociais (BROWN, 2019; FRASER, 2020; ARRUZZA, 2013; DAVIS, 2016). A interpretação desse fenômeno ganha novos contornos quando o compreendemos a partir das relações entre patriarcado e capitalismo. Existia uma necessidade de controlar a expansão dos custos econômicos da expansão dos gastos sociais e direitos trabalhistas, mas somente a necessidade de diminuição do valor da força de trabalho não explica, satisfatoriamente, as características do neoliberalismo.

A disputa sobre o conceito de Estado, em tal contexto, foi a partir da sua capacidade de intervenção. No caso do neoliberalismo, o debate foi feito em sentido contrário, discutiam-se os parâmetros de não intervenção do Estado. Não estamos diante apenas de uma questão semântica ou de luta pela construção de uma determinada narrativa. Ao contrário, a afirmação hegemônica do neoliberalismo representa a consolidação de um projeto de exteriorização das relações de gênero, expressando uma clara noção de aprofundamento da subordinação das mulheres no interior da sociedade e um aumento da influência do patriarcado na sua relação com o capitalismo. Na medida em que reforça os padrões de sociabilidade em que as relações de gênero são tematizadas a partir da subordinação das mulheres e a sua prevalência ao ambiente privado cuja principal tarefa estava ligada aos processos de reprodução social.

A partir do debate feito por Wendy Brown, é possível interpretar a ênfase na liberdade, na defesa da propriedade e da não intervenção estatal feita pelos autores neoliberais como uma das formas encontradas para viabilizar a construção de uma sociedade em que o Estado atuava para atenuar os conflitos sociais e as capacidades organizativas de grupos sociais subalternos, mitigando as possibilidades de realização fora das iniciativas individuais. Assim, ao garantir e reforçar o predomínio da ideologia do individualismo, o Estado no neoliberalismo, fomentava as premissas de desvalorização das atividades de associação, lugar de amparo e conforto, mas também, a forma usada historicamente por grupos subalternos, como de classe, de gênero e raça, para enfrentar os desafios comuns.

Nesse sentido, ao valorizar o individualismo, o Estado neoliberal está corroendo uma das bases que sustentam as formas de organização desses grupos, dificultando a capacidade desses grupos em construir e mobilizar alternativas para suas lutas reivindicativas, distributivas, de reconhecimento.

Assim, como vimos, as várias correntes em que se divide o debate sobre a questão do Estado no marxismo convergem na ideia que o Estado é de fato um “comitê executivo dos negócios da burguesia” tal qual descrito no Manifesto⁶¹. As divergências aparecem na sua forma política. Portanto, o eixo central da interpretação do Estado no interior do marxismo pode ser caracterizado como a dominação de classe, seguindo os mesmos contornos gerais das primeiras formulações de Marx⁶².

Identificar como a relação entre o patriarcado e capitalismo informa uma determinada concepção de Estado, tendo como recorte autoras situadas no interior ou próximas do feminismo marxista, nos permite, também, anotar as contribuições dessas autoras para a compreensão do Estado para o marxismo, ou seja, a partir das contribuições das autoras analisadas nesta tese, podemos expandir e informar uma sofisticação na compreensão do Estado.

Nas autoras, o Estado aparece como instrumento de efetivação dos interesses de produção e reprodução para a melhor realização dos mecanismos de funcionamento do sistema capitalista. Outro aspecto presente na concepção de Estado a partir da relação entre patriarcado e capitalismo, é a questão da violência. Angela Davis traz essa questão de maneira mais clara e direta, ao mostrar que a violência constitui o legado mais visível da relação íntima entre a escravidão e capitalismo.

Em Angela Davis, a violência atua de modo sistemático no processo de contenção das demandas sociais e políticas das camadas subalternas, em especial as mulheres negras. Davis traça um retrato histórico dos mecanismos usados na aplicação das práticas violentas pelo Estado. Sob a hegemonia do neoliberalismo, a violência, principalmente sobre a população negra, é aplicada pelo sistema de justiça. A transferência para o aparato de justiça da tarefa de controlar o contingente populacional que não consegue adentrar pelas vias legais na economia capitalista foi uma alternativa para normatizar o uso da força. Mas, como Angela Davis (2016)

⁶¹ Manifesto do Partido Comunista

⁶² Principalmente: Manifesto do Partido Comunista e 18 de Brumário de Luis Bonaparte.

mostra, o componente do racismo também estava presente na decisão que propôs a redução dos programas sociais, que de certa maneira minimizavam as tarefas de reprodução social exercidas pelas mulheres, mas que se deu de forma mais intensificada nas iniciativas que atendiam majoritariamente as mulheres negras.

Em Cinzia Arruzza e Nancy Fraser, a violência com instrumento de dominação também está presente. Nas duas autoras ela ganha contornos menos físicos e sistêmicos, aparecendo como constituinte do processo de exploração característico do capitalismo. Assim, a violência é compreendida como intrínseca ao processo de produção de riqueza no modo de produção capitalista, mas não adquire uma perversidade racializada.

Tanto Cinzia Arruzza quanto Nancy Fraser, denunciam o caráter racista do sistema capitalista e mostram, como o racismo tem sido um fundamento da expansão capitalista, seja pelo processo de exploração e precarização do trabalho que atinge, majoritariamente a população negra, seja pela expansão colonialista que justificou anteriormente a escravidão e hoje justifica a xenofobia contra imigrantes. Contudo, elas não lêem a desigualdade de gênero no capitalismo a partir do racismo, como faz Angêla Davis. O racismo aparece, em Cinzia Arruzza e Nancy Fraser, uma das peças necessárias para a melhor compreensão da desigualdade de gênero no capitalismo. E isso tem um impacto na compreensão da violência expressa em suas obras.

A violência em Cinzia Arruzza é de classe e está ancorada na exploração de mais-valor nas sociedades capitalistas, assim, é parte constituinte do processo e não se pode pensar no capitalismo sem essa característica. O patriarcado é o responsável pela clivagem de gênero no interior do capitalismo, segundo Arruzza. É a partir das relações patriarcais que se cria as condições necessárias para justificar a adoção de parâmetros distintos empregados em relação as mulheres, na medida em que é o patriarcado que oferece a narrativa ideológica de subordinação e inferioridade das mulheres em relação aos homens.

É nesse capitalismo informado pelo patriarcado, que usa a força de trabalho feminina para rebaixar o valor pago pelo trabalho, que utiliza o trabalho das mulheres em serviços precarizados, que remunera mal profissões ocupadas majoritariamente por mulheres, que não oferece rede de proteção às mulheres que estão no mercado de trabalho, que o racismo atua. O racismo, assim, aparece como mais uma camada de opressão contra as mulheres. Seu papel, na lógica explicativa de Cinzia Arruzza,

é garantir que recaia sobre um grupo específico de mulheres, as mulheres negras, o peso do processo de exploração capitalista. Nesse arranjo, o papel Estado é central, já que é através dele que se constrói os mecanismos necessários para a efetivação do racismo.

A violência em Nancy Fraser ganha contornos institucionais e é baseada no processo de exclusão das mulheres da vida pública, significando a naturalização da vida das mulheres ao ambiente privado. A violência institucional aparece quando as mulheres tentam romper as barreiras construídas para mantê-las nos ambientes privados.

Ao longo deste capítulo, procuramos mostrar as contribuições trazidas pelas autoras ao debate do conceito de Estado no interior do pensamento marxista. Como se notou, não entramos propriamente no debate sobre o conceito de Estado. Este é um tema que, apesar das divergências, as polêmicas internas estão consolidadas. Além disso, nossas autoras não trabalham propriamente com esse conceito. Assim, ao extrair da relação entre patriarcado e capitalismo, como fizemos, uma concepção de Estado presente nas autoras, foi possível perceber que o debate presente tem aspectos potenciais de sofisticar as análises sobre o Estado, e foram esses aspectos que procuramos reforçar.

O ponto central criticado pelas autoras foi a distinção entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O que as autoras vão afirmar é justamente que não existe essa distinção, pois se tratam de aspectos distintos do processo de produção de riqueza nas sociedades capitalistas. Tal distinção, porém, não permite a hierarquização quando pensamos no capitalismo. Esta separação estaria intimamente ligada ao patriarcado, ou seja, quanto mais profunda for a distinção, mais as relações de gênero são precarizadas e mais a subordinação das mulheres aparece com característica dessas sociedades.

As correntes de interpretação do Estado no interior do marxismo, expostas anteriormente, seguem a lógica de interpretação iniciada por Marx e projeta o Estado como instrumento de dominação de classe. Essa concepção geral não se modifica, mas as autoras contribuem para expandir essa compreensão no momento em que elas demonstram que a construção da hegemonia de classe no interior do capitalismo passa pelas relações de gênero.

Considerações finais

A exploração não é um conceito moral, mas uma relação social que no capitalismo tem sua característica principal no grau global de sua expansão. Mesmo que, em seu início, tenha tido a violência com um dos seus eixos principais de expansão, na lógica capitalista, essa exploração é regulada por ordenamentos jurídicos e baseadas na capacidade desse sistema de construir os consensos necessários para sua manutenção. Portanto, em uma análise marxista, a exploração não aparece em graus ou magnitudes aceitáveis⁶³. Mas, com a opressão de gênero e raça, muitas análises no interior do marxismo construíram um raciocínio no qual julgavam aceitável certo grau destas opressões em nome da construção futura de uma sociedade sem opressões (FEDERICI, 2018, P.17). Parte de raciocínio se expressa em formulações nas quais a “questão da mulher” é relegada ao segundo plano porque supostamente “divide a classe” ou, mesmo quando as questões de gênero são reconhecidas como importantes, acabam aparecendo como marginais diante da centralidade da classe. Ao longo desta tese e, particularmente ao longo deste capítulo, tentamos mostrar, a partir das autoras protagonistas da tese, que essa interpretação é insuficiente para compreender satisfatoriamente a dominação de classe no capitalismo.

Ao trazer as questões de opressão ligadas às questões de exploração, as autoras em tela enriquecem de maneira substancial as análises marxistas, anticapitalistas e/ou críticas ao liberalismo. Justamente porque as retiram das questões morais e as ligam diretamente à lógica de funcionamento e reprodução de capitalismo. Ao fazer isso, as autoras em tela também demarcam de modo substancial a necessidade de superação do capitalismo como parte da solução para a resolução da questão das opressões.

Uma das características mais marcantes do feminismo é sua crítica à história do pensamento político e sua constatação, que ao contar ou escrever essa história o pensamento político “esqueceu-se” de contar sobre a participação as mulheres. Esse esquecimento foi fruto não apenas da vontade de homens, já que este são majoritariamente os autores do pensamento político, mas também de relações sociais informadas pelo patriarcado e que reservavam as mulheres posições e papéis

⁶³ Logicamente, na análise marxista deve-se levar em consideração as condições objetivas da realidade, por isso, não existe contradição quando se organiza uma greve e busca-se melhores condições de trabalho, como por exemplo a redução da jornada de trabalho.

secundários nas hierarquias de poder das sociedades. Assim, ao fazer essa crítica, o feminismo reavalia toda a história do pensamento político.

Acontece algo parecido no interior do marxismo a partir da crítica feminista em relação à história de desenvolvimento do capitalismo, quando se avalia esse desenvolvimento a partir das “Cozinhas e quartos em que dia a dia e geração após geração a mão-de-obra é produzida” (FEDERICI, 2018. p. 61). A provocação feita por Silvia Federici está inserida em um contexto de crítica à ideia presente, segundo ela, no interior do marxismo, de que o desenvolvimento do capitalismo tenderia a resolver as questões de desigualdade de gênero e o status conferido às mulheres no interior das sociedades.

Trata-se de uma nova história do capitalismo, mas ainda continua sendo uma história de exploração e opressão. É contada agora de modo que tem o trabalho não-remunerado como centro da economia capitalista.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese procurou responder a seguinte questão: Como a relação entre patriarcado e capitalismo informa concepções de Estado? Para respondê-la, lançamos mão das seguintes autoras: Cinzia Arruzza, Angela Davis e Nancy Fraser. Todas contam com vastas e influentes obras, de grande repercussão internacional. Para seguir com a reflexão proposta foi preciso perguntar também sobre qual patriarcado e qual capitalismo se relacionavam, isto é, sobre como essas noções e realidades são compreendidas pelas autoras, para, a partir disso, conseguir identificar como tal interação impactava na concepção de Estado.

A seguir estão elencados os principais pontos de contribuições das autoras para o debate sobre o Estado e para as relações de gênero.

1. O capitalismo é patriarcal e racializado

Ao avançar sobre a compreensão do modo como o patriarcado e o capitalismo aparecem nas análises das autoras, foi possível perceber como cada vez mais o patriarcado veio perdendo capacidade de projetar um ideal de sociedade quando comparado ao capitalismo. Assim, o avanço civilizatório caracterizado pelo capitalismo poderia significar o desaparecimento progressivo dos entulhos patriarcais. Todavia, a realidade mostrou que essa suposição estava equivocada, pois a expansão do capitalismo não apagou a força das relações patriarcais, embora mudanças importantes tenham ocorrido ao longo do tempo. E, mais, o próprio capitalismo trouxe em seu modo de funcionamento características próprias de exploração e opressão que reforçaram as estruturas do patriarcado. Essas duas noções balizam o enquadramento teórico presente ao longo da tese.

Portanto, podemos falar de um capitalismo patriarcal racializado, em que a exploração e a opressão têm configurações de gênero e de raça. É a partir desta perspectiva que Cinzia Arruzza, Angela Davis e Nancy Fraser desenvolvem as suas compreensões acerca das relações de gênero.

2. O universalismo invisibiliza as desigualdades existentes entre as mulheres.

A crítica ao universalismo está presente na produção das autoras analisadas nesta tese e esta contribuição mostra a acomodação entre a cidadania e as desigualdades de gênero e, também, que as desigualdades de gênero não afetam as mulheres de modo igual. A desigualdade corresponde a marcadores de classe e raça.

A crítica também ao universalismo liberal, expresso nas instituições políticas que formam o conceito hegemônico de democracia, revela vieses de classe, gênero e raça. Restou evidente, que essas limitações não são resultados de falhas, mas são consequência da aliança entre o patriarcado, o liberalismo e o racismo. Essa crítica permite as autoras avançar nos debates sobre os limites de se pensar as relações de gênero no interior das instituições liberais e nos ajuda a pensar o lugar estrutural do Estado para as relações de gênero.

3. O Estado articula, mediado por pela prática de violência, os diversos interesses da sociedade

A noção de Estado para as autoras está ligada à ideia de exploração de classe, devido a sua ligação com o capitalismo. Mas as discussões levantadas mostram que as opressões de gênero e raça têm um papel fundamental na estrutura de dominação capitalista, pois desvelam o caráter consensual projetado para as relações capitalistas.

Em consequência, trazer as opressões de gênero e raça para o centro do debate sobre o Estado permite afirmar a violência como elemento fundante do Estado, sendo esta agora não mais apenas de classe, mas também de gênero e raça e cuja função primordial é garantir o funcionamento do capitalismo.

4. O Estado se configura como importante barreira para a superação das desigualdades de gênero, raça e classe.

Outra contribuição que temos que destacar é ao debate sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Nesse caso, as autoras evidenciam como essas estruturas incidem na vida cotidiana das mulheres, tendo como elemento central seu papel na reprodução social. A reprodução social representa o elo entre a vida privada e pública das mulheres e a ligação entre o feminismo e o marxismo.

Por essa chave, a discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo ganha novos contornos ao mostrar que são elementos complementares para a explicação das desigualdades de gênero. É pela questão da reprodução social que é possível perceber a centralidade do gênero no ataque às estruturas de proteção social que caracteriza a expressão atual do capitalismo financeiro neoliberal. O Estado, assim, atua como barreira para a efetivação da igualdade de gênero, classe e raça.

As últimas linhas desta tese estão sendo escritas quando o mundo inteiro enfrenta um caos generalizado em virtude de uma pandemia causada pelo vírus SARSCOV-2 (Covid-19). Mesmo não tendo um índice muito alto de mortalidade, quando comparado a outras infecções causadas por vírus parecidos, tem causado aflição e desespero nas populações e, neste momento, já matou mais de 160 mil brasileiras e brasileiros e mais de 1.200.000 pessoas em todo o mundo. Por óbvio, não iremos tecer comentários sobre causas, profilaxias ou ações individuais de governos mundo afora, mas é digno de registro o grau de desarticulação da economia global, evidenciando o caráter sistêmico do capitalismo, assim, como o papel central do Estado como agente aglutinador, tema central discutido na tese. Resta evidente, também, o quanto as políticas de austeridade implementadas em nível global, a partir de diretrizes que reduzem a capacidade de intervenção do Estado, reduziram a sua capacidade de responder às necessidades da população, principalmente para aquelas em situação de vulnerabilidade.

Nessas situações, a vida das mulheres pode piorar bastante, já que os períodos prolongados de isolamento domiciliar podem significar um aumento de violência doméstica, sobrecarga de trabalho doméstico, de trabalhos de cuidado com idosos, que são grupo de risco, e com crianças, com a suspensão das aulas. Além disso, as políticas de isolamento social e *lockdown* em um contexto neoliberal têm evidenciado as desigualdades de classe e raça. As mulheres negras e pobres têm menos condições de enfrentar as consequências desse contexto, pois não têm estrutura financeira capaz de suportar períodos longos ou mesmo curtos de inatividade econômica.

Por fim, queríamos apontar que existe, por óbvio, possibilidades de se pensar tanto o marxismo quanto o feminismo de modo separado e autônomo. Pensamos,

contudo, que essa seria uma escolha que tenderia a limitar os horizontes emancipatórios de ambos.

Temos o desafio de construir uma relação nova, sem dogmatismo e sem se transformar em peça de arqueologia que desperta interesse apenas em estudiosos do passado. Esse marxismo, aberto, vivo tem condições de estabelecer uma aliança com o feminismo na construção uma interpretação que tenha condições de forjar uma sociedade com mais liberdade e com menos preconceitos. Onde a vivência plena de seus interesses e desejos seja para todos. E que a palavra de ordem não seja por mais igualdade, por mais liberdade, mas que seja por igualdade e por liberdade plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALEXANDER, Michelle. **A Nova Segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar 1979

ANDERSEN, Margaret. L.; COLLINS, Patrícia Hill. **Race, Class and Gender: An Anthology**. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

ANDERSON, Perry. As Antinomias de Gramsci. **Crítica Marxista**. nº 1 São Paulo: Joruês, 1986.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**: nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ARRUZZA, C. **Las sin parte: matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo**. 1ª ed. [s.l.] Crítica y Alternativa, 2010.

ARRUZZA, Cinzia. Capitalism and the Conflict over Universality in advance. **Philosophy Today**, v. 61, n. 4, p. 1–16, 2017b.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33–58, 2015a.

ARRUZZA, Cinzia. **Dangerous Liaisons: the marriages and divorces of Marxism and Feminism**. Wales: Merlin Press, 2013.

ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista , determinista e reducionista : o feminismo da reprodução social e seus críticos. **cadernos cemarx**, 2017a.

ARRUZZA, Cinzia. Gender as social temporality: Butler (and Marx). **Historical Materialism**, v. 23, n. 1, p. 28–52, 2015c.

ARRUZZA, Cinzia. Marx's gendered temporalities. **Historical Materialism**, v. 23, n. 4, p. 49–59, 2015b.

ARRUZZA, Cinzia. Remaks on Gender. **Viewpoint Magazine**. September 2, 2014

AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian C. B. *Política de Reconhecimento, Raça e Democracia no Brasil*. **DADOS**, Rio de Janeiro, v.56, n.1, 2013.

- BADIA, Gilbert. Clara. Zetkin: **Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, Dec. 2017.
- BHATTACHARYA, T. **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Opression**. [s.l: s.n.]. 2017.
- BIANCHI, Alvaro. **Arqueomarxismo**: comentários sobre o pensamento socialista. São Paulo: Alameda, 2013.
- BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nuso** nº2019, dezembro, 2019.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, n.102, pp.173-210, 2017.
- BIROLI, Flávia. The Backlash against Gender Equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy. **Dossier: Las ofensivas antigênero em América Latina**. Lasa Fórum, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do estado? In: _____. **Qual socialismo?** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Edipro, 2017.
- BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BORON, Atilio A. Aula Inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectvas. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.33-50.
- BORON, Atilio A. Teoria Política Marxista ou Teoria Marxista da Política. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectvas. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.167-181.
- BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento - Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 331-352, ago. 2011.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo; a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BRYSON, Valerie: Marxism and feminism: can the 'unhappy marriage' be saved? **Journal of political Ideologies**, v.9, n1, p. 13-30, 2014.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. **Idéias**, Campinas, SP, v.7, n.2, p. 227-248, jul/dez. 2016.

BUZZI, A.R. **La teoria política de Antonio Gramsci**. Barcelona: Fontanella, 1969.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 12ª Edição. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHASIN, José. Marx - A determinação Ontonegativa da Politicidade. **Revista AD Hominem**, Tomo III. 2000.

CIPOLLA, Francisco Paulo. Genealogia das teorias marxistas de crise. **Nova econ.**, Belo Horizonte , v. 28, n. 1, p. 71-101, Apr. 2018

COLLINS. Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. vol.31 n.1, jan./abr. 2016.

COLLINS. Patrícia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2nd ed. New York & London: Routledge, 2000.

COLLINS. Patrícia Hill. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annu. Rev. Sociol.** v.41, p. 1-20. 2015.

COTRIM, Ivan. **Karl Marx: a determinação ontonegativa originária do valor**. São Paulo: Alameda, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um Estudo Sobre Seu Pensamento**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

DAVIS, Angela. (Ed) **Policing the Black Man**. New York: Penguin Random House, 2018b.

DAVIS, Angela. **A Democracia da Abolição: Para além o império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018a.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2019b.

- DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016
- DAVIS, Angela. **Uma Autobiografia**. São Paulo: Boitempo, 2019a.
- DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília , n. 17, p. 99-119, Aug. 2015 .
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173–178.
- DIETZ, Mary G. Current controversies in feminist theory. **Annu. Rev. Polit. Sci.** v.6, p.399–431, 2003.
- EISENSTEIN, Zillah. “Developing a theory of capitalist patriarchy and socialist feminism”. In:_____ (Ed.). **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism**. New York: Monthly Review Press, 1979.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985 [1884].
- EZQUERRA, Sandra. Por un feminismo anticapitalista del aquí y del ahora. In: ARRUZZA, Cinzia. **Las sin parte: matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo**. 1a ed. [s.l.] Crítica y Alternativa, 2010.
- FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- FERGUSON, Ann. Sex and Work: Women as a New Revolutionary Class in the United States. In:**An Anthology of Western Marxism: From Lukacs and Gramsci to Socialist Feminism**. Ed. Roger S. Gottlieb. New York: Oxford University Press, 1989: 348–372.
- FERGUSON, S.; MCNALLY, D. Capital , força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, p. 23–59, nov. 2017.
- FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 2, p. 1211-1237, Apr. 2020
- FRASER, Nancy . Contradictions of Capital and Care. **New Left Review**, n. 100, p. 99-117, july/august. 2016.
- FRASER, Nancy .*Justice Interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. Routledge New York & London, 2009a.
- FRASER, Nancy. **Escalas de justicia**. Barcelona: Heder, 2008.

FRASER, Nancy. Feminism's Two Legacies: A Tale of Ambivalence. **The South Atlantic Quarterly**, v.114, n.4, p.699–712, October, 2015c

FRASER, Nancy. **Fortunes of feminism: from State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. New York & London: Verso, 2013.

FRASER, Nancy. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. **Ideias**. Campinas, SP. 2017.

FRASER, Nancy. Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism. **Critical Historical Studies**, vol. 2, n. 2, pp. 157-189 , fall, 2015a.

FRASER, Nancy. Mapping the feminist imagination: from redistribution to recognition to representation. **Constellations**, Oxford: Blackwell Publishing Ltd., v. 12, n. 3, p. 295-307, 2005.

FRASER, Nancy. O feminismo, o Capitalismo e a astúcia da História. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009b.

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório de Marx: Por uma concepção expandida do Capitalismo. **Revista Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, v.6, n.10, p. 704-728, 2015b.

FRASER, Nancy. **The Old Is Dying and the New Cannot Be Born**. London: Verso, 2019.

FUNK. NANETTE. Contra Fraser on Feminism and Neoliberalism. **Hypatia**. V. 28, n. 1, p. 179-196, winter, 2013.

GAGO, Verônica. Cartografar a contraofensiva: o espectro do feminismo. **Nuso**, nº 2019, dezembro, 2019

GONZÁLEZ, Sabrina. Crônicas marxianas de uma morte anunciada. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUIMARAES, Juarez. **Democracia e marxismo: crítica à razão liberal**. São Paulo: Xamã, 1999.

HARTMANN, Heid. The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union. In: Linda Nicolson (ed.). **The second wave: a reader in feminist theory**. New York : Routledge, 1997.

HIRSHMAN, Nancy J.. **Gender, class, and freedom in modern political thought**. Princeton: Princeton. University Press, 2008.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. In: **Revista Brasileira de Ciência Política Brasília**, n. 16, p. 193-210, Abril. 2015

HOOKS, Bel. **Feminist theory: from margin to center**. Cambridge: South End Press, 2000 [1984].

JEFFREYS, Sheila. **Beauty and misogyny: harmful cultural practices in the West**. London: Routledge, 2005.

JOHNSON, Pauline. Feminism as Critique in a Neoliberal Age: Debating Nancy Fraser. **Critical Horizons**, v19, n.1, p.1-17, Australian, 11 Oct 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. Working Woman and Mother. In: **Select Writings**. Nova York, Norton, 1977.

KRAUSE, Sharon R. Contested Questions, Current Trajectories: Feminism in Political Theory Today. **Politics & Gender**. v.7, n.1, p. 105-111, march, 2011.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARTÍN, Facundo Nahuel. Debates em la teoria crítica contemporánea: reconocimiento y capitalismo. **ALPHA**, n.49, p. 193-205, diciembre de 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica à economia política**. Livro 1, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada família: ou a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São. Paulo: n-1 edições, 2018.

Mészáros, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIGUEL, L.; BIROLI, F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015

MIGUEL, L.; BIROLI, F. Teoria política feminista, hoje. In:_____. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo-SP, Editora Horizonte, 2013, p. 7-54

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 25, n. 3, p. 1219-1237, Dec. 2017 .

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo. 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Horizonte, 2012.

NAVARRO, Joaquín Valdivielso. Sujetos contrahegemónicos y crisis del capitalismo según Nancy Fraser: ¿Se ha convertido el ecologismo en siervo del capitalismo? **Eikasia**. n. 89, septiembre-octubre, 2019.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

O'CONNOR, James. **USA: A crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Clauss. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o Público e o Privado. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v.16, n.2, p 440, maio-agosto, 2008.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. The Disorder of Women: Democracy, Feminism and Political Theory. California, Stanford University Press, 1989.

POGREBINSCHI, Thamy. **O Enigma do Político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUES, Cristiano. Feminismo Negro e Interseccionalidade: práxis política e a consolidação de um pensamento sociopolítico para além das margens. In: MARQUES, Danusa; et al (org.). **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

SAFFIOTI, Heleidth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Expressão Popular, 2013 [1969].

SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, p. 71-75, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalism, socialism and democracy**. 3. ed. New York: Harper Perennial Modern Thought, 2008

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Colección Mapas 45. Madrid. Traficantes de Sueños, 2016.

SILVA, Enrico Paternostro Bueno da. Repensando a redistribuição Nancy Fraser e a Economia Política. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 563-579, set.-dez. 2018.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SUELI, Carneiro. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

TAVARES, Francisco Mata Machado. **Deliberação e capitalismo: uma crítica marxista ao pensamento de Habermas**. Curitiba: Appris, 2016.

VARIKAS, Eleni. A Instituição Embaraçosa: silêncio sobre a escravidão na gênese da liberdade moderna. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v.19 n.34, p.53-69, jan./jun. 2015

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. Rutgers University Press, 2013.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

YOUNG, M. Iris. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual dos sistemas de Nancy Fraser. **Rev. Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.2, julho/dezembro, 2009.